

Universidade Federal de Minas Gerais  
Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Luiza Fernanda da Silva

INVESTIGAÇÕES PARA A  
PRODUÇÃO EMANCIPATÓRIA  
DE UM **PARQUE URBANO**

Belo Horizonte, 2018



Luiza Fernanda da Silva

# **INVESTIGAÇÕES PARA A PRODUÇÃO EMANCIPATÓRIA DE UM PARQUE URBANO**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Planejamento e Produção do Espaço Urbano

Orientador: Professor Dr. Frederico Canuto

Belo Horizonte

2018

### FICHA CATALOGRÁFICA

S586i

Silva, Luiza Fernanda.

Investigações para a produção emancipatória de um parque urbano [manuscrito] / Luiza Fernanda da Silva. - 2019.

140 p. f. : il.

Orientador: Frederico Canuto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Proteção ambiental - Participação do cidadão - Teses. 2. Participação popular - Teses. 3. Renovação urbana - Teses. 4. Favelas - Urbanização - Teses. 5. Ecologia - Teses. 6. Autonomia - Teses. I. Canuto, Frederico. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 304.2

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG.

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU  
– da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 30 de  
novembro de 2018 pela Comissão Examinadora:

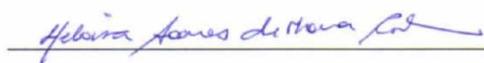
Prof. Dr. Frederico Canuto (Orientador-EA/UFMG)



Profa. Dra. Margarete Maria de Araújo Silva (EA/UFMG)



Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa (IGC/UFMG)





A todos que, como eu, ainda acreditam e lutam pela democracia como único cenário possível para a superação das desigualdades e das injustiças sociais



## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo apoio financeiro através da bolsa de pesquisa que possibilitou minha dedicação a este trabalho.

Ao querido Frederico Canuto, pelas excelentes conversas, ensinamentos, trocas, confiança, respeito, paciência e força.

Às queridas Heloísa e Leta, por trazerem luz, com a qualificação, me ajudando a reconstruir os caminhos e por comporem a melhor banca possível para este trabalho.

Às Arquitetas Sem Fronteiras, que, para mim, são lar.

Ao grupo Pocim Vivo, por tudo que vivenciamos juntos.

À Helena e à Laís, amigas do peito e companheiras fundamentais de escrita.

À Marianna, a melhor parceira de *coworking* caseiro.

Ao Tiago Castelo Branco, pelas parcerias, pela confiança e pelo incentivo a continuar.

À Letícia Claro, leitora e revisora minuciosa e dedicada, que me provou que “segurar a mão” nem sempre é físico.

A todos os meus grandes amigos, que me foram suporte emocional.

Aos meus pais: ele na Terra, ela nas estrelas, que seguem sendo meus dois maiores exemplos de vida e de amparo.

À Débora, sempre ao meu lado independente das distâncias e à Priscila pela parceria constante.

Ao Ribeirão Arrudas, pelo movimento e força das águas que, mesmo turvas, me fazem continuar sonhando e lutando por uma cidade mais bonita e saudável.



## RESUMO

Este trabalho partirá da experiência do grupo Pocim Vivo como subsídio para discutir a produção socionatural da cidade de Belo Horizonte e apontar perspectivas para a inclusão da população no processo de recuperação da qualidade ambiental da cidade. O Pocim Vivo é um grupo que atua no Aglomerado da Serra, região centro-sul de Belo Horizonte, na busca por estratégias autogestionárias para a consolidação de um parque de uso coletivo. O grupo atua numa área remanescente das ações de intervenção estrutural do programa Vila Viva, realizado pela URBEL, no Aglomerado da Serra. Como várias outras, essa área foi cenário de um violento processo de remoções e fragmentações do território, sob a justificativa da recuperação ambiental das cabeceiras e dos fundos de vale. Faz-se necessário compreender a atuação institucional que levou a esse processo, a partir de um resgate histórico de políticas públicas municipais relacionadas aos assentamentos precários e à drenagem urbana. Nesse contexto, se insere o grupo Pocim Vivo, realizando, nos anos de 2016 e 2017, uma diversidade de atividades em busca da mobilização e do envolvimento da comunidade para transformar a realidade do lugar. O grupo atua com a legitimação institucional, por meio de um convênio assinado entre o grupo e a Prefeitura de Belo Horizonte chamado Adote o Verde. Esse instrumento tem como finalidade estabelecer parcerias entre poder público e sociedade para empreender melhorias ambientais em áreas verdes públicas. É necessário aprofundar, tanto nas possibilidades promovidas por um instrumento como esse, quanto nos aspectos que o impossibilitam de ser, de fato, uma ferramenta de gestão compartilhada e promover ganhos reais de autonomia à população. A partir desse aprofundamento, se faz possível traçar propostas que apontem para a continuidade e evolução do instrumento rumo à sua democratização, tornando-o, talvez, uma ferramenta capaz de envolver de forma concreta a população na recuperação ambiental efetiva e duradoura do ambiente urbano. Dessa forma, este trabalho pretende apontar encaminhamentos práticos e horizontes possíveis, não só para a atuação do grupo Pocim Vivo, mas para a multiplicação de práticas que envolvam população e natureza de forma democrática, inclusiva e, mais importante, emancipatória.

**PALAVRAS CHAVE:** Recuperação ambiental. Autogestão. Socionatureza. Parque Urbano. Favela.



## ABSTRACT

This work discusses the socionatural production of the city of Belo Horizonte in order to indicate new perspectives for the inclusion of the population in the process of environmental recovery of the city. The main resource of this discussion is the experience of Pocim Vivo, a group which works in Agglomerado da Serra, a large *favela* located in the center-south region of Belo Horizonte. The group investigates self-managing strategies for the consolidation of a community urban park. The experience occurred in one of the reminiscent areas of the Program Vila Viva, executed by URBEL, in Agglomerado da Serra. The area was, as many others were, the stage of a very violent process of evictions and fragmentation of the territory, under the excuse of the environmental recovery of the watercourses and springs. To enhance the analysis, it is necessary to comprehend the institutional procedures which led to this process, from a historical perspective of the municipal policies regarding precarious settlements such as the favelas. In this context, Pocim Vivo group performed, in the years 2016 and 2017, series of activities in search of the involvement of the community and the transformation of the reality they live in. The group operates with the legitimation of the municipality, under a covenant named "Adopt the greenery". The goal of this instrument is the partnership between the government and the society in order to undertake environmental improvements in public green areas. It is important to deepen into the possibilities promoted by such instrument, as well as the aspects which prevent it from being an effective tool of shared management, promoting real autonomy gains to the population. It is possible, then, to delineate proposals for the continuity and the evolution of the instrument towards its democratization, turning it into a concrete tool of involvement of the population in an effective and lasting recovery of the urban environment. Thus, the main goal of this work is to point out new means not only for the work of Pocim Vivo, but for multiplying practices that merge population and nature in a democratic, inclusive and emancipatory way.

**KEYWORDS:** Environmental recovery. Self-management. Socionature. Urban park. Favela.



# SUMÁRIO

<b>1. O Pocim Vivo como ponto de partida para uma reflexão sobre o meio ambiente no urbano</b>	19
1.1. Panorama do trabalho	24
<b>2. Reflexões teóricas e ferramentas de suporte ao debate</b>	26
2.1. A cidade como Socionatureza e as águas urbanas como atores sociais	27
2.2. O desenvolvimento sustentável como discurso de opressão	31
2.3. A Urbanização Reversa	33
2.4. Participação popular e produção emancipatória do espaço	38
2.4.1. Escala de avaliação da participação popular	43
2.4.2. Os indicadores de consistência participativa	47
<b>3. Compreendendo o Vila Viva e seus impactos no Aglomerado da Serra</b>	49
3.1. A URBEL, o PGE e o Vila Viva	51
3.1.1. Da fundação da cidade à consolidação da URBEL	51
3.1.2. O programa global específico - PGE	55
3.1.3. O programa Vila Viva	59
3.2. O vislumbre de outros moldes de intervenção urbano-ambiental	62
3.2.1. Histórico da drenagem urbana de Belo Horizonte	62
3.2.2. O programa DRENURBS	66
3.3. A realidade do pge e do vila viva no aglomerado da serra	68
<b>4. Pocim vivo</b>	79
4.1. Onde tudo começou: o programa de apoio à ação comunitária e autogestionária	79
4.2. Horizontes possíveis de atuação: a proposta de “adoção” da área	84
4.3. O “parque” ecológico do pocinho	86
4.4. Linha do tempo do pocim vivo	89
4.5. Aprofundamento em quatro experiências do pocim vivo	94
4.6. Os limites de ação contínua na realidade do pocim	113
<b>5. O programa adote o verde: uma possível parceria rumo à autogestão?</b>	119
5.1. Percurso evolutivo do programa adote o verde na gestão municipal de belo horizonte	121
5.2. Limites práticos e entraves do programa adote o verde no caso do pocim vivo	124
5.3. Reflexões propositivas para um “adote o verde popular” a partir das experiências do pocim vivo	126
<b>6. Considerações finais</b>	131
<b>Referências</b>	136



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A produção da Socionatureza: tradução e adaptação de Swyngedouw, 2001	29
Figura 2: Releitura do diagrama dos graus de participação popular, proposta pela autora, 2017.	44
Figura 3: Intervenções do Programa Vila Viva e seus impactos sob o território de Belo Horizonte. Fonte: Laís Grossi, 2018.	61
Figura 4: Mapa de concretização de propostas do PGE realizado no Aglomerado da Serra. Fonte: PGE do Aglomerado da Serra, DAM Projetos de Engenharia, 2000.	69
Figura 5: Comunidades da Serra em 2002 -antes da intervenção da URBEL e em 2012 - após conclusão das obras. Fonte: Intervenção sobre imagem do Google Earth, 2016.	73
Figura 6: Imagem de drone realizada por Tiago Castelo Branco e Eduardo Gontijo. Fonte: Acervo ASF-Brasil, 2017.	79
Figura 7: Primeira reunião do PAACA. Fonte: Acervo ASF-Brasil, 2016.	81
Figura 8: Momento em que participantes do PAACA escolheram a área do Pocim para experiência piloto. Fonte: Acervo ASF-Brasil, 2016.	84
Figura 9: Histórico comparativo da remoção no Pocim. Fonte: Demarcação da autora sobre base tridimensional do Google Earth, 2018.	88
Figuras 10, 11, 12 e 13: Linha do tempo do Pocim Vivo. Fonte: Elaborado pela autora, a partir de imagens e informações do Acervo da ASF-Brasil, 2016 e 2017.	89
Figura 14: Localização dos casos aprofundados na área do Pocim. Fonte: intervenção da autora sobre imagem de drone feita por Eduardo Gontijo, 2017.	94
Figura 15: Diagrama de detalhamento da experiência da Geodésica. Fonte: Desenvolvido pela autora a partir de informações e imagens retiradas do acervo da ASF-Brasil, 2016 e 2017.	96
Figura 16: Diagrama das atividades com a maquete. Fonte: Desenvolvido pela autora a partir de informações e imagens retiradas do acervo da ASF-Brasil, 2016 e 2017.	101
Figura 17: Diagrama do desenvolvimento do processo de construção da horta comunitária. Fonte: Desenvolvido pela autora a partir de informações e imagens retiradas do acervo da ASF-Brasil, 2016 e 2017.	105
Figura 18: Diagrama da disputa pelo terreno da Sede do Pocim. Fonte: Desenvolvido pela autora a partir de informações e imagens retiradas do acervo da ASF-Brasil, 2016 e 2017.	110
Figura 19: Placas do Adote o Verde em jardins de Belo Horizonte. Fonte: Google Images, 2018.	119



## SIGLAS E ABREVIATURAS

**ACP** Ações Cíveis Públicas

**ADC** Associações de Defesa Coletiva

**ASF-Brasil** Associação Arquitetas Sem Fronteiras

**BNDES** Banco Nacional de Desenvolvimento

**CAODH-MPMG** Centro de apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais

**CHISBEL** Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte

**CMH** Conselho Municipal de Habitação

**COMAM** Conselho Municipal de Meio Ambiente

**COPASA** Companhia Mineira de Águas e Esgotos

**CRAS** Centros de Referência em Assistência Social

**DBP** Departamento Municipal de Habitação e dos Bairros Populares

**DOM** Diário Oficial do Município

**DRENURBS** Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte

**EJA** Educação de Jovens e Adultos

**EMPEPI** Escola Municipal Professor Edson Pisani

**ETE** Estação de tratamento de esgoto

**FAMOBH** Federação de Moradores de Belo Horizonte

**FERROBEL** Ferro de Belo Horizonte S. A.

**FMDA** Fundo Municipal de Defesa Ambiental

**FMHP** Fundo Municipal de Habitação Popular

**FPMZB** Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

**IR** Imposto de Renda

**MOC.ECO** Movimento Comunitário Cultural, Esportivo, Ecológico Saúde e adjacências

**ONG** Organizações Não Governamentais

**OP** Orçamento Participativo

**PAACA** Programa de Apoio à Ação Comunitária e Autogestionária

**PAC** Programa de Aceleração do Crescimento

**PBH** Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

**PGE** Plano Global Específico

**PMI** Procedimento de Manifestação de Interesse

**Profavela** Programa Municipal de Regularização de Favelas

**PSDB** Partido da Social Democracia Brasileira

**PT** Partido dos Trabalhadores

**RMBH** Região Metropolitana de Belo Horizonte

**SMAC** Secretaria Municipal de Ação Comunitária

**SMDU** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

**SMH** Sistema Municipal de Habitação

**SMMA** Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**SUDECAP** Superintendência de Desenvolvimento da Capital

**UFMG** Universidade Federal de Minas Gerais

**URBEL** Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

**ZEIS** Zonas Especiais de Interesse Social

# 1. O POCIM VIVO COMO PONTO DE PARTIDA PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE NO URBANO

O presente trabalho se aprofundará no caso do Pocim Vivo, como subsídio para discutir a produção socionatural da cidade de Belo Horizonte e apontar perspectivas de inclusão da população no processo de recuperação da qualidade ambiental da cidade. O Pocim Vivo é um grupo formado em 2016 no Aglomerado da Serra – o maior complexo de favelas de Belo Horizonte, localizado nas cabeceiras do córrego do Cardoso e do Córrego da Serra, na região centro-sul do município. O principal objetivo do grupo é a busca por estratégias de autogestão comunitária de uma área verde pública de aproximadamente 23.000 metros quadrados, localizada na Vila Marçola e nomeada pela comunidade como Pocim.

A extensa área verde faz parte do conjunto de cinco áreas verdes resultantes do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra, empreendido no período de 2005 a 2011 pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) por meio de ações da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), responsável pelas intervenções em vilas e favelas do município. A intervenção estrutural de alto impacto do Vila Viva no Aglomerado da Serra executou a remoção de moradores, a demolição de construções, a interceptação do esgoto despejado *in natura* e o isolamento das áreas de fundo de vale e nascentes com o objetivo de recuperar as margens e a qualidade da água dos córregos, além de reduzir impactos da urbanização (como enchentes) a jusante, na cidade formal. Entretanto, as áreas que no plano eram previstas como parques públicos de uso cotidiano da comunidade foram mantidas isoladas por gradeamento e proibição de acesso, tornando-se em curto prazo, “terras de ninguém”. As ações e intervenções de grande impacto socioespacial (remoções, fragmentações, transformação da paisagem etc.), pontuais no tempo, se mostraram eficazes na recuperação imediata da qualidade das águas. Entretanto, a ausência de um programa focado na continuidade de ações, no envolvimento e compreensão da população, na dinâmica de constantes transformações espaciais da favela e no

caráter sistêmico dos aspectos ambientais, fez com que, em poucos anos, as áreas voltassem a enfrentar dramáticos processos de degradação e insalubridade.

As áreas isoladas do entorno por grades e interceptores de esgoto não resistiram à pressão da alta densidade populacional, das rápidas transformações das construções, da disputa pela terra e emergência pela moradia. Faz-se necessário entender que as dinâmicas de ocupação e uso da terra nas favelas não condizem com a existência de grandes porções de terra esvaziadas de uso, pois isso as torna imediatamente passíveis à reocupação.

É a partir da realidade dessas áreas, marcada pelo isolamento da vida cotidiana das comunidades de seus entornos, que se faz necessária a discussão sobre a participação popular, tanto sobre seus limites, quanto sobre suas possibilidades, além de compreender os mecanismos participativos, o discurso e a prática da participação. Para isso, a escala de avaliação dos graus de participação popular e os indicadores de consistência da participação, ferramentas desenvolvidas por Marcelo Lopes de Souza (2006) serão operacionalizadas para a análise dos programas municipais e das experiências do Pocim Vivo abordadas neste trabalho.

Assim como é necessário discutir os processos participativos, é também importante traçar a trajetória das políticas municipais voltadas às favelas em busca de melhor compreensão do funcionamento do aparelho público e principalmente da URBEL, responsável pelo Vila Viva. Essa importância se dá tanto para o entendimento do funcionamento da gestão pública de Belo Horizonte de modo a elucidar sob qual lógica os instrumentos e políticas públicas foram construídos, quanto para esclarecer os horizontes possíveis das propostas futuras.

Após o apanhado de reflexões teóricas e análises históricas, será apresentado o caso da experiência do grupo Pocim Vivo. Trata-se de uma experimentação coletiva de autogestão de um dos cinco “parques”<sup>1</sup> remanescentes do Vila Viva no Aglomerado da Serra. O grupo foi construído a partir de uma experiência realizada pela parceria entre a Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF Brasil) e o Centro de apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos do Ministério Público de Minas

---

<sup>1</sup> Além do “Parque Ecológico do Pocim” foram instituídos pelo Vila Viva outros quatro parques, na sub bacia do Córrego do Cardoso: Parque da Primeira Água, Parque da Segunda Água, Parque da Terceira Água e Parque do Cardoso.

Gerais (CAODH-MPMG). A experiência consistiu no Programa de Apoio à Ação Comunitária e Autogestionária (PAACA), que buscava traçar estratégias coletivas de resolução de conflitos territoriais alternativas às Ações Cíveis Públicas (ACP), que nem sempre obtêm resultados satisfatórios às populações e geralmente são processos demorados.

O PAACA empreendeu uma jornada de quatro encontros com representantes da população das vilas que conformam o Aglomerado da Serra. A partir da divulgação e convite à participação no processo, que se deu com a distribuição de panfletos por duas semanas do mês de agosto de 2015, aqueles que se interessaram eram bem-vindos, independentemente de serem lideranças comunitárias ou cidadãos comuns. Esses encontros foram marcados pela troca entre técnicos e moradores, levantando e mapeando os problemas do território e discutindo as possibilidades de resolução. Durante os encontros do PAACA, formou-se o “Grupo de Preservação do Pocinho” (que posteriormente seria renomeado Pocim Vivo) como proposta de enfrentar coletivamente o problema territorial de abandono das áreas de preservação na Serra. Portanto, apesar de focado em apenas uma das cinco áreas, tinha a intenção de reestabelecer relações entre a população e os parques, servindo como exemplo a iniciativas futuras não só na Serra, mas em todo o município.

Será então apresentado um registro das atividades empreendidas pelo grupo durante os anos de 2016 e 2017. Para ampliar a compreensão do alcance das atividades, foram selecionadas quatro experiências exemplares que serão aprofundadas e analisadas.

É importante destacar o meu lugar de fala no contexto abordado neste trabalho. Faço parte da Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF-Brasil) desde o ano de 2014. Fiz parte da equipe que empreendeu articulações com a Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais, e fui uma das coordenadoras do Programa de Apoio à Ação Comunitária e Autogestionária (PAACA). Nesse contexto, participei da fundação do grupo Pocim Vivo e das ações empreendidas durante os anos de 2016 e 2017. Portanto, além de ser uma pesquisa acadêmica, este trabalho é um exercício autocrítico. Esse exercício é relevante não só para aprimorar meu percurso profissional como Arquiteta e Urbanista, ou o percurso da ASF-Brasil como instituição, mas também para compartilhar nossas experiências e reflexões de forma a ampliar o debate acerca dos horizontes possíveis de atuação profissional de todos aqueles que

se interessam em construir, com seu trabalho, caminhos mais justos – social e ambientalmente – para a produção do espaço.

O trabalho do grupo Pocim Vivo foi possibilitado pela continuidade da parceria da ASF-Brasil com o CAODH-MPMG, que angariou recursos para possibilitar – por um tempo limitado – a gestão remunerada, tanto das arquitetas quanto dos moradores envolvidos, dentro das possibilidades orçamentárias. Além disso, com o apoio do Ministério Público, foi possível firmar um convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte para legitimar as ações do grupo no terreno. O convênio se deu pelo instrumento “Adote o Verde”, cuja finalidade é “estabelecer parcerias entre o Poder Público e a sociedade para os fins de implantação, reforma ou manutenção de áreas verdes públicas, aqui compreendidas as praças, os parques, os canteiros, os jardins e outras áreas passíveis de ajardinamento” (BELO HORIZONTE, caput do Decreto Nº 14.708, de 14 de dezembro de 2011). É necessário aprofundar tanto nas possibilidades promovidas por um instrumento como esse, quanto nos aspectos que o impossibilitam de ser, de fato, uma ferramenta de gestão compartilhada e promover ganhos de autonomia, rumo à autogestão. A partir desse aprofundamento, se faz possível traçar propostas que apontem para a continuidade da evolução do instrumento rumo à sua democratização, tornando-o, talvez, uma ferramenta capaz de envolver de forma concreta a população na recuperação ambiental efetiva e duradoura do ambiente urbano. Dessa forma, esse aprofundamento servirá para apontar encaminhamentos práticos e horizontes possíveis ao programa, não só para a atuação do grupo Pocim Vivo, mas para a multiplicação de práticas que envolvam população e natureza de forma democrática, inclusiva e, mais importante, emancipatória.

É fundamental reconhecer que a recuperação ambiental é o horizonte comum a ambas as iniciativas: do Vila Viva, por meios institucionais, e do grupo Pocim Vivo, por meio de ações da coletividade. Entretanto, a proximidade de objetivos se contrapõe à distância entre as estratégias adotadas por cada um deles: enquanto o Vila viva supõe que o afastamento da população poderia garantir a recuperação e a preservação das áreas verdes, o grupo Pocim Vivo defende que elas só serão possíveis se conjugadas com a reconciliação e reaproximação dos moradores com essas áreas – e com os elementos “naturais” que as compõe. Entretanto, essa proximidade do discurso de ambas as iniciativas pode ser considerada um dificultador no processo de mobilização da comunidade pelo grupo Pocim Vivo. Afinal, com o Vila Viva, o discurso ambiental

acabou gerando práticas de grande impacto – em sua maior parte, negativo – à vida cotidiana daquela população. Como construir, então, uma relação de confiança para o envolvimento da comunidade, a partir do discurso da recuperação ambiental?

Além disso, faz-se necessário um debate mais ampliado acerca de alternativas de intervenção e de gestão de áreas públicas de preservação ambiental inseridas no contexto urbano. No caso de Belo Horizonte, por exemplo, são muitas as contradições, limitações e até mesmo sucateamento de instâncias da Prefeitura, como a Fundação Zoobotânica e a Fundação de Parques Municipais – as Fundações foram fundidas em 2017, e hoje configuram a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB). Essas condições levam, constantemente, os órgãos públicos a sugerirem propostas de privatização de parques municipais, para desonerar o município e aliviar a sobrecarga das instâncias citadas. Em 2015, a Prefeitura de Belo Horizonte lançou um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para empresas avaliarem a rentabilidade de assumir a gestão de uma área verde pública, o Mirante Palmares. De acordo com o documento, a iniciativa visava a elaboração de um “projeto de concessão comum para urbanização, requalificação, manutenção, operação e exploração do complexo do Mirante Palmares” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2015). Diante disso, é importante questionar: se há propostas de privatização de áreas verdes públicas como solução imediata à falta de recursos ou ao sucateamento das instâncias responsáveis, por que se rejeita a ideia de coletivização da gestão dessas áreas?

São necessários a busca e o esclarecimento das vantagens materiais e políticas de processos inclusivos e emancipatórios para a efetividade da atuação do Estado a longo prazo, e para a continuidade dos benefícios, quando houver, trazidos por essa atuação. Num contexto metropolitano, a continuidade da tutela da “mão” do estado é, muitas vezes, impossibilitada pela escassez de recursos e por estruturas institucionais insuficientes frente à escala e à complexidade das problemáticas urbanas.

Na introdução de “A duração das cidades”, Henri Acselrad (2001) aponta os maiores desafios para se pensar as cidades num contexto em que as pautas ambientais são tão urgentes. Não é suficiente tratar as cidades da perspectiva de um Urbanismo “ecologizado” e, muito menos, que a sustentabilidade seja um “mero atributo simbólico adicional”. A qualidade ambiental na cidade pressupõe a qualidade da vida – de todas as vidas – na cidade. É necessário, portanto “pensar um novo modelo de

desenvolvimento urbano, baseado nos princípios da democratização dos territórios, no combate à segregação socioespacial, na defesa dos direitos de acesso aos serviços urbanos e na superação da desigualdade social manifesta, também, nas condições de exposição aos riscos urbanos” (ACSELRAD, 2001:40).

Este trabalho pretende contribuir, como um pequeno passo, para esse processo de transformação das perspectivas urbanísticas, rumo à “recuperação das cidades como espaços por excelência da inovação social e do exercício democrático” (ACSELRAD, 2001:41).

## **1.1. PANORAMA DO TRABALHO**

O primeiro capítulo deste trabalho apresentou brevemente o tema central a ser discutido, o caso do grupo Pocim Vivo, em Belo Horizonte, cujas ações e sua conjuntura, além das políticas públicas relacionadas a ele, serão subsídios para uma discussão mais ampla acerca dos discursos e das práticas em torno do meio ambiente urbano, mais especificamente das águas urbanas.

O segundo capítulo, dividido em quatro sessões, apresentará as teorias e ferramentas que servirão de base às análises e reflexões deste trabalho. Serão explorados alguns conceitos da Ecologia Política, como o conceito de Socionatureza, e o ciclo hidro social, apresentados por Eric Swyngedouw (2001 e 2009). A Teoria do Ator-rede de Bruno Latour (2012) será abordada com o objetivo de se assumir o papel da natureza como ator social na realidade social urbana, assumindo também suas complexidades. Também será explorada a análise do discurso acerca do desenvolvimento sustentável, desenvolvida por Arturo Escobar (1996), com a finalidade de destacar os riscos da opressão sobre minorias gerado por discursos ambientalistas acrílicos moldados sob o sistema capitalista. Será apresentado o conceito de Urbanização Reversa, proposto por Margarete Maria de Araújo Silva (2013) de forma a apontar reflexões propositivas aos modelos vigentes de abordagem ambiental no espaço urbano.

A última sessão do segundo capítulo será destinada ao aprofundamento do conceito da participação popular, a partir do trabalho de Marcelo Lopes de Souza (2006). Nessa sessão, exploraremos o conceito de “ganhos de autonomia” e direcionaremos o

trabalho para a Escala de Avaliação da Participação Popular, e os Indicadores de Consistência Participativa, que serão os parâmetros utilizados para avaliar os graus de participação dos casos que serão posteriormente apresentados.

O terceiro capítulo se dará de forma a tecer a conjuntura da situação em que se insere o Pocim Vivo, a partir do resgate histórico das políticas públicas para compreender o que é a URBEL, como surgiu o Vila Viva, como se deu sua execução no Aglomerado da Serra para, por fim, focar na área de estudo: o parque do Pocim.

No quarto capítulo será destrinchada a experiência do grupo Pocim Vivo, sua origem, sua estrutura e seus princípios. A totalidade das atividades realizadas durante os anos de 2016 e 2017 não caberiam, de forma detalhada, numa dissertação de mestrado. Entretanto, para que o leitor tenha conhecimento, essa totalidade será apresentada em formato de linha-do-tempo. Quatro dessas atividades serão destrinchadas para que se amplie a reflexão, e se avalie os processos e métodos. Serão usados os parâmetros da escala de Avaliação da Participação Popular e dos Indicadores de Consistência Participativa, desenvolvidos por Souza (2006) para essa avaliação das atividades.

O quinto capítulo se debruçará sobre o programa municipal Adote o Verde, instrumento utilizado para legitimar as ações do grupo Pocim Vivo na área verde pública em questão. Isso se dará de forma a compreender a evolução do programa ao longo dos anos, destacando seus potenciais e entraves para a efetividade das atividades do grupo. Ao fim deste capítulo, serão apontadas possibilidades de continuidade evolutiva do programa, de forma a se tornar adequado para dar suporte a experiências participativas e comunitárias como o Pocim vivo, de forma inclusiva e democrática.

O sexto capítulo apresentará as considerações finais, reafirmando potenciais e entraves das atividades do Pocim Vivo, assim como as possibilidades de transformação social dentro da realidade que vivemos, pautada pela heteronomia e pela necessidade de romper com processos de exclusão. O trabalho será finalizado com um convite ao leitor para que dê continuidade à discussão.

## 2. REFLEXÕES TEÓRICAS E FERRAMENTAS DE SUPORTE AO DEBATE

A questão central abordada neste trabalho é de que o envolvimento direto dos habitantes é fundamental para a recuperação e manutenção da qualidade ambiental do território que habitam. Partindo desse princípio, estratégias de recuperação ambiental urbana que partam exclusivamente de decisões centralizadas pelo poder público têm escassas chances de sucesso, pois não são capazes de se sustentar apartadas dos hábitos cotidianos da população. Se a cidade é Socionatureza, e todos os atores sociais se combinam em rede, como parte de um mesmo processo sistêmico, indivíduos e coletividade, assim como vegetação, água e solo são partes intrínsecas do ambiente, ou seja, é a rede de relações que precisa ser transformada. Se internalizamos o conceito de Socionatureza, perceberemos que tomadas de decisão sobre um território que excluam os seus habitantes são incoerentes por excluírem variável fundamental da existência desse território. Faz-se necessário que a participação dos habitantes na recuperação ambiental de uma cidade seja efetiva, e não apenas mero atributo de apaziguamento e domesticação de conflitos do território.

As teorias e ferramentas que darão suporte às discussões apresentadas neste trabalho estão divididas em quatro eixos:

O primeiro diz respeito à superação da separação entre natureza e sociedade a partir das discussões desenvolvidas por Eric Swyngedouw (2001 e 2009). Nos aprofundaremos no ciclo hidrossocial para a compreensão da cidade como Socionatureza, e dos elementos não-humanos, nesse caso, os que conformam a natureza, como atores sociais – como defende Latour (2012) – fundamentais para suas dinâmicas.

O segundo eixo tratará da crítica ao modelo contemporâneo de abordagem das questões ambientais, que culmina em relações de opressão daqueles que detém poder sobre populações vulneráveis. A crítica se dará a partir da análise do discurso do desenvolvimento sustentável apresentada por Arturo Escobar (1996) como ferramenta para uma problematização aprofundada das iniciativas institucionais no contexto de Belo Horizonte.

O terceiro eixo tem caráter propositivo, e tratará do conceito de Urbanização Reversa, apresentado por Margarete Silva (2013) para apontar possíveis alternativas à produção socionatural da cidade que sejam mais coerentes à realidade social e às especificidades ambientais locais.

O quarto eixo será desenvolvido a partir da compreensão de Marcelo Lopes de Souza (2006) acerca da participação popular como estratégia de ganhos de autonomia. Ampliaremos a discussão trazendo o antagonismo entre a autonomia e a heteronomia, apresentados por Silke Kapp e Ana Paula Baltazar (2004, 2009 e 2012). Nesse eixo, serão apresentadas as ferramentas para análise da participação e dos graus de autonomia, desenvolvidas por Souza (2006), que serão usadas posteriormente para explorar as experiências do estudo de caso.

Os quatro eixos são fundamentais não só para a análise crítica das intervenções estruturais de caráter ambiental nas cidades, mas também para que se amplie a discussão e a prática das ações institucionais e populares de forma propositiva, em busca de relações saudáveis entre população e ambiente, como partes fundamentais de um mesmo processo sistêmico chamado cidade.

## **2.1. A CIDADE COMO SOCIONATUREZA E AS ÁGUAS URBANAS COMO ATORES SOCIAIS**

Consideremos necessária a superação da ideia de que atores capazes de transformar uma realidade social sejam limitados aos humanos. Bruno Latour (2012) defende que a definição de ator parta de seu papel na rede de associações de que faz parte. Ou seja, qual sua repercussão, quanto efeito é capaz de produzir dentro da rede e o quão ativo é.

Se analisarmos as dinâmicas urbanas a partir dessa perspectiva, reconheceremos que “a cidade e os processos urbanos são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos” (SWYNGEDOUW, 2001, p.100). O que se propõe aqui, portanto, é o reconhecimento das relações dialéticas entre atores humanos e não humanos que conformam a realidade social, rompendo assim, com qualquer determinação que separe sociedade e natureza.

Eric Swyngedouw propõe que essa superação se dê a partir do reconhecimento da cidade como Socionatureza, onde “sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integrados, infinitamente ligados e simultâneos” (SWYNGEDOUW, 2001, p. 100). A Socionatureza não é a relação entre as coisas, e sim um conjunto de relações que constituem as coisas, e por isso “essa ‘coisa’ híbrida socionatural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos” (SWYNGEDOUW, 2001, p. 100).

Da perspectiva das águas – em nosso caso, das águas urbanas – a superação do antagonismo entre natureza e sociedade requer a superação de uma abordagem que se limite ao caráter físico-químico do ciclo hidrológico. Isto significa abandonar o modelo de abordagem do ciclo da água da racionalidade moderna, que dispõe os processos físicos e químicos aos quais a água é submetida – evaporação, condensação, precipitação etc. – sem incluir a complexidade da realidade social da qual a água faz parte. De acordo com Swyngedouw (2009), as perspectivas da Ecologia Política acerca da água sugerem uma correlação entre as transformações do – e no – ciclo hidrológico em níveis local, regional e global assim como das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que o abarcam. Num esforço continuado de transcender o binário natureza – sociedade, a pesquisa “hidrossocial” (tradução da autora) enxerga a circulação da água como processos físicos e sociais combinados, como um fluxo socionatural hibridizado que funde natureza e sociedade de forma inseparável (SWYNGEDOUW, 2009). Para o autor, essa perspectiva aponta para novas questões chave, e torna urgente a transformação do modo com que as políticas públicas em torno das águas são pensadas, formuladas e implementadas.

O autor amplia a discussão, afirmando que espaços produzidos são resultados históricos de processos sociais, biológicos e físicos combinados. Para isso, ele apresenta o conceito de “temporalidades combinadas” de Henri Lefebvre (1991 apud SWYNGEDOUW 2001, p.109), em que a apreensão do espaço – aqui, da Socionatureza – a partir de uma perspectiva dialética e emancipatória “implica construir múltiplas narrativas que relacionem práticas materiais, representacionais e simbólicas, em que cada uma tem uma série de características particulares e internaliza as relações dialéticas definidas pelos outros ‘domínios’, sem que nenhuma delas, contudo, possa ser reduzida às demais” (SWYNGEDOUW, 2001, p. 108). Além disso, os significados simbólicos atribuídos à natureza pelos habitantes de uma cidade

são marcados “pelos histórias do processo pelo qual são sempre retrabalhados” (SWYNGEDOUW, 2001, p. 109). Esses significados são “parte de um processo de transformação contínua de que as próprias histórias tomam parte” (SWYNGEDOUW, 2001, p.109).

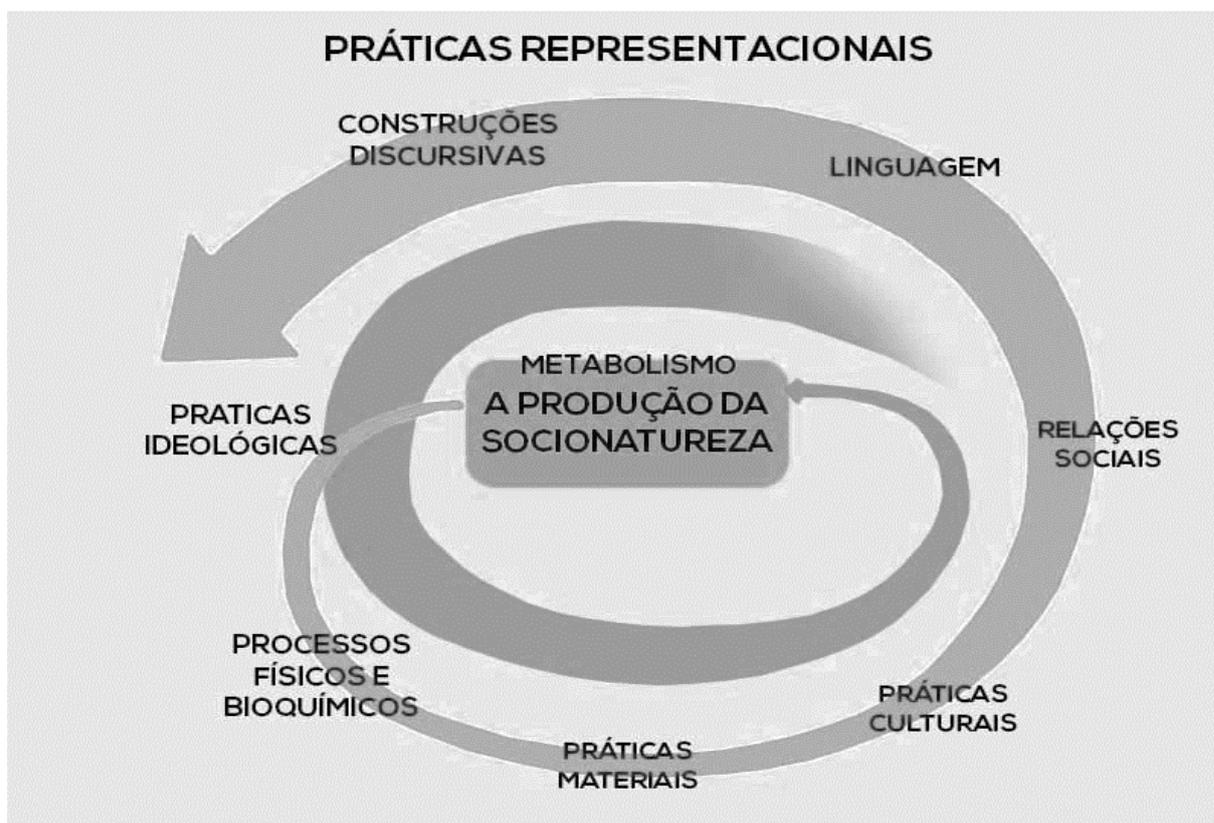


Figura 1: A produção da Siconatureza: tradução e adaptação de Swyngedouw, 2001

Portanto, da perspectiva da rede de associações que forma a cidade enquanto Siconatureza, no tempo e no espaço, as águas “produzem” cidade e são, ao mesmo tempo, “produzidas” por ela.

Usemos como exemplo pertinente a esse trabalho, o nosso próprio objeto de estudo em questão: o Pocim. As águas das nascentes do Córrego Bolina que, há décadas atrás, formavam um poço, serviam à comunidade – assentada de forma emergencial e desatendida pelo poder público – como alternativa de abastecimento. Ou seja, aquelas águas eram fator fundamental para a sobrevivência da comunidade assentada. Ao mesmo tempo, a inexistência de uma rede de distribuição de água canalizada fazia desse poço (“pocim”) um lugar de encontros, onde lavadeiras criavam laços, crianças desfrutavam das águas, baldes eram abastecidos. O “objeto” poço, essencial à sobrevivência da comunidade, é dotado de valor simbólico e faz parte de uma associação em rede que constrói aquela realidade. A crescente ocupação da

encosta, o despejo de esgoto *in natura* nos fundos de vales, a constante adaptação da plataforma geológica para a ocupação, com cortes e aterros no terreno, são alguns outros exemplos de práticas dos atores humanos nessa rede de associações. Ao mesmo tempo aquelas águas, como atores não-humanos, antes fonte de sobrevivência, passam a carregar e distribuir dejetos pelo território, trazendo insalubridade, riscos de doenças, proliferação de pragas, entre outros. As mesmas águas, correndo em cursos transformados por seu próprio movimento e pela ação humana, também geram riscos pontuais de deslizamento de terra. Períodos de chuvas intensas amplificam o volume dos corpos d'água, apresentando riscos de inundações, deslizamentos de terra e soterramento às ocupações das margens. Ou seja, essas águas são atores ativos na conformação da realidade social. Apesar de nem todas as variáveis estarem postas nessa breve descrição – pois são infinitas –, é possível compreender que as águas são atores sociais que, dialeticamente, afetam e são afetados dentro da mesma realidade. Essas relações são contínuas e se transformam no tempo. A mesma lógica pode ser aplicada a todos os atores não-humanos que compõe essa rede, e que a conectam a outras escalas de associações.

Portanto, discutir sobre a recuperação ambiental das águas do Pocim requer compreender não só os aspectos físico-ambientais de sua degradação e de sua possível recuperação, mas também o valor simbólico das águas e do lugar, a relação historicamente construída da população com as águas, os aspectos políticos e econômicos e as relações de poder nas escalas local, regional e global, as experiências do presente no local, as perspectivas futuras, e principalmente, o caráter contínuo, inacabado, processual da manutenção ambiental, reconhecendo ainda que, por mais que sejam dissecados os aspectos anteriormente citados, há ainda um número maior de variáveis imprevisíveis capazes de mudar o curso das coisas.

Como proposta aos debates contemporâneos acerca do tema, Swyngedouw (2009) sugere que imaginar organizações hidro sociais diferentes, mais inclusivas, sustentáveis e igualitárias significa imaginar formas de organização social diferentes e mais efetivas, assumidamente democráticas. Esse argumento será central em todas as análises e propostas apresentadas nesse trabalho.

## 2.2. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO DISCURSO DE OPRESSÃO

Como colocado no subcapítulo anterior, não há como separar a natureza da rede de associações – tanto materiais, quanto simbólicas – de que ela faz parte. As relações sociais, as práticas culturais, a linguagem, as práticas ideológicas e as construções discursivas que a abarcam, nos permite afirmar que natureza é algo socialmente construído. Arturo Escobar (1996) acrescenta que “não existe materialidade que não seja mediada pelo discurso, e não existe discurso que não esteja relacionado às materialidades” (ESCOBAR, 1996, p. 326). Portanto a linguagem tem um papel fundamental na construção de uma realidade social, que envolve uma rede de relações dialéticas entre discursos, práticas e materialidades. O autor defende que o discurso é a articulação entre conhecimento e poder, entre o visível e o exprimível.

O autor propõe a análise da construção do discurso da sustentabilidade sobre a lente do capitalismo, e as maneiras com que, convenientemente, a degradação ambiental em escala global e os riscos à sobrevivência humana são usados para lançar sobre os mais pobres todo o ônus de uma suposta reversão desse quadro.

De acordo com o autor, a origem desse pensamento – que até hoje se faz hegemônico, mas vem sendo problematizado por correntes da Ecologia Política – se dá quando, na década de 1970, o fervor dos movimentos ecológicos leva a uma visão do planeta como um sistema global onde todas as partes estão conectadas, o que supostamente demandaria uma gestão ambiental em proporções planetárias (ESCOBAR, 1996, p. 328). Essa lógica de “gestão” da natureza implica sua capitalização, ou seja, que ela seja tratada como mercadoria. A natureza capitalizada deixa de ser enxergada como natureza, e passa a ser tratada como ambiente a ser gerido. O discurso capitalista passa, então, a se despir de um caráter predatório da exploração da natureza – capitalismo moderno –, e adota um caráter conservacionista – capitalismo pós-moderno.

Para que isso seja possível, é adotada uma ideia de um suposto desenvolvimento sustentável, que propõe a conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental sem que, de fato, sejam problematizadas as práticas exploratórias do capitalismo. Dessa forma, são estabelecidos ajustes no discurso, mas não na prática. São criadas novas formas de manipulação para que se possa continuar usufruindo ao

máximo da natureza como recurso, dentro de uma lógica que prega a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta. O que está em questão não é a sustentabilidade de realidades e culturas locais, mas sim o ecossistema global, sendo que esse “global” é definido de acordo com a percepção de mundo compartilhada por aqueles que detém o poder.

O conceito de “pensar global, agir local” assume, não só que os problemas podem ser definidos na escala global, mas que também são igualmente distribuídos a todas as comunidades. Se todos são “passageiros da nave Terra”, todos são responsáveis por sua degradação. Essa visão ofusca as diferenças e desigualdades nos problemas entre países, regiões, comunidades e classes (ESCOBAR, 1996, p. 328).

Dessa forma, cabe às “mãos benevolentes” dos países ocidentais mais ricos uma suposta “salvação” do planeta. Sendo assim, são tomadas decisões de acordo com as prioridades desses países.

Na escala da cidade, a tomada de decisão se concentra nas mãos do Estado e das elites, em prol da recuperação ambiental da cidade. Isto leva as populações mais pobres a arcar com todo o ônus da recuperação ambiental. Como será perceptível nos casos apresentados neste trabalho, a supressão de moradias e a transformação da realidade social para que sejam implementadas áreas de preservação ambiental e recuperação das águas se dão em áreas precarizadas, periféricas, ocupadas pelos mais pobres. O mesmo jamais ocorreria na cidade formal, ocupada pelos ricos, que são protegidos pela propriedade privada.

Do ponto de vista das populações mais pobres dos países mais pobres do mundo certamente os princípios da equidade – a justiça ambiental como uma perspectiva de desenvolvimento sustentável – ou da ética não passam de retórica: se como consumidoras no sistema capitalista são marginais, serão preferenciais quanto a receber os prejuízos ambientais decorrentes deste sistema e, neste sentido, o mapeamento da segregação socioambiental urbana é contundente (SILVA, 2013, p. 187).

O Estado, como mediador desse processo, precisa ser visto como uma interface entre o capital e natureza, incluindo seres humanos e espaço. O controle e a normalização do trabalho, a gestão da pobreza e o surgimento do “social” marcaram o início da capitalização da vida na era moderna. Ao mesmo tempo, o planejamento urbano normalizou e acelerou a capitalização do espaço. Conceitos de planejamento e gestão incorporam a crença de que mudanças sociais podem ser projetadas, direcionadas e produzidas, suportadas por narrativas racionais e objetivas. Esse tipo de capitalização

tem sido central ao capitalismo desde o início do processo de acumulação primitiva. A tendência instrumental da ciência também teve um papel importante nesse processo (ESCOBAR, 1996, p. 332).

Na escala local, comunidades, populações, e grupos organizados são marcados pela construção de outras relações entre população e natureza, que vão além da visão do ambiente como recurso, compreendendo a relevância cultural e afetiva dos elementos da natureza como parte fundamental de cada realidade social. Entretanto, essas relações são suprimidas pelo discurso da sustentabilidade na escala global.

A gestão ambiental voltada para o “pensar global, agir local” é ferramenta do planejamento na tentativa de atuar na normalização e no controle social. Quando incorporadas na economia capitalista, comunidades locais são rompidas de seu contexto local, que passa a ser redefinido como “recurso” a ser planejado e gerido. De fato, um dos aspectos que definem a modernidade é a crescente apropriação do “tradicional”, isto é, da cultura pré-moderna pelo saber científico, e a subsequente subordinação de grande parte da vida humana e não-humana à regulação pelo aparato administrativo baseado na racionalidade técnica.

A partir do debate proposto por Escobar, entendemos que os movimentos sociais e comunidades encaram, hoje, a crescente tarefa de construir racionalidades e estratégias produtivas alternativas por um lado, e resistir culturalmente aos abusos das novas formas de capital e tecnologia na produção de natureza e cultura, na produção da Socionatureza.

### **2.3. A URBANIZAÇÃO REVERSA**

Após nos debruçarmos em alguns tópicos importantes da Ecologia Política para dar suporte ao debate deste trabalho, exploraremos um conceito de caráter propositivo, que pode nortear as reflexões desse trabalho em sua busca por alternativas de instâncias participativas democráticas.

Partindo da busca pela reconciliação entre sociedade e natureza, da mesma forma que já fizemos da perspectiva teórica, Margarete Maria de Araújo Silva (2013) propõe, numa perspectiva prática, a Urbanização Reversa. Em sua proposta, essa reconciliação se daria “pelo desencadeamento de processos de recuperação socioambiental em microunidades autônomas, mesmo ainda no interior de uma ordem

heterônoma determinada pelos interesses dos grupos sociais dominantes” (SILVA, 2013, p. 182). O conceito consiste na admissão da cidade como um produto, cujo processo social de produção gera impactos indesejáveis que precisam ser equacionados pela totalidade social que o produz. Isto se daria de forma a “minimizar ou anular, a curto, médio e longo prazos, os danos ao meio ambiente e à coletividade decorrentes [da produção] do uso e manutenção desse produtocidade” (SILVA, 2013, p.183).

A autora constata que os ocupantes mais antigos das favelas carregam consigo histórias particulares de suas relações com as águas urbanas,

[...]como dádiva ou castigo, como problema ou solução, como elemento de união ou de discórdia, elemento de disputa, de conquistas, símbolo do atraso e do progresso, de pobreza ou de riqueza, exemplos da generosidade ou da avareza dos seus detentores, boas e divertidas lembranças ao lado de amargas e sofridas (SILVA, 2013, p. 184).

Ao revelar as singularidades do lugar e do sujeito, essas histórias também revelam “os processos sociológicos tanto ao nível da ordem próxima – a da vizinhança, quanto da ordem distante – a do Estado”. (SILVA, 2013, p. 184). De acordo com a autora, a dimensão humana do sujeito pode ser resgatada dessas histórias, como ferramenta fundamental “à transcendência da alienação e ao projeto de autonomia” (SILVA, 2013, p.184).

No cenário urbano brasileiro, Silva (2013) denuncia outro aspecto importante a ser desconstruído: o antagonismo marcante entre os movimentos ambientalistas e os movimentos por moradia, que se dá pela “disputa latente pelos territórios que escaparam à lógica do mercado capitalista e à urbanização convencional” (SILVA, 2013, p. 185). A autora acrescenta que essas disputas acabam por obscurecer a percepção de que, se somados, ambos os movimentos poderiam se fortalecer, e “em caráter de urgência, resguardar esses territórios das disputas capitalistas, para a construção de novas relações de interação do homem urbano e natureza” (SILVA, 2013,p. 185).

A partir dessas reflexões, a autora propõe uma mudança de perspectiva, no sentido de se pensar a cidade de forma a “operar dentro das capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema” (SILVA, 2013, p.188). Isso significaria “aliviar o ecossistema urbano em seus pontos de saturação” (SILVA, 2013, p.188). Esses pontos de saturação são definidos pela autora como os problemas urbanos que, ao

não conseguirmos absorver localmente, acabamos por exporta-los parcial ou integralmente, consciente ou involuntariamente. Alguns exemplos destacados pela autora são: “águas de chuvas, lixo, entulho, esgoto, solo, poluição do ar, dos solos e das águas etc.” (SILVA, 2013, p.188).

A autora destaca, ainda, que nas grandes cidades brasileiras, comumente são realizados investimentos públicos em grandes montantes na tentativa de lidar com esses problemas, mas que as ações empreendidas até hoje têm mostrado que, além de ineficientes, frequentemente “os acentuam, geram novos ou, ainda, são simplesmente transferidos para longe de nossos olhos” (SILVA, 2013, p.189).

A Urbanização Reversa seria, portanto, o reconhecimento das evidências de que o ecossistema urbano tem operado acima de sua capacidade de regeneração, e, a partir deste reconhecimento, empreender esforços para interromper essa sobrecarga.

Permitir que o sistema se regenere e se ajuste à sua capacidade de assimilação significa, a princípio, aliviar seus pontos de saturação, identificar e desconstruir gargalos, desconcentrar fluxos de modo que as conexões fundamentais sejam restabelecidas e o sistema possa se estabilizar, especialmente pela reconfiguração dos processos naturais básicos entre terra e água, ou seja, desbloquear o caminho das águas até seu reservatório natural – a terra (SILVA, 2013, p.191).

A autora aponta, também, para a necessidade de se reconhecer que é a plataforma geológica, sobre a qual um assentamento humano se estabelece, que fornece os reais fatores de sustentabilidade desse assentamento. Isto se dá, tanto na disponibilidade de recursos materiais, quanto na capacidade de absorver as atividades humanas. Portanto, “sempre que a Cidade deixa de lançar mão de fatores de sustentabilidade incidentes em seu território, ela gera a necessidade de fazê-lo alhures” (Carvalho, 1999 apud SILVA, 2013, p.191).

Silva (2013) propõe enxergarmos a cidade como produto do conjunto de atividades humanas, visando um programa de compartilhamento das responsabilidades sobre os impactos dessa produção entre seus atores sociais, ou seja, o conjunto da sociedade. Isso se daria de forma a “minimizar ou anular, a curto, médio e longo prazos, os impactos indesejáveis ao meio ambiente e à coletividade decorrentes dos processos de produção social, uso e manutenção do produto-cidade” (SILVA, 2013, p.192).

Para isso, a autora apresenta uma proposta de gestão pública descentralizada, em que cada população local autogerisse o território: os produtos e os impactos de sua produção. É possível vislumbrar um conjunto de forças sociais e políticas que

“possibilitasse o desencadeamento de microprocessos de Urbanização Reversa, autônomos ou autogestionários” (SILVA, 2013, p.193). Esses processos poderiam ocorrer mesmo dentro de uma ordem heterônoma, “explorando brechas em estruturas sociais e do Estado” (SILVA, 2013, p.193).

A hipótese de reversão dos processos predatórios de urbanização apresentada por Silva (2013) pressupõe o tratamento do território no sentido montante-jusante. Por isso ela sugere que as favelas assentadas nas áreas de cabeceiras dos córregos urbanos se adequariam bem aos propósitos da Urbanização Reversa sob vários aspectos. O primeiro deles é a “conformação evidente das microunidades hidrográficas como unidades autônomas de atuação” (SILVA, 2013, p.192). O segundo aspecto é o já mencionado imaginário coletivo das populações faveladas, repleto de referências simbólicas que remetem às relações cotidianas entre população e água, marcantes de sua história.

Além disso,

Há também o acúmulo de experiências de autoprodução tanto coletivas quanto individuais que, apesar da precariedade que as reveste, estimulam, em alguma medida, a liberdade de criação, experimentação e compartilhamento de decisões tanto para resolução dos conflitos entre interesses individuais e os coletivos, quanto em ações de cooperação ou reivindicatórias para promoção de melhorias urbanas, praticamente extintas na cidade formal (SILVA, 2013, p.193).

Dessa forma, microprocessos aplicados para a recuperação ambiental e a potencialização das características próprias das cabeceiras de drenagem serviriam como ferramenta de fortalecimento das estruturas sociais e políticas das favelas. Assim, as cabeceiras – como áreas a serem preservadas – e as favelas – como organização socioespacial a ser preservada – fariam parte de uma relação mútua de proteção aos esquemas tradicionais de planejamento e gestão urbana e a pressões do sistema capitalista.

Ademais, a Urbanização Reversa pressupõe as microbacias hidrográficas como unidades de gestão autônoma (SILVA, 2013, p.193), de forma que, como já dito, a recuperação se dê no sentido montante-jusante. Sendo assim, trabalha-se para que intervenções físico-ambientais empreendidas no processo não sofram impactos de eventos não controlados a montante, nem transfiram impactos a jusante.

Quanto à escala territorial da intervenção, a autora aponta que se deve atentar para especificidades como a capacidade operacional e de experimentação. Essas

capacidades se referem aos recursos financeiros disponíveis, recursos materiais locais, recursos humanos, além do conhecimento das especificidades e contradições locais do território a ser recuperado (SILVA, 2013, p.193). A autora destaca, ainda, que por mais que um grupo de atores locais trabalhe de forma autogerida, ele estará subordinado a algumas determinações ou limitações externas, heterônomas. Isso acontece, especialmente, em condições de gestão de recursos financeiros provenientes do poder público. Entretanto, “excetuadas essas condições, as decisões devem ser tomadas exclusivamente pelas pessoas que trabalham” (SILVA, 2013, p.194).

A autora aponta, como princípio norteador das ações de Urbanização Reversa, a permanência e o cuidado dos cursos d’água em seu leito natural, como estratégia para a reversão do afastamento físico e cultural da sociedade em relação às águas. Acerca disso, Ricardo Moretti (2001) defende que

Será difícil uma efetiva recuperação da qualidade das águas se não se conseguir retomar a identidade do cidadão com os vales e cursos d’água. A valorização paisagística destes espaços urbanos passa a ser, assim, parte de um processo de retomada do respeito que se perdeu ao longo do tempo. Constitui verdadeiro desafio para os próximos anos que se consiga retomar a alegria de conviver com os nossos cursos d’água. A meta de resgatar-lhes a vida soma-se a de integrá-los novamente às cidades [...] como patrimônio paisagístico e ambiental – um lugar bom para se ver, bom para estar. (Moretti, 2001, s.p.)

Silva (2013) acrescenta à reflexão de Moretti (2001) a necessidade, também urgente, de se resgatar, nas áreas de cabeceiras de drenagem ocupadas por favelas, além do contato físico e da convivência com as águas, “o inestimável valor de uso sempre explorado pelos seus ocupantes: água para suprimento e terra para plantio e criação de animais para consumo doméstico ou comercialização de pequena escala” (SILVA, 2013, p.194).

Sendo assim, a Urbanização Reversa aponta para a não exclusão dos cursos d’água e seu entorno da vida cotidiana e produtiva da cidade, por meio da consolidação de microssistemas de gestão local, para manejo e manutenção da natureza e dos recursos ambientais, geradores de valor de uso coletivo. Afinal,

Se o convívio de populações urbanas com cursos d’água degradados é uma realidade facilmente identificável nas metrópoles brasileiras, a condição para que esse convívio seja harmonioso está para ser construída (SILVA, 2013, p.196).

## 2.4. PARTICIPAÇÃO POPULAR E PRODUÇÃO EMANCIPATÓRIA DO ESPAÇO

Partiremos do fato de que os modelos hegemônicos de tomada de decisão na produção do espaço – e em todas as outras esferas políticas – ainda hoje se mostram excludentes. Como mencionado anteriormente, as decisões são tomadas com base num conhecimento técnico centralizado e, principalmente, nas prioridades daqueles que detém o poder, em detrimento de todas as outras formas de existência. Essa exclusão é ainda mais marcante quando se trata de populações de menor poder aquisitivo. Dessa forma, o discurso da preservação ambiental não consegue proteger populações, pois são meramente coadjuvantes – quando há processos de participação popular inconsistentes – ou completamente descartados do “jogo” – na maioria das vezes, quando nem ao menos se escuta a população.

Entretanto, como dito anteriormente, este trabalho parte da hipótese de que é fundamental que os habitantes de um território estejam diretamente envolvidos e conectados com processos de recuperação ambiental do espaço que habitam. Se participar é fazer parte, se é pertencer, o caráter emancipatório da produção social do espaço só é possível a partir de uma democratização radical das tomadas de decisões e do “fazer cidade”.

Marcadas pela escassez de atendimento do poder público e da garantia de direitos, as favelas e periferias são locais onde se manifestam com maior intensidade os processos de segregação social. Como contraponto, as populações dessas áreas estão acostumadas à necessidade de desenvolver práticas – individuais e coletivas – para a sobrevivência cotidiana (LIBÂNIO, 2017). Essas práticas se dão nos arranjos sociais e espaciais, nas tomadas de decisão coletivas, na capacidade de empreender melhorias ao ambiente vivido com as próprias mãos. Libânio (2017, p.8) defende que “as periferias metropolitanas são locais de reinvenção da cidade, em função de sua potência e da construção de soluções autônomas e criativas que contribuem para gerar resiliência, capacidade fundamental para a transformação dos processos de espoliação a que estão sujeitas cotidianamente”. Portanto se tratarmos da participação como “fazer parte”, as populações pobres, periféricas, e faveladas, autoconstrutoras por necessidade, exercem, na prática, processos microlocais cotidianos que se aproximam muito mais da participação do que os empreendidos

pelo poder público, mas que geralmente não são reconhecidos formalmente e, por isso, muitas vezes acabam sendo suprimidos. As formas de organização social das periferias deveriam protagonizar o processo de tomadas de decisões sobre seus territórios, para que fosse alcançada maior coerência nos resultados e, principalmente, para que essas populações fossem protegidas e fortalecidas em suas particularidades.

Para isso, se faz urgente discutir, de forma ampla, a questão da participação popular. Tanto a participação nos modelos vigentes, propostos, geralmente, por instrumentos do poder público, quanto em seu alcance mais genuíno: a autogestão.

Será adotada, neste trabalho, a abordagem da participação apresentada por Marcelo Lopes de Souza (2006) em “A Prisão e a Ágora”. O autor defende que o alcance da participação é diretamente proporcional ao grau de autonomia dos envolvidos. Para ele, numa sociedade completamente autônoma, a participação seria substituída pela autogestão. Para melhor entendimento dessa concepção, se faz necessário traçar as diferenças entre a heteronomia e a autonomia:

A heteronomia não está relacionada a um conteúdo específico de uma decisão, mas à lógica, ou estrutura em que as decisões são tomadas. Nesse sentido, o planejamento heterônomo é o processo que não permite que suas estruturas sejam modificadas ou adaptadas por nenhum grupo de participantes (KAPP e BALTAZAR, 2012). “A heteronomia é, sempre, alienação política de uma parte da população, consentida ou arrancada à força” (SOUZA, 2006, p. 70).

Quanto à autonomia, o autor defende ser importante caracterizar suas duas esferas: a autonomia individual e a autonomia coletiva. A autonomia individual seria a “capacidade psicológica e a possibilidade material e institucional efetiva de cada indivíduo adulto de estabelecer fins para sua existência e persegui-los de modo lúcido em igualdade de oportunidades com outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade” (SOUZA, 2006, p. 70). Já a autonomia coletiva, se refere à “presença de instituições sociais que garantam igualdade efetiva - e não apenas formal - de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e muito especialmente, para participação em processos decisórios relevantes para a regulação da vida coletiva” (SOUZA, 2006, p. 70). O autor acrescenta ainda que a “liberdade e a qualidade de vida privadas do indivíduo são inseparáveis da liberdade

de que se pode gozar na esfera pública: a liberdade para se informar confiavelmente, atuar e decidir sobre os negócios de interesse coletivo” (SOUZA, 2006, p. 71). A autonomia deve ser tratada como “ideal inesgotável a ser perseguido” (SOUZA, 2006, p. 72), ou seja, ela deve ser sempre o “horizonte referencial do pensamento e da ação” (SOUZA, 2006, p. 72). Kapp (2004) defende ainda que

(...) autonomia não é apenas o direito, mas, principalmente, a capacidade de dar a si mesmo suas próprias normas. Também nesse sentido, a autonomia só existe quando há algo de heterônomo em jogo, quando há algo de exterior, de outro. Mas, a autonomia enquanto capacidade de autodeterminação pode ocorrer à revelia das forças heterônomas, ao passo que, como direito de autodeterminação, ela é concedida por essas forças mesmas. (KAPP, 2004, p. 95).

A partir disso, é preciso partir da realidade social que vivemos hoje, que o autor caracteriza como um binômio “democracia representativa + capitalismo” (SOUZA, 2006). E é no espectro desse formato de democracia, que – grande parte dos – cidadãos acabam por alienar seu poder decisório, designando-o a quem ocupa cargos de poder. Entretanto o autor critica a generalização abusiva “que encerra, ao assumir, tacitamente, que todos os cidadãos querem, de fato, alienar poder decisório, e principalmente que todos têm plena e madura consciência dos riscos que correm e do preço que pagam por serem as coisas do jeito que são” (SOUZA, 2006, p. 89).

Nesse contexto, os processos heterônomos de planejamento e a gestão das cidades, tendem a gerar produtos nocivos, como a fragmentação dos territórios, a segregação socioespacial e a manutenção de relações de dominação. O autor sugere que

A democratização do planejamento e da gestão urbanos, em associação com um projeto de autonomia, corresponde a uma ultrapassagem dos limites estreitos da democracia representativa, com o fito de se aumentar a margem de manobra para o exercício da autonomia individual e coletiva, ainda que, inicialmente, aproveitando-se (na medida do possível) as possibilidades oferecidas dentro desses marcos, o que não exclui o enfrentamento direto sempre que necessário. Avanços modestos de democratização do planejamento e da gestão urbanos são possíveis e necessários mesmo na sociedade atual, assim como possíveis e desejáveis são, mais geralmente, os ganhos de autonomia coletiva e os ganhos de autonomia individual que não se façam às expensas de outrem (SOUZA, 2006, p. 94).

Apesar da possibilidade de avanços modestos em nossa realidade social, o autor acrescenta que um processo de democratização verdadeiramente profunda do planejamento e da gestão urbanos não são possíveis de ocorrer nessa mesma realidade. Isso só seria de fato possível em “outra moldura político-institucional e outra matriz socioespacial” (SOUZA, 2006, p. 94). Ou seja, só seria possível a partir de um “macrocontexto social diferente [o que] pressupõe uma sociedade basicamente autônoma” (Souza, 2006, p. 205). Nessa hipotética sociedade autônoma – e

autogestionária – participar é tomar parte, de forma que todos os cidadãos com interesse de se fazer presentes tenham igualdade de condições – materiais, psicológicas, intelectuais etc.

Como esse “macrocontexto” está longe de ser alcançado, e ainda há muito para se caminhar em direção a conquista da autonomia coletiva de forma concreta e efetiva, é na experimentação de alternativas possíveis que se pode obter vitórias táticas “modestas”, que podem ser ganhos em termos de redução da heteronomia, e podem acumular efeitos político-pedagógicos a longo prazo. Nesse caso, as políticas urbanas e as experiências em escala local “são arenas fundamentais de mobilização e experimentação” (SOUZA, 2006, p. 87). Coloca-se em perspectiva um desenvolvimento social e espacial que se retroalimentem, mas não como um estado e sim como um dever. Dessa forma

Reclama-se um outro olhar epistêmico, que combine com uma política, com uma ética e até como uma estética do “inacabamento”. Em vez do feito, o fazendo-se. Em vez do modelo fechado, com os quais se quer moldar a realidade, os “modelos” abertos, com os quais não se deseja produzir por imitação, mas inspirar. Nunca artificios para encerrar, mas suportes e pretextos para reiniciar (SOUZA, 2006, p.88).

Sendo assim, apontar em direção a uma sociedade autônoma, a partir de ganhos de autonomia que vão sendo somados na medida em que se realizam. Essa sociedade que se busca alcançar, seria uma sociedade aberta à possibilidade de superar a si própria, de se aprimorar, que se entende como movimento de auto-organização e que, por ser autônoma, tem consciência até mesmo de sua “dimensão trágica”, ou seja, do constante risco de retrocessos. Afinal, “uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre, mas sim, (...) uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta” (SOUZA, 2006, p. 88).

Mas podem, ainda hoje, os processos participativos, inseridos no contexto de heteronomia em que vivemos, contribuir para que se dê passos consistentes em direção a uma sociedade autônoma, dentro de suas limitações?

Souza (2006, p. 455) destaca que nos moldes sobre os quais a maioria dos processos participativos vigentes se dão, “participar(...) significa, para o corpo de cidadãos, em sentido próprio, tomar parte, juntamente com o Estado”. E, dados os modelos de políticas públicas participativas que conhecemos, explicitamente cidadãos são sempre colocados mais “abaixo” do que em igualdade de condições com os integrantes do

Estado. Ou seja, participar, hoje, aproxima-se muito mais de se acrescentar apenas como mais uma parcela, seguindo diretrizes do aparelho do Estado do que “engajar-se como um todo”. Sendo assim, a participação se configura como um processo de consentimento e subordinação dos cidadãos, contribuindo muito pouco, ou quase nada, para ganhos de autonomia que sustentem algum tipo de transformação a longo prazo.

Kapp e Baltazar (2012) acrescentam que o planejamento permanecerá, em sua essência, heterônomo, enquanto as condições microlocais forem determinadas por regras pré-estabelecidas, mesmo se essas regras forem aceitas pelos participantes e comunidade envolvida. A democracia não emana do topo (KAPP E BALTAZAR, 2012). Não há como prescrever o engajamento sincero ou a participação honesta como política pública. Na prática, mesmo se os planejadores e mediadores tivessem habilidade e consciência política para promover a comunicação, o processo ainda dependeria da boa vontade e do caráter individuais, ao invés de depender de uma estrutura definida e apoiada pela coletividade (KAPP E BALTAZAR, 2012).

Souza sugere, ainda, que se questione o papel “paternalista” que o Estado tende a exercer. Afinal, “(...) seria a tutela estatal uma necessidade, ainda que enquanto mal necessário? Não seria isso um pessimismo conveniente, a-histórico e determinístico? (...) e acima de tudo: não teriam, os cidadãos comuns, o direito de errar em liberdade”? (SOUZA, 2006, p. 69).

Há ainda um entrave de caráter pedagógico. Afinal, os cidadãos – principalmente os de menor poder aquisitivo – além de terem sua autonomia individual limitada por sua falta de acesso a coisas básicas como moradia digna, qualidade de vida, segurança, poder de compra etc. –, são pouco, ou nada preparados e dotados de informações suficientes para participar em par de igualdade com os representantes do Estado. Para Souza (2006), entretanto, a capacidade de aprendizado de pessoas “simples e de baixa instrução formal” é subestimada. O que falta é que lhes sejam repassadas as informações e prestados os esclarecimentos necessários.

Souza sugere que instâncias participativas verdadeiramente democráticas podem servir como “escolas de cidadania crítica” que podem apontar para uma “dimensão político-pedagógica de valor potencialmente estratégico, por colaborar para organizar

a sociedade e, o mais possível, uma auto-organização da sociedade” (SOUZA, 2006, p. 86).

Será que processos que se dizem participativos são capazes de tornar os indivíduos e as instituições mais abertos para uma transformação social mais ampla, marcada por mudanças efetivas na distribuição de poder?

### 2.4.1. Escala de avaliação da participação popular

Souza (2006, p. 84) defende que o contexto político-social em que estamos inseridos exige que relativizemos a questão da autonomia, superando assim “uma simples questão de tudo ou nada”. Para ele, é necessária a compreensão do “(...)que fazer e como fazer para que cada etapa de um processo de emancipação, por seus resultados, torne mais fácil, e não mais difícil, a participação política na etapa seguinte” (SOUZA 2006, p. 84).

Se há diferenças notáveis entre uma democracia direta como a dos gregos convivendo com a escravidão e a exclusão das mulheres e uma eventual democracia radical efetivamente universalista, e se há uma distância nada inexpressiva entre uma administração pública democrático-representativa tecnocrática e uma outra fortemente permeável à participação popular, então faz sentido pensar também em termos de “graus de autonomia” por razões tanto analíticas quanto operacionais, do mesmo modo que, se a diferença entre totalitarismo e “poliarquia” não pode ser desprezada, então faz igualmente sentido admitir que existem graus de heteronomia e que isso conta, e muito” (SOUZA, 2006, p. 85).

Para ampliar a análise, o autor apresenta uma ferramenta para classificação de “graus de abertura para a participação” que desenvolveu a partir da reformulação da “escada da participação popular”<sup>2</sup> desenvolvida por Sherry Arnstein (1969). As mudanças nas categorias de análise propostas por Souza (2006) se dão por adaptações críticas acerca das terminologias utilizada por Arnstein.

Me proponho, neste trabalho, a realizar mais uma adaptação à ferramenta, explicitando, no diagrama que representa essa “escada”, que além da coerção, as categorias manipulação e informação estão inteiramente no espectro da heteronomia, considerando que elas não são capazes de contribuir para ganhos efetivos de autonomia. A partir dessa pequena mudança na representação, fica explícito o “salto qualitativo” (KAPP E BALTAZAR, 2012) necessário entre práticas que se dizem

---

<sup>2</sup> A “escada da participação” de Arnstein (1969) consistia em oito degraus: a manipulação de indivíduos (*manipulation*), o controle cidadão (*citizen control*), a terapia (*therapy*), a informação (*informing*), a consulta (*consultation*), o apaziguamento (*placation*), a parceria (*partnership*) e o poder delegado (*delegated power*) (ARNSTEIN, 1969 apud SOUZA, 2006, p. 412).

participativas, mas que servem como meros instrumentos de domesticação e apaziguamento e práticas que realmente são capazes de dotar seus participantes de ganhos reais de autonomia.

A análise proposta por essa ferramenta é limitada e se refere às relações entre Estado e sociedade. Este trabalho se apropriará da ferramenta, realizando as devidas adequações, para analisar as relações não somente entre poder público e sociedade, mas também traçando paralelos dos níveis participativos à atuação institucional da ASF-Brasil e até mesmo as relações endógenas da comunidade e entre diferentes moradores envolvidos no grupo Pocim Vivo.

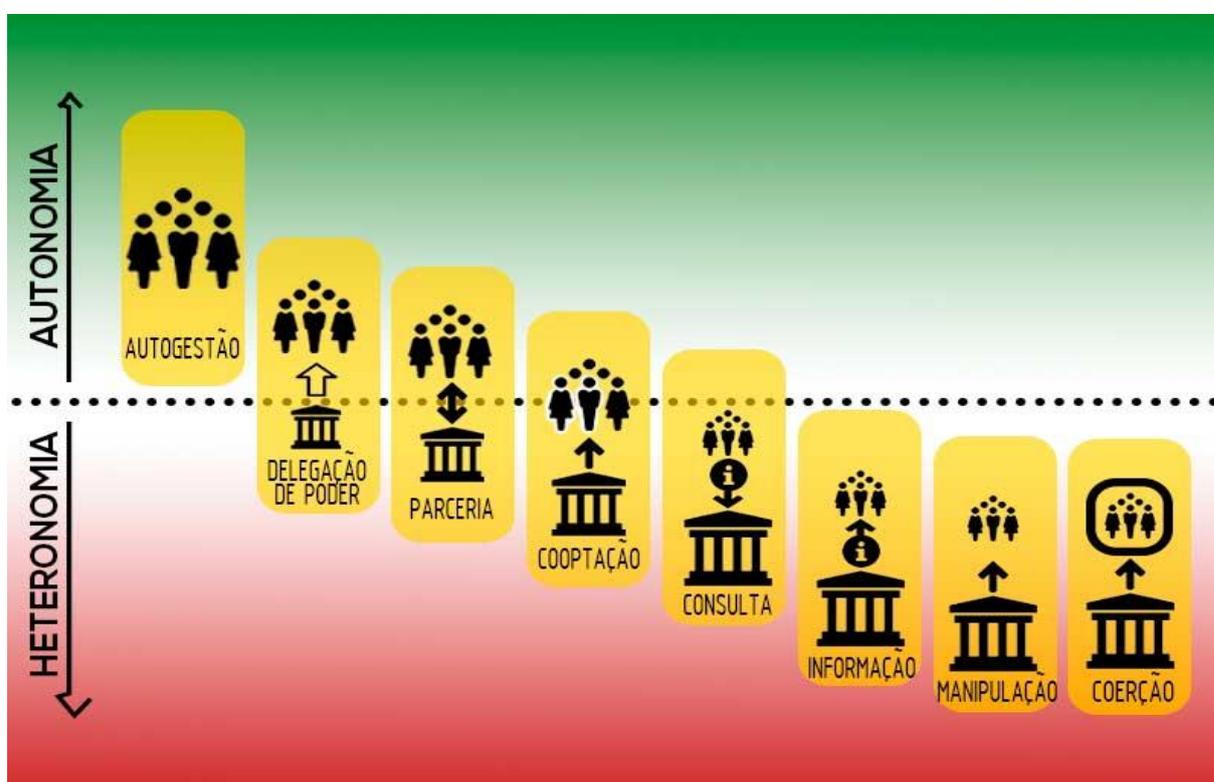


Figura 2: Releitura do diagrama dos graus de participação popular, proposta pela autora, 2017.

A **coerção** se manifesta num cenário em que há completa restrição de qualquer manifestação de autonomia, seja individual ou coletiva. Ou seja, situações marcadas por extrema heteronomia (SOUZA, 2006). Atuações coercitivas por parte do Estado para fins de planejamento e gestão urbanos são muito comuns em situações de “ordenamento espacial” (SOUZA, 2006, p. 415) não só em regimes totalitários, mas até mesmo em regimes democrático-representativos. O autor reitera a desigualdade marcante nesses regimes (principalmente em países marcados por desigualdade socioeconômica extrema) onde:

(...) para a elite existem privilégios acima da lei; para a classe média, vale o respeito aos direitos civis e políticos; para os pobres e moradores de espaços segregados, esses mesmos direitos se veem recorrentemente feridos pelo Estado, para eles valendo uma espécie de risco constante de coerção e arbitrariedade (SOUZA, 2006, p. 415).

É uma realidade marcada pelo uso da violência institucional e da ausência total de diálogo.

É importante acrescentar, à descrição de Souza, as situações internas de coerção muito presentes em situações onde há diferenças nos níveis de autonomia individual dadas por variáveis materiais, políticas, familiares etc. A coerção interna pode afetar ou até mesmo impossibilitar situações de ganhos de autonomia.

A **manipulação** é caracterizada por falso diálogo, onde a violência institucional e o controle são disfarçadamente introduzidos a partir da indução e da persuasão, aproveitando-se do escasso acesso à informação e da propaganda enganosa. Diferente da coerção, não há uso de força e violência física. Entretanto, mantém-se a heteronomia através da falsa sensação de informação sem que haja interesse real, por parte do Estado, na participação efetiva. Apesar de o autor representar, em seu diagrama, algum ganho de autonomia na manipulação, defendo que a manipulação, quando bem-sucedida, ocupa um nível de heteronomia semelhante à coerção.

A **informação**, diferentemente da manipulação, não tem intenção de forjar falsa sensação de diálogo ou participação. Ela se dá pelo fornecimento de dados acerca da atuação do Estado à população, de forma heterônoma, ou seja, independente da aceitação popular. Parte, portanto, da tomada de decisões unilateral onde o mínimo de democratização do processo é dado pelo fornecimento de conteúdos acerca do que foi decidido sem a possibilidade da participação da população. Diferente do autor, considero que esse mínimo de democratização não é suficiente para que se obtenha ganhos mínimos suficientes para que a informação apresente algum ganho de autonomia.

A **consulta** parte da escuta dos atingidos ou supostos beneficiários de uma intervenção. A estratégia pode ser útil para a adequação de propostas e ações às expectativas e necessidades da população. Entretanto, não garante, necessariamente, que os dados coletados serão, de fato, incorporados às tomadas de decisão. As sugestões populares (consideradas leigas) correm o risco de serem facilmente contrariadas pela arrogância do “discurso competente” por meio de argumentos técnicos, independente de quão questionáveis sejam. Logo, a consulta

corre o risco de ser usada como “maquiagem” para camuflar um processo heterônomo, dando a ele “ares” de participativo.

A **cooptação** configura um processo “parcialmente deliberativo”, porém pouco transparente. Ela se dá a partir do envolvimento de “pessoas-chave” como líderes comunitários e outros ativistas em postos administrativos. Estende-se, também, a grupos organizados. A ilusão do compartilhamento de poder decisório é usada como forma de domesticação e apaziguamento, utilizando-se de um custo mínimo para obter “respaldo popular”. Portanto a cooptação se dá muito mais nas aparências do que na real democratização da tomada de decisão. Logo, por correr o risco de gerar descrédito e insatisfação popular tanto do governo, quanto de personalidades ou grupos da sociedade civil, pode contribuir (mesmo que não seja intencionalmente) para desmobilização e fragilização de movimentos sociais e de comunidades.

A **parceria** se manifesta através de elevada transparência, que torna possível um nível de participação efetivo e autêntico, a partir de um real compartilhamento do poder decisório. O diálogo, a interação e a troca transparente entre governo e sociedade civil são utilizados como ferramentas importantes para a democratização da tomada de decisão.

A **delegação de poder** é o nível mais elevado possível de instância participativa instituída pelo Estado. Nesse caso, a sociedade é dotada da “última palavra” no que diz respeito à tomada de decisões, por meio de canais e instâncias participativas. Ou seja, o poder público abre mão de interferir decisoriamente nos processos decisórios, assumindo o protagonismo do grupo envolvido.

A **autogestão** se dá quando a presença de uma instância de poder “separada” se torna desnecessária. Ela representa um salto emancipatório que depende de um macrocontexto em que a autonomia coletiva se manifeste. Ou seja, depende de uma sociedade autônoma. Entretanto, experiências autogestionárias pontuais, que margeiam um sistema pautado pela heteronomia são possíveis e transformadoras. Por mais que sejam efêmeras ou de alcance limitado, têm fundamental impacto político-pedagógico. A autogestão representa resistência à heteronomia. Souza acrescenta que, pelo fato de serem cultivadas em “ambiente hostil”, essas “manifestações de protagonismo insurgente” encontram-se constantemente sob risco de definhamento, colapso material e descaracterização. Isso se dá pelo fato de que,

no contexto em que hoje se inserem, as experiências estão sujeitas a “significações imaginárias individualistas, consumistas e autoritárias” (SOUZA, 2006, p. 415). Ou seja, correm o risco de viver a reprodução de situações de coerção, manipulação internas, semelhantes às heterônomas descritas acima. Portanto experimentações autogestionárias têm trabalho em dobro: o de existir e o de resistir a todas as forças que a tentam suprimir. A autonomia coletiva só é capaz de se consolidar quando conjugada com a autonomia individual de todos os envolvidos. Assim, podem então negociar e tomar decisões em par de igualdade dentro de um grupo autogestionário, evitando a reprodução de relações de dominação.

A escala de avaliação dos graus de participação tem seu valor como “balizamento aproximativo”, ou seja, as categorias devem ser aplicadas de forma a aproximar da realidade e não deve ser utilizada de forma positivista.

#### 2.4.2. Os Indicadores de consistência participativa

“Consistência participativa” é um constructo complexo de índole normativa. Propõe operacionalizar o ato de mensurar a consistência das experiências participativas mediante o desempenho que se obtém a propósito de certos parâmetros. (SOUZA, 2006, p. 427). Conceitualmente, o autor apresenta a consistência participativa como o nível de ambição e coerência de uma determinada experiência. O autor orienta que se atenha a tratar dos indicadores como ferramenta de análise de aproximação da realidade compreendendo que não são, por si só, ferramentas com poder de impulsionar mudanças.

Para avaliar o grau de **profundidade decisória da participação**, a pergunta “A rotina é consultiva ou deliberativa?” deve ser substituída pela pergunta: “Em que momentos a rotina mostra-se deliberativa, caso não seja em todos, e em que momentos ela é consultiva?” Nesse caso, o Indicador se mostra essencialmente qualitativo e, dessa forma, a resposta pode se desdobrar em sub indicadores.

Avaliar a **extensão da participação** diz respeito a demarcar as instâncias e as circunstâncias em que ocorre a participação, como comitês ou conselhos. Qual o poder de tomada de decisão da sociedade, inclusive na escolha de seus representantes em conselhos?

Medir o **Grau de transparência** é traçar a forma com que as informações são compartilhadas, com que frequência isso acontece e qual o alcance dessas informações. Necessidade de assegurar as condições para que a tomada de decisão seja feita com “conhecimento de causa”. Estratégia para reduzir os riscos de cooptação ou de indução dos decisores. Além disso, é fundamental a prestação de contas e esclarecimento das ações e das razões pelas quais se tomou determinada decisão. Esse indicador aponta a “facilidade [ ou dificuldade] para a participação efetiva”, a possibilidade de integrar novos participantes de forma aberta.

Em relação ao **caráter participativo da malha territorial** consideremos que “o espaço não é um mero produto das relações sociais, mas sim, também, um condicionador dessas mesmas relações” (SOUZA, 2006, p. 109). “o espaço (...) é uma dimensão da sociedade concreta, compreensível mediante o processo de sua produção material e simbólica e à luz das relações sociais e do espaço social.

Para avaliar a **Inclusividade** do processo participativo é necessário se perguntar: Qual o grau de representatividade no processo? As instâncias participativas formais são representativas no que se refere a gênero, etnia, classe social? E mais importante, a instância é representativa do grupo que representa? A busca por maior inclusividade deve ser pautada por buscar corrigir a falta de representatividade, reconhecendo suas razões e ampliando as possibilidades de participação a grupos sub representados. Isto pode ser feito através de apoio informacional, assistência social, subsídios etc.

Quanto ao **grau de suporte ativo à participação de “grupos vulneráveis”**, os grupos vulneráveis são aqueles que se encontram em situações de maior dificuldade para a participação. O autor descreve como “deficientes físicos, mães com filhos pequenos e grupos muito pobres”. Tais grupos necessitam maior suporte para que tenham condição de fazer parte de um processo decisório. Na ausência desse suporte “um processo que se pretende inclusivo pode sedimentar situações particulares de exclusão” (SOUZA, 2006, p. 429).

### 3. COMPREENDENDO O VILA VIVA E SEUS IMPACTOS NO AGLOMERADO DA SERRA

Mas as favelas já não fazem parte da cidade há mais de um século? Será que essa integração formal é necessária? Esta não seria uma imposição autoritária de uma estética formalista visando uma uniformização do tecido urbano? Porque não se assume de uma vez a estética das favelas sem as pequenas imposições estéticas, arquitetônicas e urbanísticas, dos atuais projetos de urbanização que acabam provocando a destruição da arquitetura e do tecido urbano original da favela para criar espaços impessoais (que muitas vezes não são apropriados pela população local, ficando rapidamente deteriorados e abandonados)? (Jacques, 2001 *online*).

Partindo da reflexão de Jacques (2001) proponho, primeiramente, refletirmos sobre a atuação institucional em relação às favelas desde seu próprio conceito: a “urbanização” de favelas. Afinal, não seriam as favelas urbanas em sua essência e em sua “razão de ser”? Tonucci Filho e Ávila (2008) apontam que “as favelas são manifestações físicas e espaciais da pobreza urbana e da desigualdade intra-urbana, e a sua generalização nos países subdesenvolvidos deve-se ao processo de ‘urbanização da pobreza’, que é a cada vez maior concentração de pobres nos centros urbanos” (UN-HABITAT, 2003 apud TONUCCI FILHO e ÁVILA, 2008, p. 3).

Quando se fala em “urbanizar” favelas, tende-se, portanto, a tratar as organizações espaciais e sociais espontâneas – marcantes desses assentamentos – como exclusivamente problemáticas e inadequadas às dinâmicas urbanas, o que marca a presença constante de relações de coerção entre poder público e população. Entretanto, na verdade as favelas são resultado e ao mesmo tempo condicionantes dessas dinâmicas. O relatório do Observatório de Favelas (2009 apud SILVEIRA, 2015, p. 24) define favela como: “[...] fenômeno diverso e complexo, e ao mesmo tempo marcado por forte estigmatização [...]”, e as várias comparações do que ela é ou não é em relação à ‘cidade formal’ modelam-na sempre por parâmetros negativos, desconsiderando sua especificidade socioterritorial, capaz de servir de referência para elaboração de políticas públicas voltadas para esse tipo de território.

As formas de organização social das periferias deveriam protagonizar o processo de tomadas de decisões sobre seus territórios, para que fosse possível alcançar maior coerência nos resultados e, principalmente, para que essas populações sejam protegidas e fortalecidas em suas particularidades.

O próprio fato de as legislações municipais reconhecerem as áreas de favela com zoneamento diferenciado, a partir das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) já pressupõe que devam ser tratadas de forma diferenciada das outras áreas, e isso poderia apontar para romper a lógica de reprodução de modelos da cidade formal. Dessa forma, as diferenças se dariam como forma de inclusão e valorização da diversidade na cidade e não como justificativa para processos de exclusão social.

Apesar de muitas vezes ocuparem terrenos por várias décadas, os moradores de favelas não têm reconhecida a propriedade dos terrenos que ocupam. Maricato (2003) corrobora a questão ao salientar que: “O que define a favela é a completa ilegalidade da relação do morador com a terra”. A ausência de propriedade representa um dos principais meios de exclusão social dos moradores dessas áreas (SILVEIRA, 2015, p. 24), representando sua fragilidade frente a políticas de remoção, sob qualquer que seja o argumento.

Embora o Vila Viva faça parte de um arsenal de programas municipais que se propunham inclusivos e participativos, sua implementação, devido à escala da intervenção e o montante financeiro, se deu com baixíssimo controle social, permitindo situações de exclusão social e violência institucional, como será abordado nos próximos subcapítulos.

Ao longo do processo de expansão urbana de Belo Horizonte, momentos distintos – e em sua maioria, marcados pela heteronomia – marcaram as lutas por moradia, assim como momentos distintos marcaram as decisões acerca da gestão das águas urbanas, ambos relacionados com o cenário político do país e com o caráter das políticas públicas locais. Faremos, portanto, nos próximos subcapítulos, o resgate do histórico do município no que diz respeito às lutas e às políticas públicas voltadas para a habitação popular e às favelas, e também às obras de drenagem urbana e intervenções em cursos d'água. Dessa forma, é possível esclarecer o percurso que levou à formatação do Programa Vila Viva, e sua abordagem físico-ambiental.

## 3.1. A URBEL, O PGE E O VILA VIVA

### 3.1.1. Da fundação da cidade à consolidação da URBEL

A luta pela moradia e o processo de ocupações informais que deram origem às favelas já se faziam presentes desde a construção de Belo Horizonte. Construída a partir do planejamento desenvolvido por Aarão Reis e pela Comissão Construtora da Nova Capital, era prevista a capacidade de 200 mil moradias, mas não incluía habitação social para abrigar os operários e suas famílias (PINTO E NETO, 2014). O traçado elitista da capital republicana era reservado apenas aos funcionários públicos e àqueles dotados de condições financeiras para adquirir propriedades. Na época, acreditava-se que problemas sociais como a pobreza seriam solucionados com a retirada dos operários assim que concluíssem as obras de construção da cidade (PINTO E NETO, 2014). Entretanto, na prática, em meio a uma inauguração da capital – em 1897 – às pressas e antes da conclusão das obras, tanto os operários, quanto os antigos moradores do território onde era implantada a cidade iniciaram a ocupação da periferia, às margens do córrego do Leitão. Quando inaugurada, a cidade já era marcada por uma população de cerca de 3 mil habitantes em ocupações informais (PINTO E NETO, 2014). Além disso, o alto valor da terra e o alto padrão construtivo na área central da cidade fizeram com que populações de renda média se transferissem à zona suburbana, fora do controle do Poder Público na época. “As primeiras iniciativas da Prefeitura para remover moradias são de 1898, em duas áreas de aglomeração de cafuas na zona urbana e suburbana. Em 1900, o Poder Público emitiu ordem de demolição de cafuas no Córrego do Leitão e, no ano seguinte, iniciou combate aos barracões de aluguel construídos nos fundos das casas” (PINTO E NETO, 2014).

Nas décadas de 1920 e 1930, ocupações informais começaram a consolidar-se como favelas, principalmente na região Noroeste e Leste (PINTO E NETO, 2014). Políticas de exclusão e periferização das populações pobres ainda eram as únicas estratégias institucionais.

Na década de 1940, é inaugurado o primeiro conjunto habitacional de Belo Horizonte, o IAPI (PINTO E NETO, 2014). As favelas continuam em processo de expansão, devido ao aumento da população urbana pelo êxodo rural. Entretanto, de acordo com

Pinto e Neto (2014), a abordagem do poder público em relação às favelas ainda é trata-las como um problema a ser resolvido pela polícia. Começam a surgir, então, as primeiras manifestações de resistência dessas populações, com a criação das Associações de Defesa Coletiva (ADC). Na mesma década, a expansão da cidade foi direcionada ao vetor norte pela implantação de importantes avenidas e da Cidade Industrial (PINTO E NETO, 2014).

A década de 1950 foi marcada por um intenso processo de industrialização da cidade, e consequente intensificação no crescimento populacional. O período foi também marcado por uma mudança da perspectiva institucional municipal em relação ao “desfavelamento” (PINTO E NETO, 2014). O fortalecimento e a expansão dos movimentos de resistência levaram à necessidade de se criar o Departamento Municipal de Habitação e dos Bairros Populares (DBP) e o Fundo Municipal de Habitação Popular, para garantir a ação e o suporte financeiro de políticas habitacionais. Sendo assim, o governo municipal passou a exercer o cadastramento das populações das favelas, assim como o reassentamento em casos de remoção e a construção de conjuntos habitacionais. A atuação expressiva do DBP teve curta duração, e enfraqueceu meses depois, com a transição do governo municipal.

Nos anos 1960 persiste a expansão da industrialização, alcançando cidades do entorno de Belo Horizonte. Cresce, também, o número de favelas no vetor norte, na região da Pampulha e de Venda Nova (PINTO E NETO, 2014). Entre 1959 e 1964 houve expressivas mobilizações de habitantes das favelas. Além de assembleias e passeatas, eles se mobilizaram para realizar “ocupações da noite para o dia” (PINTO E NETO, 2014) em terrenos privados. O movimento foi desarticulado pelo Golpe Militar de 1964, momento em que muitas de suas lideranças foram presas e torturadas e as sedes dos movimentos foram invadidas e fechadas pelos militares. A partir de 1965, as favelas voltam a ser tratadas como problema da polícia, e com a criação do Serviço Municipal de Desfavelamento das Áreas Urbanas e Suburbanas, torna a ser ampliado o processo de remoção em massa das populações faveladas, gerando um “retrocesso que só voltaria a ser superado no final da próxima década” (PINTO E NETO, 2014).

No contexto de instabilidade política do início da década de 1960 é criada a Ferro de Belo Horizonte S. A. (FERROBEL). Em 1961 foi instituída a criação da empresa de economia mista com a finalidade de explorar, comercializar e industrializar minérios no território municipal, cujos royalties seriam “canalizados ao orçamento municipal

com gasto vinculado aos serviços de urbanização dos bairros e vilas, nos setores de água e esgoto; educação; calçamento e pavimentação; transporte coletivo; e abastecimento” (PINTO E NETO, 2014, s.p.). Na segunda metade da década, com a implantação do Parque das Mangabeiras e do Bairro das Mangabeiras, na região sul do município, além de mobilizações para a preservação da Serra do Curral, as atividades da FERROBEL sofreram expressiva redução. Em 1983, o estatuto da empresa foi alterado, e ela é transformada na Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) “com finalidade ampliada para atividades de urbanização” (PINTO E NETO, 2014, s.p.).

No início da década de 1970, com a extinção do DBP é criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL) que, apesar de ter como finalidade “desfavelar humanamente” fazendo a promoção social dos favelados e substituindo seus barracos por habitações decentes” (PINTO E NETO, 2014), foi responsável por ações violentas de remoção de favelas, principalmente para a implantação e alargamento de grandes avenidas em todo o território de Belo Horizonte.

Aos sinais de esgotamento do regime militar no fim da década de 1970, período marcado pela intensificação das desigualdades sociais dada pela crise econômica nacional ressurgem os movimentos de lutas populares, sindicais e pelas liberdades democráticas (PINTO E NETO, 2014). Movimentos pela moradia como a União de Trabalhadores da Periferia (UTP), a Pastoral de Favelas da Igreja Católica e a Federação de Moradores de Belo Horizonte (FAMOBH) passam a pressionar intensamente o governo municipal, o que culminou na criação, em 1983, do Programa Municipal de Regularização de Favelas (Profavela). O programa consiste em uma legislação pioneira em nível nacional, que define um zoneamento especial às favelas consolidadas, e possibilita a regularização jurídica e a urbanização desses assentamentos. (PINTO E NETO, 2014).

O ano de 1983 foi também marcado por uma reestruturação da Prefeitura, com a criação de secretarias especiais, dentre elas a Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) voltada para a habitação social e responsável pelo Profavela, e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Como citado anteriormente, foi também nesse ano que a FERROBEL foi transformada em URBEL,

e foi incluído em suas atribuições a urbanização de terrenos municipais para abrigarem populações de baixa renda (PINTO E NETO, 2014).

Sob coordenação da SMAC, é elaborado, em 1984, o Plano Municipal de Habitação Popular, num período em que as secretarias municipais e a URBEL passam a configurar um “Sistema Municipal de Habitação Popular”, dispostas a compartilhar atribuições em prol de programas alternativos de habitação popular (PINTO E NETO, 2014).

Em 1986 a URBEL deixa de ser financiada por royalties da mineração e passa a ser mantida com verba municipal, e passa a ser o órgão gestor da política de habitação popular e administrador do Fundo Municipal de Habitação. Nesse momento a empresa deu início a trabalhos relacionados ao Profavela (BEDÊ, 2005), como a implantação de programas de construção de novas moradias populares. Nesse ano, o primeiro processo de regularização fundiária é concluído na Vila Oeste, beneficiando 176 famílias (PINTO E NETO, 2014). A empresa passou, em 1989, a incorporar o departamento de habitação da SMAC, e suas atividades, nos próximos anos, focaram em serviços de urbanização como obras pontuais e regularização fundiária que, até 1992, atendeu aproximadamente 5 mil famílias (PINTO E NETO).

O fim da década de 1980, foi marcado por um processo em escala nacional de redemocratização que, a partir da Constituição de 1988, apontava para novas perspectivas em relação à habitação social. Nesse período, foi fundado o Sistema Nacional de Moradia Popular, para o enfrentamento do déficit habitacional (PINTO E NETO, 2014). O momento político repercutiu nas eleições municipais em Belo Horizonte, quando, em 1992, foi eleita a primeira administração do município com projeto progressista, liderada pelo Prefeito Patrus Ananias.

Em 1993, quando a nova prefeitura assume o governo, a população das vilas e favelas correspondia a 23% do total, o equivalente a 481 mil habitantes. O novo governo apresenta uma política redistributiva de inversão de prioridades, priorizando políticas públicas voltadas às populações mais vulneráveis (BEDÊ, 2005). Nesse momento, é desenvolvida uma nova política habitacional, construída em conjunto com os movimentos sociais pela moradia, configurando o Sistema Municipal de Habitação (SMH). O sistema corresponde à integração entre o Conselho Municipal de Habitação (CMH), a URBEL e o Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP).

O CMH é uma importante instância criada para viabilizar a participação popular nas tomadas de decisão acerca dos projetos de habitação (BEDÊ, 2005), incluindo, além de representantes dos poderes Executivo e Legislativo, representantes dos movimentos sociais pela moradia, de sindicatos, das universidades, entre outros.

A gestão Patrus representou “um grande crescimento da capacidade operacional da URBEL e lançadas as bases para a consolidação de sua reestruturação. (BEDÊ, 2005, p. 95). O órgão passa a exercer, além da construção de novas moradias, programas de prevenção de acidentes em áreas com risco geológico, o reassentamento de famílias removidas de áreas de risco ou em função de obras públicas, entre outros.

### 3.1.2. O Programa Global Específico – **PGE**

A ampliação dos recursos da URBEL, a partir de 1994, permitiu que o órgão delineasse sua atuação em duas frentes: o enfrentamento do déficit habitacional com a produção de moradias e intervenções de urbanização e regularização fundiária em assentamentos consolidados (PINTO E NETO, 2014). Nesse contexto, destaca-se a criação do Orçamento Participativo<sup>3</sup> (OP), uma ferramenta de “democratização dos processos de decisão sobre a aplicação dos recursos municipais” (BEDÊ, 2005, p. 138) através de processos de discussão pública acerca da destinação de uma parcela dos recursos financeiros do município. O processo era estruturado em assembleias regionais e sub-regionais, para a definição coletiva de prioridades e contava com a presença de representantes de comunidades e de movimentos sociais como delegados.

Uma importante conquista popular, que daria subsídios para a futura criação do programa Vila Viva, foi o Plano Global Específico (PGE). O PGE consistia em um diagnóstico geral do território com a finalidade de estabelecer diretrizes para intervenções estruturais (PINTO E NETO, 2014). O PGE, além de ser uma ferramenta que orienta as intervenções a partir de um diagnóstico local, possibilita também, sua implantação por etapas, por meio de intervenções parciais ou pontuais, estabelecendo prioridades e hierarquias, possibilitando que essas etapas sejam conquistadas a partir do OP. Além disso, os PGE são, também, importante ferramenta de captação de

---

<sup>3</sup> O Orçamento Participativo (OP) tratava da tomada de decisão acerca de obras pontuais de intervenção, enquanto o Orçamento Participativo Habitacional (OPH) tratava da construção de novas unidades habitacionais. Para melhor compreensão, ver BEDÊ, 2005.

recursos federais – como se daria no caso do Vila Viva, exposto no próximo sub-capítulo.

O desenvolvimento dos PGEs é estruturado em uma abordagem integrada dos eixos físico-ambiental, jurídico-legal e socioeconômico-organizativo das comunidades de forma a “contemplar a melhoria geral do nível de vida da população, o desenvolvimento sustentável e a maior integração sócio espacial da favela à cidade formal” (TONUCCI FILHO E ÁVILA, 2008, p. 15).

A execução do PGE se dá de forma terceirizada. A URBEL contrata, por meio de licitação, uma organização privada transdisciplinar que envolva arquitetos, planejadores urbanos, engenheiros, assistentes sociais, geógrafos, advogados e estatísticos. A comunidade envolvida não tem o poder de contratá-los ou demiti-los. A equipe é apresentada à comunidade por funcionários da URBEL em assembleia pública, em que também é apresentado o papel do grupo de referência e definidos os seus membros (em poucos casos a comunidade solicita mais tempo para discutir essa definição).

A primeira função da equipe de planejadores é a atualização das bases cartográficas da URBEL, por meio de avaliação física em campo que inclui informações básicas sobre cada unidade habitacional ou comercial. Em paralelo, a mobilização da comunidade é iniciada pela equipe de planejamento junto ao grupo de referência. Segue-se a coleta de dados para a geração do diagnóstico do território. É realizada pela equipe técnica uma pesquisa “porta-a-porta” similar ao censo demográfico, mas que também inclui dados sobre o conhecimento dos moradores quanto às instituições beneficentes, associações comunitárias e lideranças, além de uma avaliação individual da própria habitação e da vizinhança (KAPP E BALTAZAR, 2012).

Os dados coletados são detalhados em três relatórios separados: físico-ambiental, jurídico-legal e socioeconômico-organizativo. A primeira é uma pesquisa de campo técnica, que começa pela atualização das bases cartográficas e inclui os aspectos geológicos, sanitários e urbanos do território. A segunda, envolve o rastreamento dos registros imobiliários, mapeando a situação legal ou ilegal da ocupação. A última se dá pelo cruzamento entre os dados do censo demográfico nacional, a contagem de unidades e a pesquisa de amostragem em campo. Além disso, a equipe precisa entrevistar pelo menos 13 indivíduos (cinco lideranças comunitárias, um representante

da juventude, quatro habitantes antigos que conheçam a história da ocupação, três representantes de grupos atuantes na comunidade). Essas entrevistas servem para construir um panorama da história do assentamento, instituições culturais, Organizações Não Governamentais (ONGs), facções internas, relações de poder, movimentos organizados, canais de participação, engajamentos em processos de Orçamento Participativo (OP), e necessidades e demandas gerais da comunidade (KAPP E BALTAZAR, 2012).

Todas as informações coletadas devem ser discutidas com o grupo de referência, sistematizadas em um diagnóstico parcial sobre as três áreas (físico-ambiental, jurídico-legal e socioeconômico-organizativo) e sintetizadas em um diagnóstico integrado. Esse diagnóstico é o segundo produto oriundo do PGE, e deve ser aprovado em assembleia pela comunidade. O grupo de referência consiste em representantes da comunidade, geralmente em sua maioria lideranças comunitárias já consolidadas, que fazem parte do desenvolvimento do PGE de forma consultiva. Os membros dos grupos de referência não são remunerados pelo trabalho no PGE. Seu reconhecimento, de acordo com a lei, se dá pelo reconhecimento de suas funções como “serviço público relevante” (KAPP E BALTAZAR, 2012).

O produto final do PGE é a Proposta, que apresenta soluções e diretrizes às questões elucidadas no diagnóstico. Geralmente inclui a gestão do risco geológico, melhorias sanitárias e da malha viária, novos equipamentos públicos, remoção de unidades habitacionais para dar espaço a essas melhorias e instalações, definição de áreas para realocação da população em edifícios de apartamentos. As soluções e diretrizes, somadas à uma estimativa orçamentária e à definição de eixos prioritários para futuros requerimentos no Orçamento Participativo, são discutidos com o grupo de referência e finalmente apresentados e aprovados pela comunidade em assembleia (KAPP E BALTAZAR, 2012).

De acordo com a página oficial do programa,

Uma das vantagens do Plano Global é possibilitar maior eficiência e organização na aplicação dos investimentos para evitar desperdícios. Outra delas é a facilitar a captação de recursos junto aos organismos financeiros. A partir de definições dos PGEs, o município já conquistou considerável volume de recursos para investimento em vilas e aglomerados junto à União e organismos financeiros nacionais e internacionais. Outro fator relevante é o envolvimento dos moradores nas etapas da elaboração do Plano, que participam na definição e ordem de prioridade das intervenções para melhorar o ambiente onde vivem. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018, *online*).

O município já realizou 70 Planos Globais Específicos, contemplando 99 vilas e favelas, com uma população de aproximadamente 260 mil pessoas. Encontram-se em processo de elaboração outros três planos, além da previsão de realização de mais dois planos (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018, *online*).

Kapp e Baltazar (2012) tecem uma análise crítica à estrutura do programa, e constataam que o método do PGE segue uma sequência convencional do planejamento: coleta de dados, diagnóstico e proposta. Isto se encaixa na também convencional corrente de projeto, construção e uso, como se o espaço urbano fosse um produto acabado e não um processo contínuo, em constante transformação. Essa transformação é exercida pela população capaz de agir de acordo com suas próprias escolhas. Apesar de essa contradição entre processos urbanos e produtos planejados estar longe de ser exclusiva às intervenções em favelas, ela é certamente ainda mais intensa em qualquer contexto em que a população está acostumada em depender das iniciativas próprias (devido à ausência do atendimento pelo Estado). Mesmo as intervenções estruturais - em oposição às pontuais - não são capazes de interromper as dinâmicas próprias da produção do espaço nas favelas. Tanto que áreas renovadas precisam ser fechadas e monitoradas para que não se tornem “favelizadas” novamente, ou seja, para que não sejam usadas pelos habitantes com propósitos que não foram estabelecidos no planejamento.

Outra crítica, também levantada pelas autoras, é que as categorias e conceitos usados no processo de planejamento são inteiramente baseados na perspectiva técnica, e não nos conhecimentos e experiência dos habitantes. A possibilidade de isso ocorrer num processo que se propõe participativo depende da divisão da participação em duas instâncias: um grupo de referência, suposto a receber treinamento para compreensão da linguagem técnica e uma assembleia que precisa confiar nesse grupo. Esse arranjo pode parecer indispensável, já que os planejadores não estão acostumados com processos participativos e não têm conhecimento de como lidar de outra forma com a situação. Mas o ponto crucial é que, ao longo do tempo, a existência do grupo de referência se transforma numa licença para que se permaneça na mesma categoria, sem nunca a questionar. Combinada com o planejamento convencional, essa realidade faz com que o processo seja praticamente inacessível aos membros “ordinários” da comunidade (KAPP E BALTAZAR, 2012). Como os planejadores estão designados a organizar as informações coletadas de acordo com as categorias

técnicas, eles as avaliam através de modelos pré-estabelecidos. Aquilo que não atende a esses modelos é diagnosticado como “deficiente”, sem que se considere o julgamento dos moradores e o que os moradores consideram problemas geralmente são negligenciados se não contradizem os parâmetros técnicos. O mesmo ocorre na proposta, que é determinada, em sua maior parte, pelos conceitos pré-estabelecidos dos técnicos. As autoras acrescentam ainda que não é coerente e nem desejável que melhorias em favelas comecem pela tradução da realidade própria em conceitos que sejam familiares para os *experts*, mas não para os habitantes. Ademais, como esses conceitos pré-estabelecidos derivam de uma tradição de planejamento urbano pensada para a cidade formal, eles acabam por obscurecer o contexto que deveriam esclarecer (KAPP E BALTAZAR, 2012).

### 3.1.3. O Programa **Vila Viva**

Após a criação do PGE como importante ferramenta de direcionamento das intervenções em vilas e favelas de Belo Horizonte na década de 1990, outros importantes acontecimentos levariam à continuidade da abordagem da habitação popular e das intervenções em favelas até a criação do Programa Vila Viva.

O ano de 1998 foi marcado por debates fundamentais sobre o tema: na primeira Conferência Municipal de Habitação, foi referendada a resolução que definia habitação como “moradia digna, inserida no contexto urbano, provida de infraestrutura básica, serviços urbanos e equipamentos comunitários” (PINTO E NETO, 2014). Foi realizado, no mesmo ano, o Fórum de Vilas e Favelas, que realizou debate e aproximação entre comunidades, lideranças e movimentos sociais. Ademais, no Fórum Geral do Orçamento Participativo foi definida a “obrigatoriedade de todas as intervenções nas vilas e favelas serem condicionadas às diretrizes do PGE” (PINTO E NETO, 2014).

Essa nova lógica tem como foco a ruptura com “um histórico de intervenções pontuais e desarticuladas” (BEDÊ, 2005, p. 184) nas vilas e favelas do município.

O programa de intervenção estrutural promove transformações profundas num determinado núcleo habitacional, consistindo na implantação do sistema viário, das redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem, de eletrificação, melhorias habitacionais, reparcelamento do solo e consolidações geotécnicas, além da regularização fundiária até o nível da titulação (URBEL, 1994 apud BEDÊ, 2005, p. 172).

É importante destacar que para contemplar todos os assentamentos informais de Belo Horizonte num programa de intervenções estruturais, com obras estruturais articuladas e regularização fundiária, seriam necessários aproximadamente 2 bilhões de reais no total (BEDÊ, 2005, p. 184). De acordo com a autora, o custo de um programa desse porte o torna praticamente impossível de ser realizado de forma completa dentro do orçamento do município, e por esse motivo, são criadas duas estratégias para viabilizar o programa. A primeira se daria pela captação de recursos externos ao município e a segunda se daria pela execução dos PGEs por etapas, a partir de recursos conquistados através do Orçamento Participativo.

Em 2005 criou-se o Programa Vila Viva para a implementação do PGE no Aglomerado da Serra com recursos federais articulados pela URBEL. Em 2007 o programa foi ampliado com novos recursos do governo federal a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC foi um

(...) plano econômico de investimento em infraestrutura, estímulo ao crédito e financiamento, melhora do ambiente de investimentos, aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo, elaborado pelo governo Lula e lançado em janeiro de 2007 com programação até 2010" (TONUCCI E ÁVILA, 2008, p. 17).

O PAC tinha o objetivo de acelerar o crescimento econômico, aumentar o nível de emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira, inserindo-se na nova estratégia de desenvolvimento do governo que visava combinar o crescimento com a distribuição de renda, tendo como horizonte o crescimento de uma sociedade de consumo de massa no Brasil. A ampliação do Vila Viva totalizava o investimento de R\$465,7 milhões do PAC em intervenções estruturais nos Aglomerados da Serra e do Morro das Pedras, Vila São José, Pedreira Prado Lopes, Vila Califórnia, Taquaril e Santa Lúcia.

A existência dos PGEs foi fundamental para que as negociações para captação de recursos do PAC se dessem de forma acelerada. Os critérios do programa para a licitação imediata eram "a existência de um projeto básico, licença ambiental prévia e regularização fundiária da área" (TONUCCI FILHO e ÁVILA, 2008, p. 19). Assim, Belo Horizonte foi a primeira capital brasileira a firmar os contratos com o Governo Federal.

Embora o programa tenha empreendido esforços para não contribuir para processos de exclusão social – por meio dos processos participativos, da construção de conjuntos habitacionais para reassentamento dos removidos, entre outros – muitas

críticas “apontam para o fato de que as grandes obras que vão cruzar a favela na verdade favorecem apenas os usuários de carros, seccionando e abrindo uma ferida no tecido urbano do aglomerado” (TONUCCI FILHO E ÁVILA, 2008, p. 19). Além disso, a escala do projeto dada pela abundância de recursos provenientes do PAC e o imediatismo que costuma caracterizar programas de obras e infraestrutura, tiveram como resultado a necessidade de terceirização da execução dos PGEs, o que dificulta ações de controle social por parte do poder público. Os impactos específicos da execução do Vila Viva no Aglomerado da Serra serão tratados na sessão 3.4 deste capítulo, de forma a ilustrar essa problemática.

Apesar de já terem sido realizados 70 PGEs em toda a extensão do município, o programa Vila Viva contempla, hoje, 12 comunidades nas diversas regiões da cidade: o Aglomerado da Serra e Aglomerado Santa Lúcia na região centro-sul do município, o Aglomerado Morro das Pedras na região oeste, a Pedreira Prado Lopes, Califórnia, e Vila São José na região noroeste, a Vila Cemig/ Vila das Antenas na região do Barreiro, o Taquaril, a Vila Belém e Santa Terezinha na região leste, a Várzea da Palma na região de Venda Nova, Vila São Tomás/ Aeroporto na região norte.

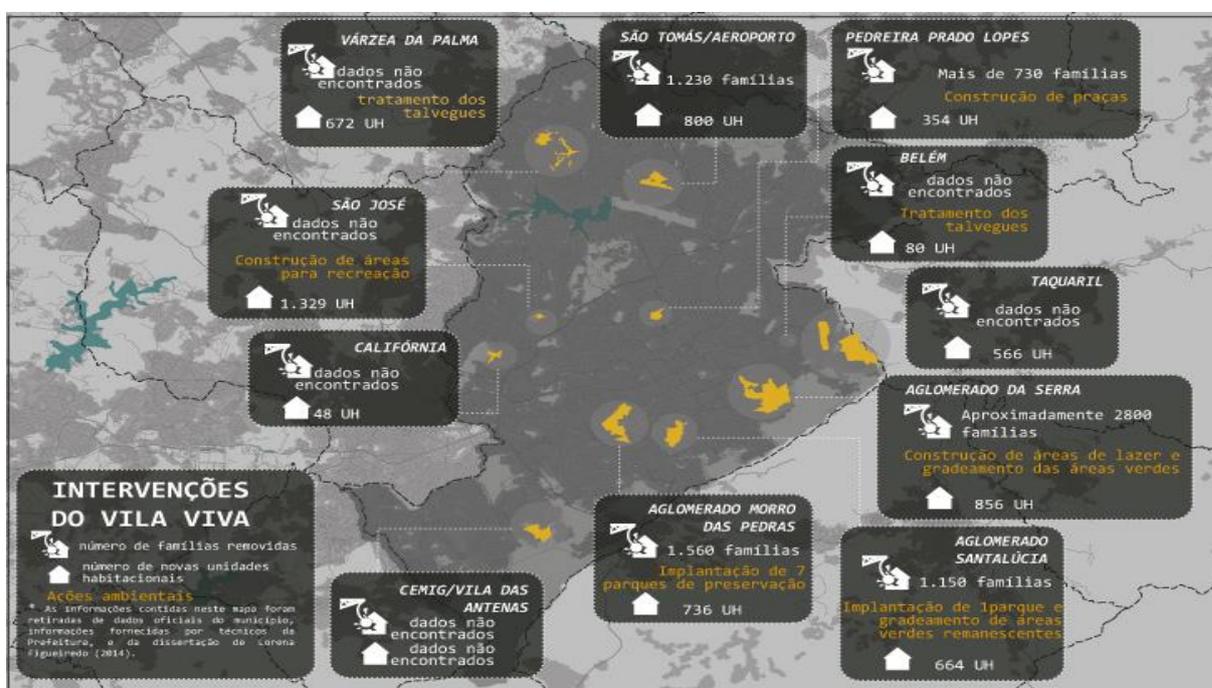


Figura 3: Intervenções do Programa Vila Viva e seus impactos sob o território de Belo Horizonte. Fonte: Diagrama desenvolvido por Laís Grossi e adaptado pela autora para este trabalho, 2018.

É necessário observar que os dados acerca das intervenções são de difícil acesso, e muitos não foram encontrados. Isto demonstra a falta de transparência do governo municipal acerca dos impactos socioespaciais do programa.

## 3.2. O VISLUMBRE DE OUTROS MOLDES DE INTERVENÇÃO URBANO-AMBIENTAL

Para compreender a abordagem ambiental do programa Vila Viva e seu foco, nas primeiras intervenções, na recuperação de cursos d'água em leito natural, é necessário resgatar o histórico municipal de gestão das águas urbanas, analisando o percurso das políticas públicas da fundação do município até a criação do programa DRENURBS, que representou uma mudança radical da abordagem ambiental em Belo Horizonte.

### 3.2.1. Histórico da **drenagem urbana** de Belo Horizonte

Na última década do século XIX, seguinte à proclamação da República no Brasil, Minas Gerais vivia a construção da nova capital do estado, que simbolizaria o rompimento com o passado colonial, adequando-se à modernidade e aos princípios republicanos. A nova capital seria inovadora, com largas ruas e condições necessárias para realizar um saneamento adequado, propiciando um modo de vida compatível com as ideias vigentes da época (BORSAGLI, 2016). O projeto da nova capital, de autoria do Engenheiro Aarão Reis, fora então elaborado com base na crença de que a racionalidade técnica era ferramenta suficiente para possibilitar a dominação completa da natureza. O modelo de cidade que definiria o projeto do engenheiro foi concebido antes mesmo de que fosse definido o território em que ela seria implantada, sendo necessário somente “um setor geográfico relativamente grande” (SILVA, 2013b). Nesse projeto, era visível uma uniformidade generalizada por todo o território, independente das especificidades locais e da diversidade de elementos naturais. “A natureza é sumariamente ignorada, exceto como provedora de insumos para a construção da cidade, para o abastecimento de água ou para o escoamento de dejetos” (SILVA, 2013a, p. 61). É o caso das sub-bacias dos córregos Acaba Mundo, Serra e Leitão que embora aparecessem na representação gráfica do plano, eram sobrepostas pelos traços geométricos do desenho urbano proposto, de forma que teriam obrigatoriamente que sofrer intervenções severas de adaptação. Assim, o plano da nova Capital se apresentava submerso em contradições, já que um argumento fundamental para a escolha do território onde seria implantado, a abundância de recursos hídricos, foi completamente negligenciada e – como previsto no plano –

gradativamente eliminada da paisagem da cidade. Desde sua inauguração já era possível encontrar lançamento de esgoto *in natura* nos cursos d'água.

Nos anos seguintes, a expansão urbana de Belo Horizonte se tornou cada vez mais expressiva. Já nesta época era notável a periferação da população de operários, que se instalava fora dos limites delimitados pelo Plano de Aarão Reis, e a consequente formação de uma cidade sócio e espacialmente segregada e sem controle do Estado.

Na década de 1920 o córrego do Acaba Mundo - cujo leito sinuoso gerava intensos problemas em épocas de chuva e entraves à regularização fundiária dos quarteirões e da Avenida Afonso Pena - foi desviado, retificado e canalizado, sendo adaptado, assim, à nova malha urbana. Já neste período, o córrego recebia despejo de esgoto *in natura*, o que gerava a insalubridade do trecho da cidade atravessado por suas águas e prejudicava os lagos formados a jusante (BORSAGLI, 2016).

O caso do córrego do Leitão não foi diferente. Sua presença em leito natural era considerada um entrave para o desenvolvimento da capital, de forma que sua reconfiguração fora tratada como prioritária para a Prefeitura. Sendo assim, iniciou-se a abertura de ruas, a construção de passeios e a canalização do córrego afim de incentivar a expansão urbana para seu entorno, próximo ao centro e ainda pouco habitado. O antigo leito foi completamente aterrado e o curso foi desviado e adaptado à malha urbana. De todos os córregos que transpassavam a zona urbana, o Leitão era o único que não recebia esgotos diretamente em seu curso, pois obras de coleta de esgoto foram realizadas pouco tempo antes de sua canalização (BORSAGLI, 2016).

Também nos anos 1920, importantes obras foram realizadas no Ribeirão Arrudas, o mais robusto curso d'água inserido no perímetro da cidade. Neste período, o sistema de coleta de esgoto que contemplava diversas ruas da zona urbana, conduzia seus dejetos a serem despejados *in natura* nesse ribeirão, e essas obras previam a interceptação desses despejos, através de coletores que margeariam o curso d'água (BORSAGLI, 2016). A pavimentação do fundo de vale do Arrudas foi iniciada em 1923, gerando a Avenida do Canal (posteriormente renomeada como Avenida Andradas), que gradualmente foi sendo expandida até tornar-se o que hoje é um importante eixo de conexão viária no sentido oeste–leste da cidade. O processo de modernização e

embelezamento desta área fazia parte da consolidação de uma importante “porta de entrada” da Capital, a partir da Estação Ferroviária (BORSAGLI, 2016).

As mudanças marcantes na paisagem da cidade iam se tornando cada vez mais perceptíveis. Onde antes cruzavam córregos sinuosos em leito natural acompanhados de vegetação nativa, eram, naquele momento, implantadas ruas e avenidas, pavimentadas e impermeáveis, marcadas por canais retilíneos que conduziam as águas desses córregos.

É importante ressaltar a importância destas primeiras intervenções estruturais nos cursos d’água de Belo Horizonte, já que elas serviram – e até hoje servem – como modelo a ser repetido em toda a extensão do município ao longo de sua expansão.

No início dos anos 1940, as obras de canalização do Arrudas foram expandidas a montante, no sentido Oeste. Porém, todo o sistema de esgotamento da cidade era conduzido a jusante, para ser despejado onde o ribeirão ainda se encontrava em leito natural, gerando cada vez mais intensa insalubridade às populações ocupantes de suas margens.

Entre os anos 1950 e 1970, cursos d’água como o Ribeirão Arrudas e o Córrego do Leitão foram consolidados como redes de esgotos, pois a rede de emissários construída não suportava o volume das contribuições (SILVA, 2013, p. 64). Além disso, o crescente assoreamento dos leitos desses cursos d’água por deposição de resíduos sólidos e sedimentos foram fatores que impulsionaram a prática de fechamento dos cursos d’água. Essa medida era vista, segundo Silva (2013), como estratégia de combate simultâneo à insalubridade e mau cheiro e aos frequentes casos de inundação ao longo dos percursos de suas águas. Decidiu-se, então, pelo fechamento dos cursos d’água como medida de combate simultâneo ao mau cheiro e às inundações frequentes. Também se esperava amenizar o problema do tráfego de veículos na região central pela cessão do espaço dos córregos às vias de trânsito de automóveis.

Segundo Ricardo Moretti (2001), da segunda metade do século XX aos dias de hoje houve uma mudança expressiva na maneira como se enxerga e se interage com as águas em relação a toda a trajetória da humanidade. Houve um “afastamento físico, social e cultural da sociedade” (MORETTI, 2001, s.p.). Em meio urbano, deixou-se de interagir cotidianamente com os cursos d’água como fonte de abastecimento e

sobrevivência, fruição e lazer. Esta realidade dificulta que se reconheça com clareza a importância desses elementos, e que, a partir desse reconhecimento, se estabeleçam sentimentos de identificação e pertencimento entre a sociedade e as águas.

Por outro lado, apesar da invisibilização dos cursos d'água no cotidiano urbano, periodicamente estes se mostravam presentes. De acordo com Baptista (1998):

[...] o problema crônico das inundações que causam mortes e deixam desabrigadas as populações ribeirinhas desde sua fundação. A origem dos problemas certamente encontra uma explicação nas opções relativas à hidrografia adotadas na concepção da cidade (BAPTISTA et al, 1998, p. 43).

Os autores destacam como notáveis as enchentes de 1908 e 1916, que forçaram a canalização do Arrudas, em 1928 e os transbordamentos do Córrego Arrudas, do Leitão e do Acaba Mundo nas grandes cheias de janeiro de 1949. Novos eventos de inundação nas décadas de 1960 e 1970 nesses dois tributários levaram à ampliação e ao capeamento dos canais na área central e à instalação de barragens de amortecimento das cheias a montante da área urbanizada (BAPTISTA et al, 1998, p. 43).

A inauguração da Companhia Mineira de Águas e Esgotos (COPASA), na década de 1970, não representou alterações no paradigma do tratamento das águas no município. Foi mantida priorização de serviços de abastecimento de água em detrimento da coleta de esgoto e à drenagem pluvial. Esta última sequer era atribuição da COPASA, cabendo a um outro órgão público, a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), a gestão da drenagem urbana. Sendo assim, as águas eram – e ainda hoje são – tratadas em nível municipal de maneira fragmentada, ainda que os impactos da urbanização venham atingir de maneira sistêmica os cursos d'água da cidade e todo o seu território.

Se as inundações nas primeiras décadas do século XX estavam relacionadas à concepção de um sistema higienista que forçava a canalização dos cursos d'água, na segunda metade do século, elas se deram pela expansão urbana descontrolada, que levou à necessidade de novas intervenções no sistema já implantado. Hoje, as enchentes ainda acontecem e são provocadas pelo fato de que este sistema chegou em seu limite, tornando-se incapaz de sustentar todas as consequências da urbanização que pesam sobre as águas de Belo Horizonte.

A realidade hoje da grande maioria das intervenções antrópicas em cursos d'água na cidade assemelha-se, em muito, ao que começou a ser feito ainda nos primeiros anos de vida da cidade, no início do século XX. Essas obras consolidaram-se como solução única apresentada aos problemas urbanos que envolvem os cursos d'água, o que fez com que elas fossem multiplicadas indiscriminadamente por todo o território. A lógica de retificação, canalização e fechamento dos cursos d'água se mantém hegemônica, e continua expressiva até mesmo nos dias de hoje, com as grandes obras estruturais de expansão do alargamento de avenidas sobre importantes cursos d'água da cidade. Além disso, perdura o caráter pontual de tais intervenções, geralmente nas áreas mais valorizadas da cidade, que, ao invés de sanar os problemas, transferem-nos às áreas a jusante.

### 3.2.2. O programa **DRENURBS**

No município de Belo Horizonte, a permanência dos modelos engessados de intervenção em cursos d'água, mencionada anteriormente, foi confrontada pela elaboração, durante os anos 1990, de um novo ideário acerca do tratamento dos cursos d'água que ainda se encontravam em leito natural no território da cidade, frente à problemática das inundações que evidenciavam a obsolescência dos sistemas implantados.

Em 2001 é lançado o “Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte” - DRENURBS. Previsto para impactar 51% do território municipal, o programa trazia como diretriz principal o tratamento integrado de problemas sanitários e ambientais tendo as microbacias hidrográficas como unidades de planejamento. Nas palavras da prefeitura, o programa visava “a melhoria da qualidade de vida da população da cidade e a valorização do meio ambiente urbano” E ainda “reverter a tendência histórica de se canalizar os cursos d'água naturais [...] erigir e consolidar uma nova concepção de intervenção para as águas circulantes no meio urbano”. (Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, s.d., s.n.).

Para atingir essas diretrizes, foram previstos, de maneira integrada, a despoluição de cursos d'água em leito natural, a melhoria da coleta de resíduos sólidos, redução dos riscos de inundação e controle da produção de sedimentos e processos de assoreamento de regiões de fundos de vale (AROEIRA, 2010, p. 228). O programa

contava, previa, ainda, a instalação de parques lineares para a garantia de uso coletivo das áreas, e o impedimento de novas reocupações das margens dos cursos d'água que gerassem novas situações de risco.

O foco do programa em cursos d'água em leito natural significou apontar, justamente, para áreas ocupadas pela população de baixa renda. Afinal, a carência de investimentos públicos nas áreas ocupadas pela população de baixa renda salvaguardou os cursos d'água em leito natural, ainda que impactados pelo esgoto e lixo do entorno (SILVA, 2013). Contudo, na cidade formal, a canalização e o tamponamento dos cursos d'água urbanos foram mantidos como práticas dominantes.

Das intervenções previstas pelo programa, foram executadas obras nas Bacias dos Córregos Baleares, 1º de Maio, Nossa Senhora da Piedade e Bonsucesso. Com exceção da Bacia do Bonsucesso, em todas as demais intervenções foram implantados parques dotados de equipamentos para o usufruto das populações locais.

A incorporação das expectativas das populações impactadas se dava a partir de processos participativos de **consulta**, em que moradores se reuniam aos técnicos do programa para a elaboração do planejamento dos parques, de forma a dotá-los de equipamentos adequados ao uso de cada realidade social. A implantação do DRENURBS gerou impactos positivos às comunidades, onde os parques se tornaram parte da vida cotidiana das populações. Entretanto, numa fase mais desgastada do programa, as últimas intervenções, referentes ao córrego do Bonsucesso não incluíram a incorporação de demandas da população. As intervenções no Bonsucesso, portanto, serviram apenas como equipamentos – bacias de contenção – para atenuar impactos da urbanização a jusante.

O DRENURBS é considerado, ainda hoje, uma experiência exemplar no caso de Belo Horizonte, sendo reconhecido também em nível internacional. Isso contribuiu à perpetuação de suas diretrizes a outros programas municipais, como o Vila Viva, em que foram demarcados, em diversos casos, os entornos dos cursos d'água como “Parques do DRENURBS”. No entanto, junto às melhorias, alguns impactos ocorreram e esses foram acentuados na incorporação dessa perspectiva conservacionista a outros programas da prefeitura de Belo Horizonte.

O programa proporcionou impactos positivos tanto na escala local – onde foram instalados equipamentos públicos de uso das comunidades – como na escala

municipal, em que novas perspectivas de abordagem hídrica foram incorporadas ao planejamento e gestão de Belo Horizonte. No entanto, certas premissas devem ser colocadas em questão. A primeira delas é que o programa parte do princípio de que as ocupações humanas necessariamente são prejudiciais à preservação ambiental e aos cursos d'água. Embora os números sejam pequenos, as intervenções, baseadas nesse argumento, levaram à remoção de muitas famílias.

A segunda delas é que o processo se restringiu apenas à intervenção nas áreas de maior informalidade na cidade e ocupadas pelas populações mais pobres. Se o objetivo do programa era "erigir e consolidar uma nova concepção de intervenção para as águas circulantes no meio urbano", porque as intervenções se restringiram às periferias? Após as obras foram observadas melhorias no que diz respeito à drenagem urbana em toda a cidade, no entanto percebe-se certo desequilíbrio em relação à divisão dos impactos dessas melhorias.

### **3.3. A REALIDADE DO PGE E DO VILA VIVA NO AGLOMERADO DA SERRA**

Como primeira experiência do programa Vila Viva, as intervenções estruturais no Aglomerado da Serra foram direcionadas pelo PGE. A conclusão desse PGE se deu em 2001, e o início das obras do Vila viva se deu no primeiro semestre de 2005. A viabilização dos recursos do projeto se deu, além de uma pequena parcela do orçamento municipal, "junto ao BNDES, ao Ministério das Cidades e ao Governo Federal, por meio do programa Saneamento para Todos, financiado pela Caixa Econômica Federal e em sua reta final, com alguns recursos do PAC" (TONUCCI FILHO E ÁVILA, 2008, p. 21).

As diretrizes de "urbanização" das comunidades que conformam o Aglomerado da Serra, decorrentes do PGE se propunham a "aproximar os padrões de vida urbana do Aglomerado da Serra daqueles praticados nos bairros da cidade integralmente atendidos pelos serviços públicos" (URBEL, 2000a, p. 6). Isso se deu a partir de propostas de reestruturação viária e alargamento de vias, conectando o bairro Santa Efigênia ao bairro Serra através da construção da Avenida do Cardoso, a reconfiguração de parte das habitações com a construção de dez conjuntos habitacionais que visava realocar 75% dos removidos (TONUCCI FILHO E ÁVILA,

2008, p. 21), a promessa da regularização fundiária e a recuperação ambiental dos cursos d'água e entorno. A remoção de ocupantes das margens imediatas dos cursos d'água, a interceptação dos esgotos irregulares e o isolamento das áreas como "parques de preservação" se deram como estratégias de solucionar problemas de risco geológico e inundações a jusante.



Figura 4: Mapa de concretização de propostas do PGE realizado no Aglomerado da Serra. Fonte: PGE do Aglomerado da Serra, DAM Projetos de Engenharia, 2000.

Com a intenção de dinamizar o desenvolvimento socioeconômico local, o programa visava a contratação de mão-de-obra local na construção civil, além de cursos para qualificação profissional na área para os moradores. Além disso, foram realizados programas de educação ambiental e processos de orientação sobre administração condominial comunitária aos moradores dos novos edifícios (TONUCCI FILHO E ÁVILA, 2008, p. 21).

Nos interessa destacar e problematizar as propostas relativas às questões ambientais:

*Proteção das nascentes, cursos d'água e talvegues, com proposição de áreas de preservação permanente ou outro uso imediato que evite ocupação residencial posterior (URBEL, 2000a, p. 7).*

*Eliminação e/ou diminuição do risco proveniente das características geológico/geotécnicas através de intervenções de reurbanização e implantação de projetos habitacionais (URBEL, 2000a, p. 7).*

A proposta para erradicação das áreas de risco priorizou a desocupação das encostas mais íngremes para a revegetação de taludes e para a contenção de áreas que apresentavam risco geológico. Além disso, foi proposta a construção de barragens de contenção para contribuir com a diminuição das áreas inundáveis. O projeto contava com a previsão de implantação de parques nas margens dos córregos, mantendo-os em leito natural (MELO, 2009).

Analisaremos a situação das áreas de recuperação dos cursos d'água nas cabeceiras dos córregos do Cardoso e da Serra, remanescentes do programa Vila Viva. As comunidades do Aglomerado da Serra situam-se em parte da encosta da Serra do Curral, cartão postal e marco da paisagem de Belo Horizonte. A maioria das vilas encontra-se na sub-bacia do Córrego do Cardoso, cujas nascentes se situam, em sua maioria, em áreas adensadas da Vila Nossa Senhora de Fátima. Uma pequena parte do território, correspondente a porções das Vilas Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição e Vila Marçola, situa-se na sub-bacia do Córrego da Serra. As águas das comunidades da Serra são transportadas por esses córregos até o Ribeirão Arrudas, atravessando uma grande parcela da cidade formal.

A partir do discurso da recuperação e preservação de cursos d'água em que as vilas estão situadas, foram criadas “faixas de preservação” através da demolição das moradias que margeavam os cursos d'água e do afastamento da população. As demolições foram realizadas sem que houvesse adequada retirada de todos os escombros, ruínas e entulhos, que permaneceram nas áreas compondo a paisagem marcada pelo abandono.

A recuperação dessas águas se daria pela reversão do processo de poluição e contaminação causado pelo lançamento de esgoto *in natura*. Foram instalados interceptores de esgoto ao longo dos vales, integrados a sistemas de circulação como ruas, becos e escadarias. Assim, as águas negras e cinzas provenientes das

moradias, antes lançadas diretamente nos córregos, passaram a integrar a rede da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), sendo transferidas à estação de tratamento de esgoto (ETE Arrudas). Entretanto, a educadora Floriscena Silva (2011), moradora da região há 40 anos, denuncia, em sua dissertação de mestrado, a responsabilidade da própria COPASA em relação ao processo de degradação dos cursos d'água: a companhia executou instalação da rede de distribuição de água ao longo dos anos em todas as comunidades da Serra, sem provê-las de sistemas adequados de recolhimento do esgoto. De acordo com ela, a partir disso, aumentou-se o volume de água consumida, sem que houvesse a menor condição de suporte dos dejetos. “A população instalou em suas casas chuveiros, pias, tanques, descargas, parou de usar as fossas e fez redes comunitárias de esgoto. Essas redes foram canalizadas para as regiões de córregos, que possuíam uma caída natural de vale” (SILVA, 2011, p. 26). Portanto, contraditoriamente, as intervenções estruturais de saneamento do Vila Viva foram realizadas, na verdade, para sanar um problema causado pela ação prévia desintegrada do próprio poder público.

Os moradores reclamam principalmente da perda de qualidades das quais eles provavelmente não tinham consciência anteriormente. Sobre a nova malha urbana, moradores alegam que houve melhoria de acesso, mas piora na mobilidade. Isso significa que a intervenção facilitou o acesso por automóveis mas dificultou o trânsito a pé, afinal, muitos becos e atalhos foram fechados (MELO 2009). Além disso, a criação dos becos e escadarias gerou interrupções bruscas nos fluxos pré-existentes, transformando as enormes áreas de preservação em grandes barreiras completamente afastadas da vida cotidiana da população. O impedimento de acesso às áreas de recuperação dos cursos d'água e nascentes foi feito pela instalação de grades em todos os seus perímetros. Se antes a população da área convivia diretamente com os cursos d'água e também com os impactos de suas ações sobre eles, após o Vila Viva essas águas passaram a fazer parte de grandes “terras de ninguém” cujo acesso e uso são proibidos e assim, cada vez mais distantes da experiência e da memória dos habitantes. Marcelo Lopes de Souza defende que

Uma sociedade profundamente marcada por prisões reais e metafóricas se reflete e, ao mesmo tempo, é condicionada por uma espacialidade correspondente [onde] os espaços públicos são tratados com desleixo pelo Estado e mesmo pela sociedade civil. O “espaço de todos” é, no fundo, “terra de ninguém” (SOUZA, 2006b, p. 29).

É possível perceber em breve comparação (figura 5) que a maior parte dos fundos de vale já se encontrava desocupada e dotada de vegetação ciliar antes das intervenções da URBEL. Afinal, essas áreas apresentam naturalmente dificuldades e riscos à ocupação, perceptíveis aos olhos dos ocupantes. A impactante transformação dessas áreas se deu muito mais para servir à mitigação dos impactos da urbanização na cidade formal a jusante do que para melhorias de fato na vida das populações das comunidades da Serra (SILVA, 2011). Apesar de relativamente bem-sucedido – quando analisado em curto prazo de tempo – quanto ao recolhimento dos esgotos e impedimento da contaminação das nascentes, pouco se previu acerca das interferências na vida da comunidade e as fragmentações sociais e espaciais geradas por áreas tão grandes afastadas do uso cotidiano. Além disso, não foi incorporada ao projeto a dinâmica de transformação rápida e intensa do espaço exercida por seus autoprodutores, marcada pela construção, ampliação e transformação tanto das unidades habitacionais quanto das áreas comuns. Essa realidade, a médio prazo, provocou o retorno da degradação das linhas de drenagem e dos cursos d'água, pois a população não foi preparada ou autorizada a dar continuidade à recuperação ambiental do território.

Portanto, se houve alguma melhoria imediata quanto à salubridade ambiental nas vilas – já que esgotos deixaram de correr a céu aberto – houve também a formação de grandes vazios que se tornaram “terras de ninguém”. Escombros de demolição permanecem até hoje no local, lembrando-nos diariamente do violento processo de remoção imposto aos antigos moradores. Se, antes do Programa Vila Viva, aquelas populações se identificavam e davam significados ao lugar a partir dos elementos da paisagem e a partir do convívio cotidiano e, assim, se relacionavam diretamente com as consequências de suas ações sobre eles, isso deixou de ser realidade após as intervenções.



Figura 5: Comunidades da Serra em 2002 -antes da intervenção da URBEL e em 2012 - após conclusão das obras.  
Fonte: Intervenção sobre imagem do Google Earth, 2016.

Processos de “participação popular” através do envolvimento dos moradores com atividades de capacitação de jardinagem e manejo das áreas verdes foram usados no Vila Viva para reforçar um discurso de democratização do processo, em que os moradores seriam supostamente os cuidadores das áreas após o encerramento das obras. Entretanto, esse processo parece ter ocorrido apenas para “domesticar” os envolvidos e apaziguar possíveis conflitos, já que alternativas diretas de participação política nos debates e decisões sobre as transformações do espaço nunca foram consideradas, tendo sido todo o processo do Vila Viva na Serra imposto aos moradores, desprovidos de força política para questioná-lo.

Entendemos o lugar como espacialização da razão sensível, centro da afetividade e foco da experiência humana, cuja dimensão coletiva se dá a partir das relações históricas e das demarcações espaciais estabelecidas pela comunidade (MARANDOLA JR, e HOGAN, 2009). As ações do poder público na Serra, portanto, podem ser vistas como uma ruptura do lugar. Marandola Jr. e Hogan trazem à discussão o conceito de *placelessness* desenvolvido por Relph (1976 apud MARANDOLA JR. e HOGAN, 2009), uma espécie de “lugar sem lugar” referente à sua falta de autenticidade, facilmente aplicável à situação dos parques da Serra. A partir da reflexão sobre os lugares “criados e produzidos” pelo poder público, os autores afirmam que essas ações,

(...)quando representam uma descontinuidade em relação à historicidade da comunidade, rompem a relação orgânica de produção da cidade e de construção de lugares, constituindo-se em uma atitude inautêntica, manifesta pela ruptura e pela não preocupação com o sentido do lugar. Em situações como essa, com a fraca aderência entre pessoas e lugar, a vulnerabilidade pode ser potencializada pela sua própria formação material e simbólica. (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2009, p. 168).

Portanto, se as intervenções foram justificadas pela vulnerabilidade dada pela exposição das populações aos riscos geológicos – estes de caráter pontual, portanto pontualmente solucionáveis – as ações do poder público não foram capazes de reverter o quadro ou trazer nenhum tipo de equilíbrio socioambiental àquelas populações. A situação de vulnerabilidade do lugar sofreu interferências, foi transfigurada. Entretanto, é facilmente perceptível que ela foi mantida, ou até mesmo potencializada, angariando ainda mais complexidade e entraves à sua superação.

Os resultados são hoje evidenciados pela situação precária em que essas áreas se encontram, seis anos após o encerramento das obras. A situação ociosa e negligenciada dos “parques” da URBEL tornou-os passíveis à reocupação. Não teria

como ser diferente numa realidade em que a disputa pela terra e a necessidade pela moradia – direito garantido pela constituição, mas não pelas ações do poder público – são aspectos marcantes. As reocupações trazem consigo, portanto, o retorno da exposição ao risco geológico. Além disso, também são motivadoras de conflitos de vizinhança e conflitos de poder: em diversos pontos onde a reocupação se dá, há insatisfação da maioria dos moradores já consolidados. Entretanto, apesar das denúncias esporádicas ao poder público, em sua maioria, aqueles dotados de maior poder aquisitivo continuam reocupando as terras para uso individual ou para geração de renda e exploração dos mais pobres por meio do aluguel das novas construções.

O retorno do despejo de esgoto in natura nos cursos d'água vem tornando-os novamente degradados, regenerando a insalubridade e o retorno do esgoto a céu aberto, dos ratos, dos riscos à saúde pública. As estruturas de interceptação dos esgotos não foram planejadas de maneira flexível, e são incapazes de acomodar a dinâmica de intensas transformações em curto espaço de tempo, marcante das vilas. Hoje é comum vislumbrar inúmeros lançamentos de esgoto nas redes de drenagem pluvial que são conduzidas diretamente aos fundos de vale.

Tornaram-se, pois, “terras de ninguém”: grandes áreas públicas – do poder público – sem propostas de uso cotidiano, vulneráveis a decisões de interesse individual, sem cumprir nenhuma função social – nem mesmo a da recuperação ambiental, que motivou, desde o princípio, as decisões sobre aquelas áreas.

A desconexão sensível entre moradores e espaço gerada pela ruptura do lugar só consegue promover relações degradantes. Esses grandes fragmentos verdes nas comunidades da Serra hoje são usados, em diversos pontos ainda não reocupados, como área de despejo, ou “bota-foras”. As cercas que os separam das comunidades são frequentemente rompidas para que se criem pontos de lançamento de entulhos de construção provenientes tanto da dinâmica local de transformação do espaço, quanto de outros pontos da cidade, trazidos para serem despejados ali sem nenhum ônus. Há também certa cultura de lançamento de lixo doméstico nos “parques”. Sendo assim, aquelas áreas tornam-se “úteis” àqueles que só se importam em resolver seus problemas individuais, transferindo-os – conscientemente ou não – a jusante, promovendo impactos crescentes, aumentando a exposição ao risco dos moradores do “pé da Serra”, e, gradativamente, inutilizando os sistemas de drenagem como mitigadores das enchentes no córrego da Serra e no córrego do Cardoso. “A subtração

dessas áreas da vida cotidiana não assegura a preservação de sua integridade, pois estarão pressionadas pelas atividades do entorno” (SILVA, 2013b, p. 112).

A precariedade gerada pela negligência da PBH em relação às áreas de preservação da Serra foi tema de uma Ação Civil Pública, mobilizada em 2012 pelo movimento ambientalista MOC-ECO, atuante na região leste da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), junto à Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público de Minas Gerais. Em janeiro de 2017, o Poder Judiciário decidiu pela responsabilização do município, proprietário das áreas, por sua preservação, exigindo

ao Município de Belo Horizonte e à Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP que procedam à integral limpeza e remoção de entulhos e lixo situados nos Parques das Três Águas e do Pocinho, bem como construção ou recomposição de muro ou cerca, ou outra medida que iniba a entrada de terceiros, bem como para que realize vigilância regular e periódica no local, visando coibir novas ocupações clandestinas e utilizações ilegais dos parques por terceiros. Requer, ainda, que procedam à demolição das construções clandestinamente implantadas nos Parques, com a remoção dos eventuais ocupantes, dando cumprimento ao art. 318, I, do Código de Posturas de Belo Horizonte (PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017).

As exigências impostas demonstram a insistência institucional em um modelo de preservação focado exclusivamente nos aspectos físico-ambientais. Entretanto, se faz extremamente necessária a reflexão sobre a importância dos aspectos socioeconômicos no debate, cujas influências diretas no meio físico podem impossibilitar qualquer êxito na manutenção da qualidade ambiental de áreas de preservação inseridas em áreas urbanas.

Antes de adentrar na experiência do Pocim Vivo em uma dessas áreas remanescentes do Vila Viva, é fundamental refletirmos acerca dos processos de participação popular utilizados, tanto na elaboração do PGE, quanto na execução do Vila Viva no Aglomerado da Serra.

O PGE foi desenvolvido com a participação de um grupo de referência, que tinha como atribuição contribuir em todas as etapas do processo, desde os diagnósticos à elaboração de propostas, de forma voluntária. O grupo era formado, em sua maioria, por lideranças comunitárias já consolidadas na região. Essas lideranças em muitos momentos reproduziam comportamentos heterônomos em relação aos demais moradores das comunidades, o que fazia com que o processo se desse de forma afastada da população. O trabalho da equipe técnica junto a essas lideranças muitas vezes reproduzia processos de **cooptação**, em que essas pessoas, ao invés de

representarem demandas reais das populações, eram convencidas de que as propostas oferecidas pelos técnicos eram as mais adequadas. O processo contava também com assembleias gerais para aprovação dos produtos do PGE. Essas assembleias se davam a partir da apresentação de produtos prontos, de forma com que os participantes fossem convencidos, por meio da **manipulação**, a aprovarem as propostas evitando ao máximo questionamentos e conflitos. As lideranças comunitárias exerciam um papel fundamental nesse processo de apaziguamento que marcou as assembleias do PGE sem contribuir em nada ao desenvolvimento político dos indivíduos, grupos e instituições envolvidas no processo. Em todo o processo do PGE há apenas um interesse limitado em conquistar a comunicação de fato, e em trazer à tona os conflitos para que sejam discutidos democraticamente. É possível que isso ocorra por razões econômicas. Recursos financeiros para remunerar de forma justa o esforço e o tempo empreendido pelos membros do grupo de referência não são considerados, e na verdade são proibidos pela lei que regulamenta o PGE. Já a equipe de planejadores - esta, assalariada - trabalha a partir de procedimentos-padrão da URBEL, que definem quantidade de encontros com o grupo de referência e assembleias com a comunidade, mas não impõe parâmetros acerca de sua qualidade. Na prática, basta um breve relatório, uma lista de assinaturas e registro fotográfico para provar que a participação ocorreu (KAPP E BALTAZAR, 2012). Tendo sido concebidos desde o princípio na perspectiva dos planejadores de traduzir a favela a partir dos os códigos da cidade formal, o diagnóstico e a proposta reforçam preconceitos com a favela, e dificultam aos habitantes a valorização das qualidades do espaço que eles mesmos vinham produzindo até então. Isso dificulta a percepção das sérias implicações na vida cotidiana da comunidade geradas pela supressão dessas qualidades (KAPP E BALTAZAR, 2012).

A execução do Vila Viva, desenvolvido com base no PGE, não apresentou avanços expressivos no que diz respeito à participação dos moradores do Aglomerado da Serra. Apesar do esforço em incluir os moradores em processos como a contratação de mão-de-obra local, cursos para qualificação profissional dos moradores e programas de educação ambiental, as decisões tomadas para a execução do programa eram passadas aos moradores por meio da **informação**, sem abrir o processo ao diálogo contínuo ao longo dos anos. Em alguns momentos, as ações do poder público foram marcadas pela **coerção** e pela violência institucional. Isso se deu,

principalmente, nos momentos em que moradores tinham, da noite para o dia, as portas de suas casas marcadas e, dessa forma, eram informados sobre sua futura demolição.

Apesar de ter sido desenvolvido com base em um PGE que se propunha participativo a partir dos grupos de referência, o Vila Viva foi executado com baixíssimo controle social e sem transparência da parte dos executores, que se mantinham, de forma heterônoma, impondo suas decisões sobre a vida cotidiana da população.

## 4. POCIM VIVO

O Pocim Vivo é um grupo formado por moradores do Aglomerado da Serra, arquitetas da ASF-Brasil e colaboradores, desde 2016. O objetivo do grupo é a tentativa de estabelecer a autogestão coletiva de uma área verde remanescente do programa Vila Viva no Aglomerado da Serra (figura 6). Este capítulo se debruçará sobre o caso, explorando desde a fundação da iniciativa, o histórico de atividades do grupo, a análise de algumas atividades relevantes, a partir das ferramentas apresentadas no Capítulo 2, e as dificuldades enfrentadas pelo grupo em sua consolidação.



Figura 6: Imagem de drone realizada por Tiago Castelo Branco e Eduardo Gontijo. Fonte: Acervo ASF-Brasil, 2017.

### 4.1. ONDE TUDO COMEÇOU: O PROGRAMA DE APOIO À AÇÃO COMUNITÁRIA E AUTOGESTIONÁRIA (PAACA)

A iniciativa Pocim Vivo surgiu a partir de uma série de debates promovidos pelo Programa de Apoio à Ação Comunitária e Autogestionária (PAACA), nos anos de 2015 e 2016. O programa foi uma iniciativa da Casa de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (CAODH-MG) em parceria com a Associação Arquitetas Sem Fronteiras - ASF Brasil<sup>4</sup>. Propunha-se

---

<sup>4</sup> As Arquitetas Sem Fronteiras (ASF-Brasil) são uma associação sem fins lucrativos que, desde 2003, atua na Região Metropolitana de Belo Horizonte prestando assessoria técnica nas áreas relacionadas

angariar argumentos técnicos e empíricos para o acervo da Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público na busca por uma atuação mais resolutiva da instituição. Isso se fazia necessário devido à necessidade de alternativas de resolução de conflitos aos longos processos de Ação Civil Pública (ACP) cujos resultados, além de demorados, se mostram muitas vezes ineficientes às comunidades mais vulneráveis.

O grupo de arquitetas da ASF-Brasil realizou uma série de entrevistas com promotores e defensores públicos, em busca de suas opiniões e de coletar experiências de ações resolutivas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e em São Paulo. Esse processo foi fundamental para a elaboração de uma experiência piloto de debates acerca dos problemas e apontamentos das soluções junto às comunidades do Aglomerado da Serra. O objetivo era enfatizar a ação conjunta da sociedade civil e de instituições públicas e privadas na busca por formas alternativas de resolução de problemas, mediante a construção coletiva e das possibilidades de uma experimentação da autogestão de problemas no território.

A mobilização de participantes se deu a partir da distribuição de panfletos realizada por alguns moradores previamente articulados com a ASF. Além disso, foi reconhecido que um meio muito comum de comunicação de eventos na região é através do uso de motos de som. A apropriação de recursos locais de publicidade e o envolvimento prévio de alguns moradores foram estratégias fundamentais para ampliar a **inclusividade**, e dar maior visibilidade do PAACA na comunidade e na **extensão territorial**, e assim angariar de forma ampliada participantes.

No processo empreendido pelo PAACA foram realizados quatro encontros entre os técnicos da ASF-Brasil e do CAODH-MPMG e os moradores das comunidades que se dispuseram a comparecer. Dentre os moradores, alguns eram lideranças comunitárias já consolidadas, mas a maioria eram cidadãos comuns, participantes de alguma forma de engajamento local, interessados nas possibilidades de troca e rede a partir da experiência do PAACA.

O grupo se reuniu com o intuito de identificar problemas do território passíveis à resolução através de ações comunitárias e autogestionárias abrindo o primeiro encontro com um debate sobre o que são os direitos coletivos e difusos<sup>5</sup> e o que significava abordá-los com uma perspectiva autogestionária. Além disso, foi enfatizado que nem os representantes do Ministério Público, nem as arquitetas da ASF-Brasil estavam ali como “salvadores da pátria”, ou pretendiam se responsabilizar pela solução de problemas de forma heterônoma. Essa discussão era fundamental para que, desde o início do processo, a profundidade da participação fosse encarada por todos como primordial aos debates.



Figura 7: Primeira reunião do PAACA. Fonte: Acervo ASF-Brasil, 2016.

Em relação ao diagnóstico coletivo, o primeiro passo do processo se deu de forma a localizar, num mapa de 2x1,5m, as iniciativas (sociais, culturais, ambientais etc.) já existentes, além dos equipamentos como escolas, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Unidades de atendimento de saúde etc. O que se pretendia com essa etapa era a identificação dos participantes com o mapeamento, além da compreensão do manuseio de mapas. Dessa forma, era incentivado que se pensasse, quando possível, sobre os assuntos debatidos a partir da malha territorial.

---

<sup>5</sup> Interesses ou direitos difusos, assim entendidos (...) os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base (BRASIL, Código de Defesa do Consumidor, 1990 apud ASF-Brasil, 2016, p. 6).

Em seguida, deu-se início ao processo de levantamento de problemas do território, localizando no mapa os problemas pontuais. Também foram debatidos problemas de caráter “universal” no território, ou seja, impossíveis de serem localizados pontualmente no mapa. O registro de todos os problemas apresentados pelo grupo envolvido foi seguido da sistematização de todas as informações coletadas, em um formulário que destacava os atores envolvidos em cada problema, a área referente a cada problema – ambiental, saúde, social, mobilidade etc. – e sugestões de estratégias comunitárias de resolução.

Os problemas foram agrupados a partir da área de referência, e alguns deles foram encaminhados pelos representantes do Ministério Público para ações judiciais. Os problemas passíveis de serem experimentalmente resolvidos a partir da ação conjunta entre comunidade e as instituições foram destacados. O grupo se subdividiu em dois grupos de trabalho: o grupo ações para a mobilidade urbana<sup>6</sup> e o grupo de ações socioambientais.

O grupo de ações socioambientais, composto por membros da comunidade envolvidos com ativismos culturais, catadores de materiais recicláveis, produtores de agroecologia e compostagem. O grupo se debruçou nas questões relativas à gestão de resíduos, esgotos irregulares e suas relações com a qualidade ambiental, mas houve consenso de que o principal problema a ser tratado era referente às áreas de proteção ambiental remanescentes do Vila Viva. Como já mencionado, o problema já vinha sendo abordado por uma Ação Civil Pública, mas até o momento do PAACA não havia obtido nenhum resultado.

O grupo debateu sobre os diferentes conflitos, de caráter microlocal, relacionados a cada uma das 5 áreas, e sobre pequenas iniciativas que já ocorriam, de forma individual, em algumas parcelas das áreas. Além disso, foram levantadas possibilidades e propostas de ação da comunidade nas áreas.

O tamanho do grupo era incompatível com a escala do conjunto de áreas de preservação do Aglomerado da Serra. Por esse motivo, optou-se pela realização de um projeto piloto de utilização de uma dessas áreas para a implantação efetiva de um

---

<sup>6</sup> O grupo de ações para a mobilidade urbana buscou a parceria do coletivo Tarifa Zero e juntos criaram o movimento “Busão da Comunidade” para a mobilização dos moradores para a criação de uma nova linha de ônibus que melhor atendesse a comunidade. O trabalho do grupo está disponível em: <https://www.facebook.com/busaodacomunidade/>

equipamento autogestionado pela coletividade. Dentre as 5 áreas, o “Pocim”<sup>7</sup>, localizado na Vila Marçola, era o que se encontrava em situação de maior vulnerabilidade, pois naquele momento, nenhuma iniciativa individual ou coletiva acontecia na área, caracterizando-a como “terra de ninguém”, passível à reocupação para usos que pudessem ampliar sua situação de degradação.

A proposta visava a experimentação de ações coletivas para a reparação os danos coletivos sociais e ambientais gerados pelo poder público com a permanência das áreas sem usos para a comunidade. Sendo assim, a sustentabilidade econômica do projeto dependeria da disponibilização de recursos públicos como reparação de danos coletivos.

Além disso, o grupo investigava formas de geração de renda através da autogestão, onde os gestores pudessem explorar os potenciais produtivos da terra de forma coerente e responsável com o caráter de recuperação ambiental da área. Sendo assim, o grupo vislumbrava um projeto em que os próprios moradores fossem protagonistas na criação e manutenção do parque produtivo e comunitário. Iniciou-se, assim, em julho de 2016, a consolidação do “Grupo Gestor de Preservação do Pocinho”, que viria, posteriormente a ser renomeado pelos participantes como Pocim Vivo.

---

<sup>7</sup> O Pocim era identificado, no PGE do Aglomerado da Serra e no plano do Vila Viva como Parque Ecológico do Pocinho.



*Figura 8: Momento em que participantes do PAACA escolheram a área do Pocim para experiência piloto. Fonte: Acervo ASF-Brasil, 2016.*

## **4.2. HORIZONTES POSSÍVEIS DE ATUAÇÃO: A PROPOSTA DE "ADOÇÃO" DA ÁREA**

Para a consolidação do grupo Pocim Vivo, foi fundamental que se mantivesse a colaboração entre a Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF-Brasil) – entidade que, junto aos representantes da comunidade era responsável pela coordenação do projeto – e a Casa de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais CAODH-MPMG. Essa parceria seria essencial para que se ampliasse a rede de colaboradores e parceiros, além da captação de recursos que viabilizariam o projeto. A colaboração, entretanto, exigia legitimação das ações do grupo perante o poder público, para que se mantivesse ativo na área dentro da legalidade.

A CAODH-MPMG articulou uma mesa de conciliação com representantes de órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte e moradores do Aglomerado da Serra na qual foi estabelecido um acordo que possibilitaria ao grupo o usufruto do terreno e garantiria o apoio institucional.

O encontro ocorreu no dia 14 de setembro de 2016, na Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, onde compareceram duas Promotoras de Habitação e

Urbanismo, além de representantes do CAODH-MPMG, representantes da URBEL, representantes da Secretaria de Meio Ambiente, representantes da Fundação Zoobotânica, representantes da Fundação de Parques Municipais, membros da ASF-Brasil e representantes dos moradores das comunidades da Serra.

Os representantes da comunidade da Serra e da ASF-Brasil expuseram todas as violações de direitos que ocorrem devido ao descaso do poder público em relação às áreas destinadas para parques no Aglomerado da Serra. Foram expostos os casos de reocupação ostensiva, despejo e acúmulo de lixo e entulho e depredação das cercas. Representantes da URBEL argumentaram que as áreas passam por fiscalização constante, mas assumiram que, de fato, os parques não foram implantados como equipamentos públicos adequados para o uso pela comunidade.

Após ampla discussão, a ASF-Brasil e os moradores da Serra apresentaram a proposta do grupo Pocim Vivo, que se propunha cuidar de uma dessas áreas e empreender esforços coletivos na implantação o parque. Foi explicitado que esses esforços necessitavam do apoio e responsabilização dos órgãos da Prefeitura ali presentes. A proposta foi elogiada e apoiada pelas autoridades presentes.

Para viabilizar a parceria, foi proposta pelas promotoras a adoção da área pela ASF, por meio do Programa “Adote o Verde”. A partir da formalização da parceria, se fez possível a utilização e intervenção na área pelo grupo dentro da legalidade, por um prazo de 2 anos. Entretanto, as autoridades sugeriram que a ASF-Brasil, enquanto instituição, assinasse o convênio e se responsabilizasse pelo acordo com a Prefeitura. Isso evidencia a forma como o aparelho público se mostra fechado ao compartilhamento de responsabilidades de forma direta com as comunidades, mantendo estruturas heterônomas.

Naquele momento, os representantes dos órgãos da Prefeitura se comprometeram a auxiliar todo o processo tanto em relação ao apoio institucional como operacional. No dia 20 de dezembro de 2016, o acordo foi publicado no Diário Oficial do Município (DOM). Apesar da permissão de gestão da área à ASF-Brasil pelo programa Adote o Verde, era assumidamente acordado que essa seria uma solução temporária. Afinal, o formato do programa – que será abordado no capítulo 5 deste trabalho – não era suficientemente adequado às propostas do grupo, mas era o único instrumento disponível e viável naquele momento. As atividades foram realizadas com um recurso

de R\$27.000 reais, articulado pelo CAODH-MPMG, e gerenciado pela ASF-Brasil. Apesar de este pequeno recurso ter permitido a remuneração de algumas atividades, a extensão do trabalho só foi possível por meio de mutirões e muita dedicação voluntária tanto dos membros do grupo, quanto dos parceiros e colaboradores.

No próximo subcapítulo, aprofundaremos no contexto local das ações do grupo, delimitando a realidade socioespacial em que o grupo Pocim Vivo se insere.

### **4.3. O “PARQUE” ECOLÓGICO DO POCINHO**

O Pocim – abreviação de “pocinho” – é uma área de aproximadamente 23 mil metros quadrados, localizado na Vila Marçola, Aglomerado da Serra, na região centro-sul de Belo Horizonte. O tratamento da área pelo Vila Viva, com a remoção de cerca de 200 famílias, se deu para a recuperação dos talvegues da área correspondente às nascentes do Córrego Bolina, afluente do Córrego da Serra, com a demarcação oficial dessa área como Parque Ecológico do Pocinho.

As águas das nascentes do Córrego Bolina que há décadas formavam um poço, serviam à comunidade como alternativa de abastecimento. Ou seja, aquelas águas eram fator fundamental para a sobrevivência da comunidade assentada. Ao mesmo tempo, a inexistência de uma rede de distribuição de água canalizada fazia desse poço (“pocim”) um lugar de encontros, onde lavadeiras criavam laços, crianças desfrutavam das águas, baldes eram abastecidos. O “objeto” poço, essencial à sobrevivência da comunidade, é dotado de valor simbólico e faz parte de uma associação em rede que constrói aquela realidade. A crescente ocupação da encosta, o despejo de esgoto *in natura* nos fundos de vale, a constante adaptação da plataforma geológica para a ocupação, com cortes e aterros no terreno, são alguns outros exemplos de práticas dos atores humanos nessa rede de associações. Esse poço, ou Pocim, gradualmente secou, devido à ocupação desordenada da cabeceira e consequente retirada da vegetação e impermeabilização do terreno. Entretanto, permanecem as linhas de drenagem que, em períodos chuvosos apresentam intenso fluxo de águas pluviais. Assim, as águas que correm nos talvegues, antes fonte de sobrevivência, passam a carregar e distribuir dejetos pelo território, trazendo insalubridade, riscos de doenças, proliferação de pragas, entre outros. As mesmas águas, correndo em cursos transformados por seu próprio movimento e pela ação humana, também geram riscos pontuais de deslizamento de terra, riscos de

inundações e soterramento às ocupações das margens. A alta declividade do terreno e a presença das linhas de drenagem, levaram os técnicos que realizaram o PGE do Aglomerado da Serra a demarcar o Pocim – antes densamente ocupado – como área de risco geológico e, portanto, não edificante.

As relações históricas daquela comunidade com as águas das nascentes do Córrego Bolina se expressam na identidade do lugar, onde a vizinhança autoproduzida conta, além da área do Pocim, com ruas e becos nomeados como forma de registro dessas relações: Rua da Água, Rua da Nascente, Beco do Chafariz etc. Como defende Silva (2013), essas expressões poderiam ser ferramentas fundamentais à reversão de quadros de degradação a partir da valorização dos sujeitos, dos valores simbólicos, e das ações locais. É interessante observar que, nas intervenções do Vila Viva nessa área específica do Pocim, a ocupação das linhas de drenagem no topo do morro foi mantida, onde obras pontuais de instalação de escadarias de drenagem já haviam sido realizadas anteriormente ao programa pelo município, de forma desarticulada.

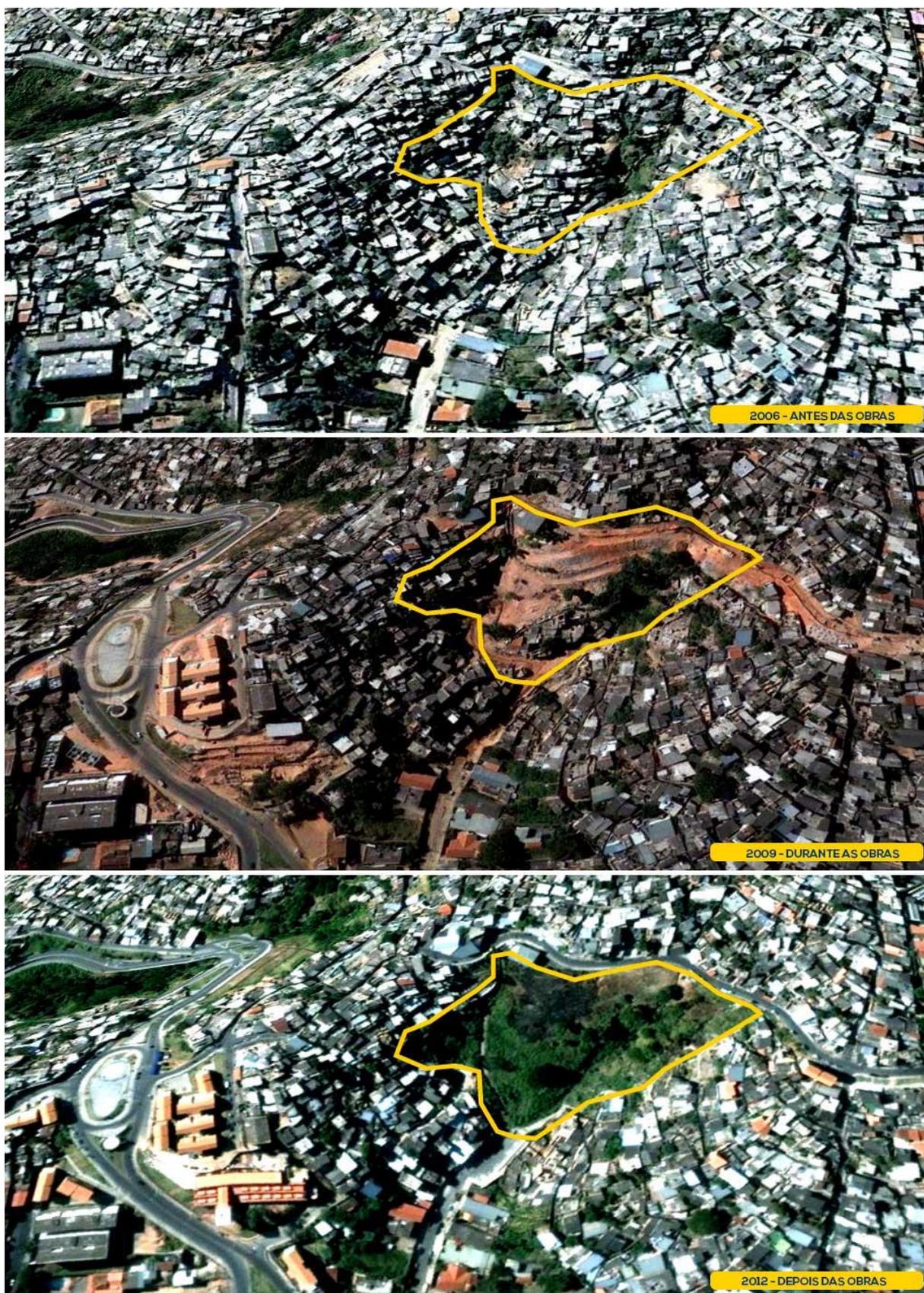


Figura 9: Histórico comparativo da remoção no Pocim. Fonte: Demarcação da autora sobre base tridimensional do Google Earth, 2018.

Dessa forma, mesmo se o resultado a longo prazo da recuperação da área fosse efetivo, ainda assim, receberia o impacto da poluição difusa da área a montante.

O entorno dessa área remanescente do Vila Viva é demarcado pelo município como Vila Marçola. Entretanto, há uma organização territorial local que, apesar de não reconhecida pelo poder público, é legítima do ponto de vista dos moradores. O entorno da área verde é, então, demarcado pelas áreas: Região da Igrejinha, Região da Arara e Região do Pocim – que, apesar de ter sofrido intenso processo de remoções para a configuração do parque, ainda apresenta uma parcela de ocupações<sup>8</sup>. Por não reconhecer essa configuração do espaço, e ter se baseado apenas em aspectos físico-ambientais, as remoções do Vila Viva e a demarcação da área do “parque” foram estabelecidas em desacordo com a vida cotidiana das comunidades, gerando um enorme vazio entre essas microrregiões, fragmentando as conexões e fluxos entre elas, e distanciando os moradores. Tornou-se, então, uma barreira física e afetiva aos moradores de seu entorno imediato.

Essa desconexão sensível com o lugar levou a população a trata-lo terra de ninguém, como uma área de despejo de lixo doméstico e entulhos de construção. Essa situação gera insalubridade e novos riscos de deslizamento de entulhos e inundações aos moradores do entorno, principalmente aqueles que se situam a jusante do terreno.

A partir de 2016, o grupo Pocim Vivo passa a enfrentar essa amarga realidade, com o objetivo de construir novos significados ao lugar e novas relações de identificação e pertencimento. Isso só é possível através de um árduo processo de mobilização que precisa enfrentar não só a desarticulação entre as microrregiões do entorno imediato do terreno, mas os estigmas que marcam o discurso da recuperação ambiental para aquela população. No próximo subcapítulo serão apresentadas as atividades empreendidas pelo grupo durante os anos de 2016 e 2017 no formato de uma linha do tempo.

#### **4.4. LINHA DO TEMPO DO POCIM VIVO**

*Figuras 10, 11, 12 e 13: Linha do tempo do Pocim Vivo. Fonte: Elaborado pela autora, a partir de imagens e informações do Acervo da ASF-Brasil, 2016 e 2017.*

---

<sup>8</sup> Informações Recolhidas pelos estudantes da disciplina Cartografia Social no Pocim, ministrada pelos professores Tiago Castelo Branco, Helena Lana e Eduardo Gontijo na Escola de Arquitetura da UFMG no primeiro semestre de 2018.

#### 4.4. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES DO POCIM VIVO



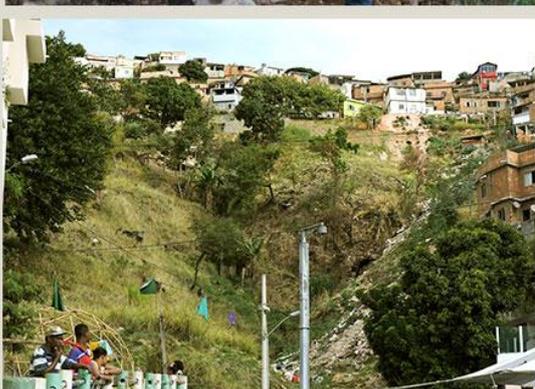
a



b



c



d



e

**21/05/2016**

Primeiro encontro do PAACA: início do debate acerca dos problemas do Aglomerado da Serra

**04/06/2016**

Segundo encontro do PAACA: divisão do grupo em duas frentes: ambiental e mobilidade

**18/06/2016** a

Terceiro encontro do PAACA: aprofundamento sobre problemas das áreas verdes do Vila Viva

**02/07/2016**

Quarto encontro do PAACA: escolha do Pocim como área onde continuar a atuação

**29/07/2016**

instalação de 4 placas no entorno da área convidando a comunidade para fazer parte do Pocim

**20/08/2016**

Primeira reunião do Grupo Pocim Vivo: decisão de começar pela limpeza da área e montar geodésica

**14/09/2016**

mesa de conciliação com representantes da Prefeitura e decisão sobre Adote o Verde

**21/09/2016**

Criação da página do facebook e início da mobilização online

**24/09/2016** b c

Mutirão com alunos da EAUFMG. Limpeza e preparo do terreno

**08/10/2016**

Oficina de preparo das peças da geodésica

**14/10/2016** d

Evento de inauguração do Pocim Vivo: festa e montagem da geodésica para territorializar as ações do grupo

**e 22/10/2016**

Apresentação de teatro das crianças da escola Edson Pisani

**14/10/2016**

Início da retirada de entulhos por moradores da Serra



**29/10/2016**  
Mutirão para iniciar trabalhos da horta

**04/11/2016**

Abertura dos primeiros caminhos dentro do Pocim

**07/12/2016**

Fixação de faixa na Rua da Água com convite à participação na horta

**12/2016**

mês dedicado à limpeza da área da horta

**11/02/2017**

Jogo da maquete para começar a imaginar o parque concretizado

**15/02/2017**

semana de empenho para construção da escada de acesso à horta

**11/02/2017**

construção de escada de pneus para acesso à área debaixo da gameleira

**13-17/03/2017**

Oficina de design colaborativo para confecção da identidade visual do Pocim

**18/03/2017**

Monitoramento da área com drone

**07/04/2017**

Produção de mobiliários e escada improvisados com galhos de árvore

**08/04/2017**

Levantamento porta-a-porta acerca dos problemas relacionados ao lançamento de lixo e entulho

**17/04/2017**

Paralisação da construção da horta e saída do participante que a coordenava

**13/05/2017**

Mutirão com alunos da EAUFMG: churrasco, construção de área de convivência, lançamento da identidade visual, oficina de estampas com as crianças



01/06/2017

Requerimento oficial à COPASA para instalação de um ponto de água na área

07/06/2017

Início do trabalho de limpeza das ruínas onde o grupo pretendia instalar sua sede

12/06/2017

Moradores da região iniciam, junto ao grupo Pocim Vivo, articulação para viabilizar a instalação de uma quadra esportiva

o 17/06/2017

Primeiro contato com moradores que ocupavam a parte alta do Pocim para usos individuais e tentativa de integra-los ao grupo

22/06/2017 |

Visita de um técnico da COPASA para planejamento da instalação de pontos de água.

m 01/07/2017

Participação da Promotora de Direitos Humanos na reunião em que o grupo decidiu priorizar a instalação da quadra esportiva

01/07/2017

Levantamento das ruínas da sede pelos estudantes da UFMG

05/07/2017

Encontro do grupo na área para definição da localização da quadra, medição da área escolhida e debate sobre técnicas de contenção

07/07/2017

Apresentação de propostas projetuais dos estudantes para a adaptação das ruínas da sede

14/07/2017

Reunião com representantes da Prefeitura em busca de suporte para a construção da quadra

17/07/2017

Recebimento de uma doação de materiais de construção para a futura sede do grupo

p 07/2017

Conflitos acerca de movimentação de terra realizada de forma desarticulada com o grupo, pelos ocupantes da parte alta do Pocim e desmobilização dos esforços para construir a quadra esportiva

08/2017 n

Empenho na limpeza e retirada de entulhos das ruínas da sede e conflitos com vizinhança



**12/08/2017**  
Reunião do grupo com estudantes de Arquitetura da UFMG e PUC para planejar mutirão

**27-28/08/2017**<sup>q</sup>  
Mutirão com os estudantes para construção de um mirante e realização de um bazar



**12/09/2017**<sup>r</sup>  
Participação do grupo em Audiência Pública realizada pela Promotoria de Meio Ambiente acerca das áreas remanescentes do Vila Viva

**09/10/2017**  
Segundo monitoramento da área com drone



**14-19/10/2017**<sup>s</sup>  
Incêndios criminosos afetam grande parte do Pocim

**22/10/2017**  
Conflitos acerca da apropriação da área da sede por um indivíduo

**11/2017**  
Período de grande desmobilização do grupo

**17/12/2017**<sup>t</sup>  
Evento de encerramento das atividades do ano de 2017 e comemoração do aniversário da moradora mais antiga participante do grupo



\* Algumas atividades foram realizadas no ano de 2018, apesar da forte desmobilização, mas elas não foram acompanhadas para este trabalho.

## 4.5. APROFUNDAMENTO EM QUATRO EXPERIÊNCIAS DO POCIM VIVO

Uma vez que o panorama geral das atividades do grupo já foi exposto, 4 das experiências citadas devem ser aprofundadas, como subsídio à ampliação do debate proposto por este trabalho. As experiências são: (1) A instalação da geodésica; (2) O desenvolvimento do plano coletivo com uma maquete; (3) a produção de uma horta experimental e (4) a disputa pelo espaço da sede. A escolha dessas experiências se deu devido à diversidade de atores envolvidos, às diferentes áreas onde ocorreram e às diferentes escalas e formas de atuação. Dessa maneira, será possível aproximarmos da realidade vivida pelo grupo. Além disso, eu, autora deste trabalho, estive envolvida diretamente nas 4 experiências. Analisaremos as diferentes relações que envolvem essas experiências – sejam elas entre poder público e comunidade, entre os próprios participantes do grupo, entre diferentes moradores e atores locais etc. – a partir das ferramentas propostas neste trabalho: a escala de avaliação da participação popular (SOUZA, 2006) e os Indicadores de Consistência Participativa (SOUZA, 2006), estabelecendo as devidas adaptações, já que as ferramentas foram elaboradas apenas para relações entre o poder público e a sociedade.



Figura 14: Localização dos casos aprofundados na área do pocim: : (1) A instalação da geodésica; (2) O desenvolvimento do plano coletivo com uma maquete; (3) a produção de uma horta experimental e (4) a disputa pelo espaço da sede. Fonte: intervenção da autora sobre imagem de drone feita por Eduardo Gontijo, 2017.

## INSTALAÇÃO DA GEODÉSICA



**20/08/2016**

Primeira reunião do grupo com a participação de professora e alunos de arquitetura da EAUFMG. Decisão por dar início às atividades do grupo com a instalação de uma geodésica

**17/09/2016**

Reunião interna do grupo e decisão por organizar uma semana de eventos na geodésica

Participação de membros do grupo nas aulas da EAUFMG durante agosto e setembro

**24/09/2016**

Primeiro mutirão com os estudantes: limpeza e preparo do terreno para receber a geodésica

**08/10/2016**

Oficina aberta de geodésica na EAUFMG: preparo de peças de bambu

**15-16/10/2016**

Evento de inauguração das atividades do Pocim Vivo: montagem da geodésica, oficinas com as crianças e samba da comunidade

**18/10/2016**

Instalação de cobertura de tecidos na geodésica

**19/10/2016**

Visita de estudantes de uma escola municipal local ao pocim, e apresentação de peça de teatro em frente à geodésica

**20-23/10/2016**

Descontinuidade das atividades propostas para a semana de eventos no Pocim

**03/11/2016**

Rompimento da estrutura por mal uso das crianças do entorno

**09/11/2016**

Desmontagem da estrutura

Figura 15: Diagrama de detalhamento da experiência da Geodésica. Fonte: Desenvolvido pela autora a partir de informações e imagens retiradas do acervo da ASF-Brasil, 2016 e 2017.

O primeiro encontro do Grupo de Preservação do Pocinho – que posteriormente foi renomeado Pocim Vivo – se deu numa das ruas do entorno da área, em agosto de 2016. O grupo contou com a presença de moradores já envolvidos no PAACA, e de alguns novos, atraídos pelo chamamento por placas e moto-som.

Desde o princípio, as relações pré-existentes entre as arquitetas da ASF-Brasil e professores de Arquitetura da UFMG já apontavam para que se estabelecessem parcerias, de interesse pedagógico aos estudantes, e interesses experimentais ao grupo. A professora Junia, uma das responsáveis pela disciplina “Requalificação de Assentamentos Precários” esteve presente com seus alunos nessa reunião, afim de ter o Pocim como objeto de estudo, e ao mesmo tempo somar esforços nas ações do grupo.

Nesse encontro, foi organizado um planejamento inicial de ações, onde a sugestão da territorialização das atividades do grupo se dessem por meio da construção, mesmo que efêmera, de um elemento que causasse grande impacto visual na paisagem. A presença de uma das arquitetas do grupo que dominava sistemas construtivos em bambu e o interesse dos alunos em aprender sobre essas técnicas, levou o grupo a optar pela instalação de uma estrutura geodésica no terreno. A arquiteta disponibilizou as peças montantes metálicas, e os estudantes se responsabilizaram pelo preparo das peças de bambu.

Durante as duas primeiras semanas de setembro, arquitetas da ASF-Brasil participaram das aulas da disciplina, compartilhando saberes e empenhando esforços para o preparo das peças. Além disso, as arquitetas organizaram uma oficina aberta sobre o mesmo assunto, que seria dividida entre o aprendizado sobre a técnica de construção da geodésica, e a montagem da estrutura, *in loco*.

O grupo reconhecia que havia a necessidade da limpeza e do preparo do terreno antes da instalação da estrutura e, para isso os estudantes realizaram um mutirão no dia 24 de setembro de 2016.

Como foi a primeira ação do grupo, houve baixa adesão da comunidade do entorno. Apesar da presença de alguns moradores – aqueles que participaram da primeira

reunião – o grupo era formado, em sua maioria, por “estrangeiros”: arquitetas, professoras e estudantes de arquitetura.

Entretanto, as estranhas movimentações e a presença de estranhos causaram curiosidade e interesse a quem passava, afinal, os moradores estavam acostumados com a ausência de uso daquele grande terreno. Neste dia, dois senhores, moradores do entorno imediato da área, realizaram a derrubada de parte da cerca construída pela URBEL, iniciando, assim, um processo de mudança na relação entre a vida cotidiana daquela população, e o terreno do Pocim, ao criar uma entrada oficial.

No dia 15 de outubro de 2016, o grupo realizou um evento de inauguração de suas ações, onde, além da montagem da estrutura geodésica, foram realizadas oficinas com as crianças moradoras do entorno, e uma articulação com um grupo que organizava um samba local. Nesse dia, foram distribuídas “cartas convite”, convocando os moradores a fazer parte das ações de apropriação coletiva do parque do Pocim.

O grupo planejava, na semana seguinte à inauguração, a realização de atividades diárias dentro da geodésica, como oficinas e atividades culturais. Entretanto, houve uma desarticulação na organização dessa semana, em que alguns dos envolvidos descumpriram seus comprometerimentos, e o único acontecimento foi a visita de estudantes da Escola Municipal Professor Edson Pisani (EMPEPI) ao Pocim. A estrutura da geodésica permaneceu no local nas próximas semanas, e as crianças moradoras do entorno imediato da área começaram a explorá-la, escalando suas hastes, apesar de terem sido advertidas pelas arquitetas que a estrutura não era capaz de suportar esse tipo de uso. Isso acabou levando ao rompimento da estrutura, colocando as crianças em risco de se machucarem, caso caíssem do alto da estrutura – cujo ponto mais alto alcançava cerca de cinco metros. A estrutura foi imediatamente desmontada e retirada do local.

A situação de mau uso da estrutura e sua conseqüente degradação não demonstram má fé ou desobediência das crianças. Na verdade, essa situação é uma evidência de que o local carece de equipamentos para a diversão e o uso seguro das crianças. Ao mesmo tempo, evidenciam a curiosidade e interesse das crianças a se apropriarem da área verde, e a necessidade da instalação de equipamentos para seu uso cotidiano.

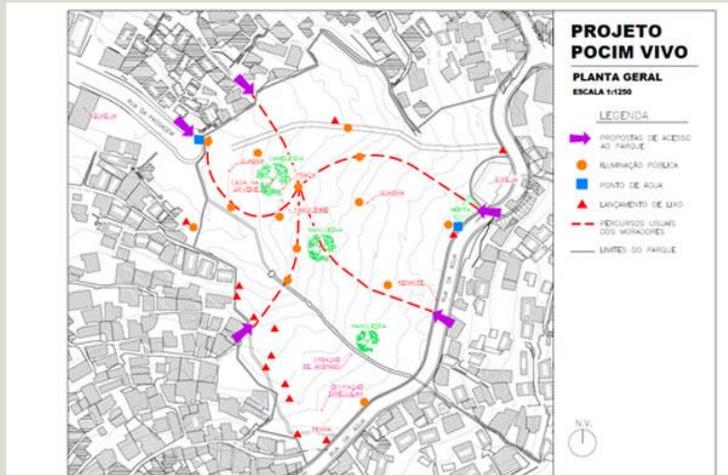
Apesar de efêmera, essa experiência da geodésica – da montagem ao uso, do uso à deterioração – foi extremamente importante para o grupo Pocim Vivo e para a comunidade, pois, pela primeira vez, desde o fim das obras do Vila Viva, a comunidade pôde olhar para aquela área verde com perspectivas positivas. A transformação do valor simbólico de um lugar não se dá de forma imediata, mas essa experiência foi um primeiro passo importante para a construção de novos significados ao Pocim, principalmente da perspectiva das crianças.

Quanto ao caráter participativo dessa experiência específica, no processo de instalação da estrutura, se configurou como **informação**, em que houve monopólio das decisões pelas arquitetas, mas manteve-se a comunicação constante com os estudantes e com os moradores. Entretanto, no momento da limpeza do terreno e da abertura da entrada do parque, ela se configurou como **parceria**, em que as decisões foram tomadas a partir do diálogo entre arquitetas, estudantes e moradores, e as ações foram realizadas por todos, juntos. A apropriação da geodésica se deu a partir da autonomia das crianças, que confrontaram as regras de uso da estrutura, criando suas próprias normas, apesar de oferecerem riscos.

Portanto, em relação ao primeiro indicador de consistência participativa, a **profundidade decisória da participação** podemos afirmar que a experiência foi, em alguns momentos consultiva, e em alguns momentos deliberativa. Isto se deu pelo fato de que, nesse caso, as arquitetas eram detentoras do conhecimento técnico, enquanto os moradores não eram. Nesse cenário descuidos das técnicas levaram a relações assistencialistas, por mais que as intenções fossem de prestar assessoria. Quanto à **extensão da participação**, é possível afirmar que, por mais que se almejasse a autonomia dos participantes, as arquitetas da ASF-Brasil ainda mantinham o controle da experiência, encarregando-se da maior parte de sua organização. Quanto ao **grau de transparência**, nos momentos em que as decisões foram tomadas coletivamente houve abertura ao diálogo e à troca, ainda que os moradores esperassem pela “validação” de suas decisões pelas arquitetas. Quanto ao **caráter participativo do espaço**, podemos afirmar que este era o principal ponto em questão: a apropriação do lugar e de sua transformação pelas mãos de um grupo organizado, apesar de a situação prévia ser de gradeamento, da separação e da restrição, o próprio grupo, durante a ação, rompeu com essa característica, ao derrubar a grade e dar início a um processo de apropriação do terreno. Em relação à **inclusividade**, era possível

perceber que maior parte dos moradores que se envolveram em todo o processo, da limpeza à montagem da estrutura, eram do sexo masculino – assim como na maioria das ações realizadas pelo Pocim Vivo –, ou seja, o grupo não era completamente representativo da comunidade do entorno. Entretanto, quanto ao **grau de suporte ativo à participação**, houve a preocupação do grupo em realizar atividades inclusivas para os idosos que estavam presentes, e oficinas e brincadeiras para maior envolvimento das crianças.

## DESENVOLVIMENTO DE PLANO COLETIVO COM UMA MAQUETE



10/2016

Estudantes de arquitetura da EAUFMG desenvolvem um modelo tridimensional do terreno do Pocim e, ao fim da disciplina, doam ao grupo Pocim Vivo

01/2017

Arquitetas da ASF-Brasil desenvolvem metodologia para usar maquete em atividade de debate acerca das perspectivas da comunidade para o parque

01-10/02/2017

Divulgação de convite para o encontro pelas redes sociais

12/02/2017

Encontro para realização da atividade em que moradores compartilharam suas perspectivas e expectativas para o futuro parque comunitário

15-28/02/2017

Sistematização das informações coletadas na atividade

03/2017

Desenvolvimento de um desenho técnico contendo todas as informações coletadas e sistematizadas

2017

Uso do mapa desenvolvido para fins didáticos nas aulas na EAUFMG mas o processo de planejamento com a comunidade é descontinuado

*Figura 16: Diagrama das atividades com a maquete. Fonte: Desenvolvido pela autora a partir de informações e imagens retiradas do acervo da ASF-Brasil, 2016 e 2017.*

O grupo Pocim Vivo recebeu, em outubro de 2016, a doação de um modelo tridimensional da área verde. O modelo foi desenvolvido e doado pelos estudantes de arquitetura juntos aos professores da disciplina, Tiago Lourenço e Leta. Desde o momento do recebimento do objeto, as arquitetas da ASF-Brasil já vislumbravam possibilidades de usá-lo como interface para atividades de planejamento com a comunidade.

Em janeiro de 2017, as arquitetas desenvolveram o método para a realização da atividade que, após divulgação pelas redes sociais, ocorreu no dia 12 de fevereiro.

A primeira etapa dessa experiência consistia em começar apresentando a maquete, localizando pontos de referência como as principais ruas, e a antiga árvore – uma gameleira, central ao terreno – sob a qual a atividade era realizada. A partir do momento em que houve a compreensão de todos, no próximo passo, cada um dos participantes deveria localizar sua própria casa na maquete, identificando-a com seu nome. Essa etapa foi fundamental para valorizar os participantes e estabelecer uma identificação pessoal de cada um com o processo. Em seguida, o grupo debateu sobre os fluxos de pessoas, sobre como eram os becos antes das demolições do Vila Viva, e que pontos seriam importantes de serem reconectados por dentro do parque. Além disso, as crianças marcaram, também os caminhos que vinham fazendo em suas brincadeiras no terreno. A partir dessa etapa, o grupo demarcou pontos ideais para se posicionar as entradas do parque. Na próxima etapa, foram debatidos e localizados na maquete os principais problemas relacionados ao terreno, como pontos críticos de despejo de lixo e entulho e áreas em que a vegetação estava muito densa, gerando insegurança nos moradores. Na última etapa do processo, o grupo compartilhou seus sonhos para o parque, cada um pôde falar sobre quais as instalações considerava mais importantes para a consolidação do parque. Foi sugerida a instalação de um parquinho, de uma casa na árvore, de uma quadra esportiva, de áreas de convivência, mirantes, hortas e jardins. A partir das sugestões, o grupo discutiu sobre qual a localização ideal de cada equipamento, demarcando-a na maquete.

A atividade contou com a participação de 15 moradores, no total. Dentre eles, a sua maioria eram crianças, além de alguns adultos e dois idosos. O grupo era pequeno, portanto não era capaz de representar todas as expectativas da enorme comunidade

do entorno do Pocim, mas isso não fazia do processo menos legítimo. Era claro, desde o princípio, que essa atividade tinha como principal intenção ser um primeiro passo do debate coletivo sobre o parque, utilizando-se de métodos cartográficos para aprofundar o debate e a tomada de decisões. Logo, esperava-se dar continuidade às atividades em diversas etapas, envolvendo uma diversidade maior de participantes. Entretanto, isso não ocorreu.

As informações coletadas foram sistematizadas e transferidas a um desenho técnico sobre base cartográfica fornecida pela URBEL. Os dados ficaram armazenados e são usados para fins didáticos e para apresentações externas, mas o processo de planejamento com a comunidade foi descontinuado. O formato do documento se mostrava compreensível para os estudantes e para as arquitetas, mas se mostrava de difícil leitura para os moradores do lugar<sup>9</sup>. Isso acabou gerando uma desigualdade de compreensão dos resultados, e o grupo não realizou novas etapas do debate sobre o planejamento da totalidade do parque.

A participação da comunidade, nesta experiência, se configurou num processo de **consulta**. Isto se deu pois, apesar de as necessidades e expectativas dos participantes terem sido centrais no processo, elas foram coletadas e sistematizadas pelas arquitetas, que traduziram as informações para sua linguagem, extremamente técnica, e acabaram gerando uma relação desigual acerca da compreensão do produto da atividade, o que impediu que esse processo se tornasse mais democrático e envolvendo uma parceria com maiores possibilidades de ser de fato participativa.

Quanto à **profundidade decisória da participação** podemos considerá-la, neste caso, completamente consultiva. Afinal, apesar de exporem suas opiniões, os moradores não foram envolvidos no desenvolvimento do produto da experiência. Já em relação à **extensão da participação**, o controle da experiência foi completamente monopolizado pelas arquitetas da ASF-Brasil, sem que houvesse espaço para que os outros participantes interferissem no método ou nas normas da atividade. O **grau de transparência** acabou se tornando baixo, principalmente na sistematização das informações recolhidas, devido à linguagem técnica de difícil leitura aos moradores, e ao fato de que não houve esforço por parte das arquitetas para instruí-los nessa

---

<sup>9</sup> O debate acerca das controvérsias e limitações da linguagem técnica em processos participativos foi aprofundado por Nassif (2016) em sua dissertação de mestrado.

compreensão. Em relação ao **caráter participativo do espaço**, apesar de o local onde o grupo se encontrou ser centralizado no terreno, seu acesso é difícil, e sua visibilidade é baixa, dificultando o envolvimento espontâneo de novos participantes. Em relação à **inclusividade**, era possível perceber que maior parte dos envolvidos eram crianças, naquele momento já familiarizadas em circular pelo terreno de alta declividade e acessos dificultados por isso. Entretanto, esse momento demarcava o início de um processo participativo que pretendia ser mais inclusivo, se houvesse continuidade. E por fim, quanto ao **grau de suporte ativo à participação**, houve um esforço para priorizar a participação dos idosos, auxiliando-os quanto à mobilidade e acesso no terreno, quando necessário.

## PRODUÇÃO DE UMA HORTA COMUNITÁRIA



a



b



c



d

11/10/2016

Reunião em que morador sugeriu iniciar uma horta e levou os participantes à área de seu interesse

23/10/2016

Engenheira agrônoma do grupo elaborou lista de ferramentas e insumos necessários

25/10/2016

Grupo realiza compra dos materiais com recursos doados por Ministério Público

29/10/2016 b

Primeiro mutirão da horta: limpeza e preparo da área

11/2016 a

Durante o mês o morador responsável deu continuidade à limpeza da área

11/2016

Durante o mês o morador responsável deu continuidade à limpeza da área

15-22/02/2017 c

Semana de empenho para construção de uma escada de acesso à horta

12/02/2017

Compra de terra vegetal e despejo inadequado na rua

05-09/03/2017

Esforço do grupo para transferência da terra para dentro da horta

12/03/2017 d

Início da construção de canteiros para plantio

14/03/2017

Negociação com vizinhos para uso de seu ponto de água para manutenção da horta. Vizinho decide cobrar por isso, e grupo não aceita

17/04/2017

Paralisação da construção da horta e saída do morador responsável do grupo Pocim Vivo

Grupo termina a construção do canteiro, mas a ausência de responsáveis pela horta leva à desmobilização total

*Figura 17: Diagrama do desenvolvimento do processo de construção da horta comunitária. Fonte: Desenvolvido pela autora a partir de informações e imagens retiradas do acervo da ASF-Brasil, 2016 e 2017.*

A frente de trabalho de ações ambientais, ainda no PAACA, já debatia sobre o uso produtivo da terra nas áreas verdes remanescentes do Vila Viva. Alguns casos de apropriação individual de parcelas dos demais parques eram popularmente conhecidos no Aglomerado da Serra<sup>10</sup>. Muitos dos habitantes da região vindos do interior à capital, a procura de trabalho, lembravam com saudosismo o trabalho manual na terra, o plantio, a troca com a natureza, que se perdeu com o adensamento populacional da área, e a conseqüente falta de espaço para outros usos além das moradias.

Além disso, o grupo levantava a necessidade de se reconstruir relações de cuidado e troca com as águas que nascem no terreno. Afinal, no passado, o Pocim era fonte de vida, de abastecimento e de sobrevivência. Com a recuperação da vegetação nativa, associada a práticas sustentáveis de plantio e manejo de hortas agroecológicas, era vislumbrado o retorno das águas à superfície, de forma a, talvez, formar novamente um poço na porção jusante do terreno.

Entretanto, debatia-se, também, o fato de que o uso coletivo do parque era prioritário para sua consolidação. As demais experiências de apropriação de parcelas dos outros parques eram marcadas por restrição de acesso e privatização das áreas públicas. O grupo enfrentava, portanto, o desafio de elaborar estratégias que incentivassem o uso produtivo de parcelas do Pocim, sem que situações de privatização ocorressem. Ao longo dos debates e após a conformação do grupo Pocim Vivo, foi proposta e desenvolvida a ideia de se conceder pequenas parcelas do terreno para produção e geração de renda individuais, desde que o responsável oferecesse contrapartidas à consolidação das áreas de uso coletivo. Dessa forma, a dedicação de indivíduos ao manejo da terra poderia conformar benefícios à coletividade.

Essa proposta não se adequava às limitações do convênio do “Adote o Verde” – isso será melhor explorado no próximo capítulo. Entretanto, como havia um morador muito interessado em criar uma horta experimental, o grupo optou por incentivá-lo, pois o

---

<sup>10</sup> Iniciativas como a instalação de pequenas hortas geridas por moradores são bastante comuns nos parques das “Águas do Cardoso”, também remanescentes do Vila Viva. É possível conhecer um pouco da experiência de Ronaldo Silva, descrita no capítulo “No Aglomerado da Serra” do livro Escavar o Futuro (MARQUEZ et al. 2013).

aprendizado levaria ao aprimoramento da proposta, para a elaboração de novos acordos futuros com o poder público.

Dessa forma, o morador apresentou sua proposta numa reunião realizada sob a sombra da árvore gameleira, no dia 11 de outubro de 2018. Nesse dia, o grupo o acompanhou à área onde ele considerava mais adequada a execução dessa horta experimental, que formava um platô, na porção montante do terreno, nas margens da Rua da Água.

O grupo envolvido no processo da horta contava com a presença de alguns outros moradores, as arquitetas e uma engenheira agrônoma da ASF-Brasil. Naquele momento, o suporte técnico foi essencial para que se estabelecesse um plano de ação, e uma listagem de ferramentas e insumos necessários, que foram comprados com recursos do projeto e se tornariam parte do acervo de ferramentas do grupo, para uso tanto na horta, quanto em outras atividades.

Embora a área fosse praticamente plana – o que a diferenciava de maior parte do terreno do Pocim – ela se encontrava extremamente degradada pelo despejo de entulhos lançados por moradores pela Rua da Água. O trabalho do grupo foi iniciado pela limpeza e preparo do terreno.

Toda a extensão da margem do parque correspondente à Rua da Água é marcada por um desnível que varia entre 3 e 6 metros, entre a rua e o terreno – esse desnível é perceptível nas imagens b e c do diagrama acima. Esse aspecto é dificultador do acesso dos moradores ao parque. Na área correspondente à horta, o desnível atingia cerca de 3,5 metros, e o grupo optou por usar um aterro de entulhos existente no local como suporte para a construção de uma escada de acesso.

Na segunda quinzena de fevereiro de 2017, dois homens, moradores da área e membros do grupo, ficaram responsáveis pela construção da escada, que já havia sido esboçada com ajuda das arquitetas. O trabalho era pesado e minucioso, e não seria viável de se realizar em mutirões. Portanto, o grupo acordou sobre a remuneração dos responsáveis e a viabilização de recursos para que contratassem ajudantes. Os dois responsáveis receberam, cada, R\$1.200,00, e com essa verba, além de garantir a própria remuneração, contrataram jovens moradores do entorno para trabalhar na construção da escada. A responsabilidade com o dinheiro e as atribuições e produtividade de cada um, levaram os participantes a entrarem em

conflito, pois um reportava constantemente às arquitetas que trabalhou mais que o outro, pelo mesmo valor. Essa situação evidencia a assimetria nas relações internas do grupo, pois, mesmo com a intenção de se buscar meios para a autogestão sendo a questão central do processo, os moradores ainda mantinham uma percepção de que eram empregados contratados pelas arquitetas.

Além de conflituosa, a construção da escada teve um resultado mediano, pois, algumas decisões foram tomadas na obra, fazendo com que os degraus ficassem irregulares, dificultando a circulação pela escada. Não houve suporte técnico permanente das arquitetas na obra, pois elas tinham receio de que a tomada de decisões fosse subordinada a elas.

Apesar dos conflitos, o grupo tentou dar continuidade à instalação dos canteiros de plantio. Um dos moradores tentou articular com um vizinho o uso de seu ponto de água, enquanto não fossem instalados os pontos oficiais do parque pela COPASA. O vizinho primeiramente disponibilizou a água gratuitamente, mas depois passou a cobrar um valor muito acima dos valores estabelecidos pela COPASA, o que culminou no rompimento desse acordo.

A desmobilização gerada pelos conflitos e pela ausência de um ponto de água levou o morador responsável pela horta à decisão de desistir e se distanciar do grupo. Os membros que permaneceram tentaram articular novas parcerias, e encontrar um novo interessado a se responsabilizar pela horta, mas como isso não foi possível, o processo da horta experimental foi interrompido.

Durante o engajamento do grupo, as relações participativas entre ASF-Brasil e os moradores eram próximas à parceria, em que todos tomavam decisões juntos. Entretanto era possível perceber que, frequentemente, atribuía-se a liderança às arquitetas.

Logo, a **profundidade decisória da participação** era, na maior parte do tempo, deliberativa. Quanto à **extensão da participação**, por mais que houvesse um esforço e uma insistência na autonomia dos participantes, as relações assimétricas preestabelecidas se manifestavam com frequência. Em relação ao **grau de transparência**, apesar dos conflitos e desentendimentos, houve um esforço em relação ao diálogo, mas que não conseguiu resolver a situação de forma efetiva. Em relação ao **caráter participativo do espaço**, almejava-se que a construção da escada

trouxesse melhor acesso e tornasse a área mais convidativa, mas as decisões imediatas fizeram com que a escada não fosse acessível. A **inclusividade** também se mostrou escassa nesse processo, e mais uma vez houve pouca – ou nenhuma – adesão de participantes do sexo feminino. No caso da horta, não houve esforços para se ampliar o **grau de suporte ativo à participação**.

## DISPUTAS PELO ESPAÇO DA SEDE DO GRUPO



05/2017

Com incentivo da prof. Leta, dois estudantes da EAUFMG se interessam por terreno lindeiro ao parque, para desenvolver trabalho da disciplina: um projeto arquitetônico da futura sede administrativa do Pocim Vivo

05/2017

Estudantes realizam um levantamento da estrutura

07/2017

Estudantes apresentam propostas projetuais para adaptação da estrutura para sede do grupo

em agosto e setembro o grupo foca em outras frentes de trabalho

10/2017

Após um vizinho construir um muro no terreno, o grupo decide priorizar a ocupação da estrutura

10/2017

Grupo aluga ferramentas de demolição e empreende esforços para limpeza da estrutura

10/2017

Na ausência de membros da ASF-Brasil na limpeza, moradores que trabalham na sede são ameaçados por indivíduo que se diz dono da estrutura

14 e 17/10/2017

Ocorrem dois incêndios criminosos na área do Pocim

11/2017

O mesmo indivíduo ocupa a estrutura e começa a construir paredes

11/2017

Moradora e membra do Pocim Vivo recorre a forças de poder local e à polícia para impedi-lo

12/2017

Grupo Pocim Vivo instala placa informativa na estrutura, que é vandalizada no mesmo mês

2018 é marcado por

desmobilização das ações

*Figura 18: Diagrama da disputa pelo terreno da Sede do Pocim. Fonte: Desenvolvido pela autora a partir de informações e imagens retiradas do acervo da ASF-Brasil, 2016 e 2017.*

Na margem esquerda do parque – no sentido montante-jusante – ruínas de demolição de uma casa chamavam a atenção dos membros do grupo Pocim Vivo. A remoção de uma família e a demolição da construção foram realizadas pela URBEL alguns anos após o fim das obras do Vila Viva. Os escombros da demolição não foram retirados da área, causando um impacto negativo à paisagem e trazendo risco de proliferação de ratos e escorpiões.

A semelhança da situação dessas ruínas com a situação do parque – a sensação de desuso e abandono – levaram o grupo a sugerir que a apropriação do Pocim fosse estendida àquela construção. Assim, foi proposto que se empenhasse esforços para a consolidação de uma sede do grupo naquele espaço, para que sua apropriação se desse para um interesse coletivo.

Com incentivo da professora Leta, que também era membra do grupo Pocim Vivo, estudantes de arquitetura da UFMG se interessaram pela situação daquela construção, para que fosse usada como objeto de seus projetos desenvolvidos para a disciplina Assentamentos Precários.

Somados os interesses dos estudantes e do grupo Pocim Vivo, foi proposto que os trabalhos dos estudantes para a conclusão da disciplina consistissem em propostas de adaptação e aproveitamento da construção para uso da sede do grupo.

Para melhor compreensão do terreno, os estudantes se juntaram a membros do Pocim Vivo e empreenderam a limpeza e retirada do matagal que a cobria, em maio de 2017. Assim, foi possível realizar o levantamento das dimensões das estruturas aproveitáveis para a adaptação.

Essas intervenções no terreno atraíram a atenção dos moradores do entorno, que eram sempre informados das intenções do grupo de consolidar o uso coletivo não só da enorme área do parque do Pocim, mas também daquelas ruínas. Entretanto é importante reconhecer que a decisão de o Grupo Pocim Vivo se apropriar daquele terreno não foi amplamente discutida com os moradores de seu entorno imediato. Naquele momento, iniciou-se um processo de disputa por aquele espaço. Um vizinho imediato iniciou a construção de um muro que dificultava o acesso à área. Quando perguntado, informou ao grupo que o fez para impedir o lançamento de lixo pelos

vizinhos do entorno, o que gerava problemas (ratos e insetos) que afetavam sua residência.

Os estudantes apresentaram seus trabalhos finais e puderam contar com a participação de membros do Pocim Vivo na avaliação e no debate. As sugestões apontavam ideias interessantes à ocupação da construção, que ainda não era possível de ser realizada pela presença de escombros e pela falta de recursos financeiros suficientes.

Em outubro de 2017, o grupo tomou a decisão de contratar equipamentos de demolição para a retirada dos escombros e a liberação da laje principal, para que pudesse ser adaptada ao uso cotidiano. O membro do grupo que se responsabilizou pela empreitada era morador do Aglomerado da Serra, mas não do entorno imediato da estrutura, e não tinha relações prévias com a vizinhança. Ele articulou a contratação de um ajudante e a sua própria remuneração. Com ajuda das arquitetas eles construíram uma pequena contenção, para que os entulhos retirados da laje pudessem ser assentados no próprio terreno. A partir disso, com o uso do equipamento alugado, em uma semana eles retiraram todos os escombros da construção.

Durante essa semana, em situações de ausência das arquitetas, o grupo, durante o trabalho no terreno, foi interrompido por um sujeito que informava ser o proprietário e suposto “herdeiro” de um dos chefes do tráfico na região<sup>11</sup>, ameaçando e coagindo o grupo a interromper a limpeza. Como o responsável pela empreitada não era familiarizado com aquela vizinhança, ele optou por pausar as atividades.

Na semana seguinte a essa situação, durante essa pausa, o sujeito ocupou a construção – que já se encontrava parcialmente limpa – e iniciou a construção de paredes de tijolos. Uma moradora do entorno, membra do grupo Pocim Vivo, denunciou a situação aos demais, e o grupo debateu as alternativas para lidar com o problema.

Outra membra do Pocim Vivo – também moradora do Aglomerado da Serra, mas de outra região – contactou os “chefes” da área citados pelo sujeito, para esclarecer a

---

<sup>11</sup> Assim como em muitas favelas brasileiras, as diferentes microrregiões do Aglomerado da Serra são controladas por poderes locais, associados ao mercado ilegal de drogas. Esses poderes, muitas vezes, exercem o papel de substitutos do Estado, estabelecendo normas e regulações locais tão – ou mais – heterônomas do que as institucionais.

situação. Ela foi informada que o sujeito não era proprietário do terreno, e estava agindo apenas por oportunismo. Assim, a moradora compareceu ao local, onde o sujeito trabalhava na construção das paredes, e contatou a polícia, alegando ilegalidade em suas ações. A moradora exibiu a todos os documentos do convênio Adote o Verde e a polícia exigiu a interrupção da construção e a retirada do sujeito.

No mês seguinte, o grupo instalou uma placa informativa na construção, demarcando sua apropriação coletiva e fornecendo meios de contato para interessados a se envolver. Rapidamente essa placa foi vandalizada e retirada da construção. Os conflitos e a escassez de recursos desmotivaram as ações do grupo, que interromperam a ocupação da construção.

A dificuldade de mobilização enfrentada pelo grupo levou à dificuldade de diálogo com os vizinhos imediatos do terreno da sede. Essa ausência de um apoio coletivo mais consistente tornou impossível de se manter firme na disputa por aquele espaço.

A situação descrita acima apenas evidencia o quão saturada aquela região se encontra, onde a densidade populacional é tão alta, que qualquer parcela de terra “disponível” se torna objeto de disputa ostensiva. Isso pode ser, inclusive, um dos principais motivos pelo qual o Pocim Vivo enfrenta tamanha dificuldade de mobilização para a consolidação do parque. Como estimular o interesse pela apropriação e pelo uso coletivos de uma área tão grande, frente a uma dinâmica tão intensa de ocupação e autoconstrução, e à urgência por moradia que tantos ali enfrentam? E ademais, como garantir a esses moradores que o debate sobre o uso coletivo de uma área pública como o Pocim não coloca em risco as suas próprias moradias, desprotegidas pelo reconhecimento de propriedade por parte do poder público?

Na escala de avaliação da participação no caso da situação da sede, podemos identificar diversas manifestações diferentes de relações. A primeira dela é a **informação**, marcante nas ações do grupo Pocim Vivo em relação à vizinhança imediata da sede. Um debate amplo com os moradores do entorno – principais afetados pela ocupação do terreno – não foi possível, dadas as dificuldades de mobilização enfrentadas cotidianamente pelo grupo. O grupo passou a atuar no terreno a partir de deliberações internas, apenas informando aos transeuntes sobre suas ações e intenções, com conversas e com a instalação da placa. Houve, também, uma situação de **coerção**, em que as ações violentas de um sujeito impuseram seus

interesses individuais sobre os interesses coletivos do grupo. Além disso, ao fim das ações houve uma pequena manifestação de **parceria**, em que atores internos do grupo se mobilizaram, alguns no monitoramento da situação, e outros na articulação com outras forças, como representantes do poder local e a polícia, de forma a buscar juntos pela solução do conflito.

Quanto aos indicadores de consistência participativa: podemos identificar que, apesar de a **Profundidade decisória da participação** ter sido deliberativa internamente ao grupo Pocim Vivo, ela falhou no que se refere ao diálogo com a vizinhança imediata do terreno da sede. Isso evidencia que a atuação do grupo Pocim Vivo se insere numa rede de relações que conformam aquela realidade social, e que mobilizar a comunidade para a recuperação da área significa ampliar o debate acerca de todo o território. Já em relação à **extensão da participação**, é possível afirmar que ainda nessa situação mantinha-se um grau de autoridade das arquitetas da ASF-Brasil, pois a presença delas no local inibia os conflitos, que se manifestavam intensamente em situações de ausência das arquitetas. Esse tipo de situação coloca em questão que existem outros impactos decorrentes da atuação do grupo naquele território, nem sempre claros às análises, inclusive às minhas. Quanto ao **grau de transparência**, também pela dificuldade do debate amplo com os moradores do entorno, ele se tornou muitas vezes oblíquo. O **caráter participativo do espaço** configurou uma série de divergências entre interesses individuais e coletivos, o que elucidou novas variáveis à complexidade do processo de busca pela autogestão, trazendo novos desafios a serem enfrentados pelo grupo. A falta do debate mais amplo também prejudicou a **inclusividade** do processo, que ficou restrita aos participantes ativos do grupo Pocim Vivo, mas não foi capaz de alcançar mais moradores do entorno, que poderiam ter sido atores cruciais na superação dos conflitos. O **grau de suporte ativo à participação** foi, também, praticamente nulo.

#### 4.6. OS LIMITES DE AÇÃO CONTÍNUA NA REALIDADE DO POCIM

As experiências trazidas no último subcapítulo deste trabalho podem não descrever a totalidade do processo vivido pelo grupo Pocim Vivo, mas são suficientes para que se tenha um panorama do modelo de atuação do grupo frente à diversidade e à amplitude das variáveis e dos conflitos enfrentados.

Por mais que o horizonte de atuação do grupo fosse a consolidação de um processo de autogestão do parque do Pocim, na prática isto não foi possível. O ideário da autonomia individual e da autonomia coletiva estava claro na visão das arquitetas da ASF-Brasil, mas se mostrava bastante oblíquo no que diz respeito à perspectiva dos participantes “leigos” do grupo: os moradores do Aglomerado da Serra, em sua diversidade de interesses e articulações. As distâncias e assimetrias se dão, inclusive, pelo fato de que a tutela do processo nas mãos das arquitetas permaneceu inalterada como valor de manutenção de uma situação que envolvia tantos atores sociais diferentes.

Essa realidade é perceptível, por exemplo, na forma com que se deu a gestão dos recursos financeiros do grupo. O dinheiro articulado pela ASF-Brasil e pelo CAODH-MPMG foi mantido na conta bancária da associação, cujo controle se dava, exclusivamente, pelas arquitetas. Não houve, portanto, o ensejo de se assumir os reais riscos da autogestão, possibilitando que todos tivessem acesso à gestão financeira. Desde o momento em que a associação assumiu o convênio com o Adote o Verde, esse tipo de configuração já era previsível, afinal, a entidade precisaria zelar por sua credibilidade frente ao poder público e às instituições doadoras, para além do projeto Pocim Vivo. Isso acabou tornando o processo muito controlado pelas mãos das arquitetas, cenário a que a articulação com o poder público parecia direcionar, intencionalmente. Portanto, as estruturas e a mentalidade dos gestores e dos técnicos do poder público acabaram sendo projetadas no processo que se pretendia autogestionário.

Essa realidade acabou gerando relações hierárquicas nunca debatidas pelo grupo, já que, no discurso, tratava-se de um processo horizontal de tomada de decisões, mas na prática, o acesso aos recursos financeiros passava, sempre, pelas arquitetas. Além disso, o sistema de registro de horas de trabalho em planilhas mensais – a título de cálculo de valor a receber e prestação de conta ao doador – funcionava muito bem para os técnicos da ASF-Brasil, mas não para os moradores participantes do grupo. E, como o pagamento pelas horas de trabalho é sempre feito pelas arquitetas, houve, sempre, dificuldade de se romper com o imaginário de relações “patrão-empregado”.

Freeman (1979) desenvolve uma crítica à dificuldade de que sejam assumidas estruturas dos movimentos de esquerda - em seu caso, nas organizações feministas dos anos 1970 - e considero que essa crítica se aplica à situação atual do Pocim Vivo.

O grupo pretende, no discurso, a “horizontalidade” da autogestão, mas isso gera, muitas vezes, uma desorganização interna que dificulta o desenvolvimento do trabalho. A autora afirma que, por sermos “indivíduos com aptidões, predisposições e experiências diferentes(...)”, qualquer grupo de pessoas de qualquer natureza, reunindo-se por qualquer período de tempo, para qualquer propósito, inevitavelmente estruturar-se-á de algum modo” (FREEMAN, 1979, p. 5). Isso gera um risco de que o anseio pela horizontalidade do processo acabe gerando um efeito contrário de dominação de uns sobre outros. A autora reitera que

O fato das elites serem informais não significa que sejam invisíveis. Num encontro de qualquer grupo pequeno, qualquer um com um olhar aguçado e um ouvido atento sabe dizer quem está influenciando quem. Os membros de um grupo de amigos confiarão mais nas pessoas do seu grupo do que nas outras. Eles ouvem mais atentamente e interrompem menos. Eles repetem os argumentos dos outros membros e cedem amigavelmente (FREEMAN, 1979, p. 7).

No caso do Pocim Vivo, há o agravante das distâncias sociais e culturais entre os participantes: de um lado os técnicos da ASF-Brasil, em sua maioria moradores da cidade formal, escolarizados e culturalmente preparados para ocupar posições de liderança; do outro lado, moradores da favela, em sua maioria estigmatizados, pouco escolarizados, e culturalmente preparados para ocupar posições de subordinação. Essas distâncias, estruturalmente, acabavam por predefinir “elites dominantes”, por mais que questões cruciais como o valor da hora de trabalho fossem pautadas pela igualdade entre todos. Era necessária a estruturação da equipe de forma com que alguns participantes assumissem a coordenação das frentes de trabalho e as devidas responsabilidades relativas a elas. Não para que houvesse autoridade de uns sobre os outros, mas para que houvesse clareza nas atribuições de cada um, e de quem são os responsáveis a se recorrer, de acordo com as especificidades de conflitos, insatisfações, sugestões etc.

A despeito de sua consolidação, o grupo ainda enfrenta um longo caminho rumo a implementação de um processo de autogestão. Afinal, não se trata de uma experiência pura, conhecida e implementada, mas de algo pouco – para não dizer nada – experienciado no cotidiano de nossa vivência em uma sociedade extremamente heterônoma, alienada e avessa a ganhos de autonomia coletiva. Portanto, a própria experiência coletiva é o meio pelo qual se constroem os caminhos possíveis de um parque autogestionário. Nesse sentido, o primeiro desafio colocado é em relação a mudança de mentalidade dos próprios envolvidos, fomentando a

discussão da autogestão como um meio possível de produção do espaço. Durante os dois anos descritos neste trabalho, em raros momentos se manifestou algum “suspiro” de autogestão. Dentro das possibilidades dadas pela realidade heterônoma em que o processo está inserido, o processo apontou pequenos ganhos individuais e coletivos, dando alguns passos no longo caminho de construção de relações emancipatórias.

O cruel processo de expulsão dos antigos moradores associado ao abandono da área pelo poder público gerou um estigma para o Pocim que dificulta a mobilização e o engajamento da comunidade, e atravanca as ações do grupo nesse espaço. Como já mencionado, a proposta do Pocim Vivo pode ser confundida àquela usada para justificar a remoção, no imaginário dos moradores: a da recuperação ambiental. No entanto, embora o objetivo final seja o mesmo, as estratégias são diametralmente opostas: enquanto o poder público aposta no afastamento da população, o Pocim Vivo aposta na recuperação e preservação ambiental a partir da reaproximação e apropriação do potencial produtivo em consonância com o equilíbrio ambiental.

Além disso, o modelo de parceria com o poder público não era adequado às necessidades do grupo Pocim Vivo. A legitimação das ações por meio de um convênio que não fornecia nenhum tipo de suporte ou subsídio ao grupo não era capaz de incentivá-lo a se consolidar – este assunto será aprofundado no próximo capítulo.

Há ainda um desafio relacionado à própria busca por ganhos de autonomia rumo à autogestão que se defronta com o *modus operandi* convencional dos gestores públicos. Após quase um ano de atuação no Pocim, o grupo foi atendido após solicitação em uma reunião na prefeitura para tratar dos desafios da atuação no terreno. O objetivo era cobrar apoio, tanto de corpo técnico quanto de recursos, estabelecendo relações de **parceria**, num momento em que era prioritária a construção da quadra esportiva para a comunidade. No entanto, foi demandado pelos gestores a apresentação de um projeto arquitetônico formal para que pudesse ser analisado pelos técnicos da prefeitura, ainda que sob alerta da enorme dificuldade de conseguir recursos para os espaços públicos como o Pocim. Sobre essa demanda se interpõem algumas discussões. Inicialmente é importante destacar que faz parte das discussões do grupo a crítica sobre a ideia centralizadora de um projeto predefinido. A proposta do Pocim Vivo é de um planejamento continuado, democrático, que propõe superar a centralização dos arquitetos como os únicos detentores da razão nas tomadas de decisão sobre a produção do espaço. A essa demanda feita ao grupo,

está explícita, ainda, a dificuldade dos gestores públicos em lidar com as dinâmicas particulares da organização socioespacial típicas da cidade informal. Luizinho, um morador da Serra e integrante do Pocim Vivo, ressaltou muito bem essa realidade na reunião, ao afirmar aos gestores que a favela não foi construída a partir de projetos, mas é cotidianamente produzida e transformada pelos próprios moradores, paulatinamente e de acordo com suas condições financeiras. De acordo com ele, “se a favela é toda feita com trabalho de formiguinha, por que a consolidação desse parque deveria ser diferente”?

Além disso, é preciso destacar que é bastante cruel que a Prefeitura legitime e estimule o trabalho voluntário tanto para elaboração de um projeto quanto para a gestão de um espaço público. O terreno e os espaços produzidos demandam constante manutenção. Assim, por um lado temos um terreno de grandes proporções que demanda constante trabalho e por outro um grupo que não tem condições financeiras de remunerar pessoas para exercer esse trabalho. O voluntariado é algo de curto fôlego: as pessoas podem até se dispor a participar em alguns momentos, mas não tem condições materiais de trabalhar continuamente dentro desse modelo.

Apesar da amplitude dos desafios enfrentados pelo grupo Pocim Vivo, existem brechas pelas quais o grupo poderia atuar. A própria existência de moradores que acreditam e decidem fazer parte de uma proposta como essa, demonstra o desejo por uma forma autônoma e democrática de gerir espaços públicos. O processo aponta ainda para uma potencialidade do Pocim como espaço de convivência da comunidade. O aglomerado da Serra é densamente ocupado para uso privado, e estimular o uso coletivo de espaços comuns a todos pode ser uma forma de fortalecer os laços fragmentados pelas intervenções do Vila Viva.

Um dos grandes avanços da atuação do Pocim Vivo foi a apropriação de algumas áreas de convivência dentro do terreno, que indicam uma retomada do Pocim no cotidiano dos moradores. Essa apropriação, contudo, não é constante, pois varia tanto de acordo com a disponibilidade dos integrantes em trabalhar no terreno e nas ações que o envolvem quanto em relação ao nível de hostilidade da comunidade em relação às intervenções espaciais desenvolvidas pelo grupo.

No fim do ano de 2017, ocorreu uma expulsão silenciosa do grupo, através da desmobilização de muitos dos participantes frente à desarticulação com muitos dos

moradores do entorno imediato da área. Em outubro o espaço criado sob a gameleira foi destruído por cavalos colocados no terreno; no mesmo mês houve dois incêndios que destruíram os acessos, além de equipamentos construídos em mutirão terem sido vandalizados.

O processo do Pocim Vivo tem como maior desafio recuperar, junto à coletividade, as relações equilibradas de troca históricas do lugar. Assim, será capaz de fomentar a discussão da relação das pessoas com as águas das nascentes, antigas águas do Pocim e com toda a rede de relações que construíram, constroem e construirão aquela realidade social, estabelecendo, coletivamente, novos significados e novos valores simbólicos ao lugar.

## 5. O PROGRAMA ADOTE O VERDE: UMA POSSÍVEL PARCERIA RUMO À AUTOGESTÃO?

Apesar dos entraves e desafios explicitados no capítulo anterior, é necessário destilar os pequenos ganhos de autonomia que se deram a partir da experimentação e das possibilidades oferecidas ao grupo Pocim Vivo. Faz-se necessário, como um próximo passo, dissecar o modelo de convênio entre poder público e comunidade, de forma a averiguar se seria possível que ele fosse ajustado de forma a contribuir para ganhos futuros de autonomia da população.

O Programa Adote o Verde é um instrumento de gestão municipal que viabiliza a gestão compartilhada entre poder público e sociedade das áreas verdes no território municipal, como parques, jardins, praças e canteiros. O programa possibilita que, tanto pessoas físicas quanto jurídicas possam se responsabilizar pela gestão de parcelas dessas áreas verdes.

De acordo com Magalhães (2013), apesar de dinâmico e variável, o número de áreas contempladas pelo Adote o Verde em Belo Horizonte se mantém em uma média de 400. Apesar de expressivo, esse número se concentra em adoções por parte de pessoas jurídicas, sendo 90% dos adotantes, empresas, instituições ou Organizações Não Governamentais (ONGs). Os outros 10% correspondem a iniciativas de pessoas físicas (MAGALHÃES, 2013).



Figura 19: Placas do Adote o Verde em jardins de Belo Horizonte. Fonte: Google Images, 2018.

Na página oficial do programa no *site* da Prefeitura de Belo Horizonte, o discurso enaltecedor do programa parte da afirmação que

As empresas que participam de programas como este estão valorizando suas marcas com atitudes legítimas, que ultrapassam a simples publicidade. São empresas-cidadãs, que contribuem para o bem-estar da sociedade na qual se inserem. Com iniciativas deste tipo, a empresa associa seu nome a belas áreas de convívio, criando referências para os consumidores da cidade jardim. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, *online*).

A publicidade a que o trecho se refere diz respeito à colocação de placas de divulgação do convênio nas áreas adotadas. As placas têm um modelo padrão definido pela prefeitura, e nelas constam informações sobre o Adote o Verde, e uma área livre para a divulgação da marca do adotante (figura 19). A permissão para divulgar a própria marca é, hoje, o único retorno oferecido pela prefeitura a quem tem interesse em participar do programa. É explícito, pelo percentual de adoções por pessoas jurídicas, que o programa é muito atrativo pelo valor mercadológico da publicidade, mas isso gera pouca aderência, de cidadãos comuns, à lógica da gestão compartilhada dessas áreas. Magalhães (2013) assume que

De fato, o adotante, quando constituído por pessoa jurídica de qualquer natureza (empresas, instituições, ONGs, associações comunitárias, etc.), ao colaborar com o município, através da parceria estabelecida dentro do Programa Adote o Verde, além de usufruir da nobre possibilidade do exercício da cidadania e de boas práticas ambientais, fazendo elevar seu conceito junto a seus clientes ou público-alvo, usufrui, também, da possibilidade de divulgação de suas marcas atrelada à imagem positiva que estas atividades proporcionam, sendo essa divulgação efetuada através da utilização de placas padronizadas e distribuídas ao longo da própria área adotada, conforme preconizado as regras no Decreto do Programa” (MAGALHÃES, 2003, p. 33).

O convênio pode se dar a partir de iniciativa própria do interessado a adotar, ou a partir da indicação de alguma autoridade – como foi o caso do Pocim Vivo. No primeiro caso, o interessado procura o órgão regional da prefeitura referente à localização da área de interesse e se candidata à adoção, que passa por um processo de avaliação interna. No caso de aprovação, o novo adotante é informado, e o novo convênio é publicado no Diário Oficial do Município (DOM). A partir de então, firma-se compromisso através da assinatura, de ambas as partes, de um termo de convênio.

Nesse termo, constam as obrigações tanto do adotante quanto do município<sup>12</sup>. Em relação às obrigações do adotante estão: executar a conservação e manutenção da área; submeter à prévia aprovação dos setores pertinentes do Poder Público, toda e

---

<sup>12</sup> Informações retiradas das cláusulas segunda e terceira do termo de convênio assinado pela ASF-Brasil.

qualquer modificação das estruturas existentes sejam elas relativas às áreas ajardinadas ou às demais áreas e equipamentos pertencentes às mesmas, respeitados, quando houver, os projetos existentes para a área; zelar pela conservação dos recursos naturais existentes na área; submeter à prévia aprovação dos setores pertinentes do Poder Público, a programação e realização de qualquer tipo de evento, que não pode infringir normas vigentes e ser adequado à área.

Em relação às obrigações do município, constam: fornecer todas as informações sobre a área adotada, necessárias à sua conservação e manutenção; tomar as medidas necessárias ao restabelecimento da ordem, na ocorrência de perturbações na área adotada; comunicar com antecedência ao adotante a programação e realização de eventos de interesse público na área, que não infrinjam as normas vigentes e sejam adequados à área; custear os gastos com iluminação e água do local.

No caso da inexistência de projetos definidos, relativos às intervenções, considerados necessários para o aprimoramento da área, o adotante poderá se responsabilizar pela elaboração de propostas, que devem ser submetidas à aprovação dos setores pertinentes do Poder Público. É importante ressaltar que as benfeitorias realizadas pelo adotante são automaticamente incorporadas ao patrimônio do Município, sem direito a indenização ou retenção por parte da adotante.

É importante entender a origem desse modelo de gestão compartilhada, e seu percurso evolutivo de acordo com a conjuntura política de cada gestão municipal, para avaliarmos sua capacidade de adequação a iniciativas comunitárias como o Pocim Vivo. Para isso, serão levantados os aspectos mais importantes das legislações municipais que dizem respeito ao programa, desde sua criação em 1991.

## **5.1. PERCURSO EVOLUTIVO DO PROGRAMA ADOTE O VERDE NA GESTÃO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

A gestão compartilhada de áreas verdes públicas foi regulamentada, pela primeira vez, por meio do Decreto Nº 6.992, de 10 de outubro de 1991. O decreto foi emitido durante administração municipal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e trazia um viés liberal típico das políticas públicas marcantes do partido. Sua principal

intenção era aliviar os gastos do município com áreas verdes, de forma a “ordenar e descentralizar a captação de recursos de pessoas jurídicas para a implantação e manutenção de praças, parques e jardins públicos” (BELO HORIZONTE, Decreto Nº6.992, de 10 de outubro de 1991). Permitindo que empresas declarem em seu imposto de renda (IR) os gastos com áreas verdes públicas como “despesas operacionais” atestadas pela Secretaria de Meio Ambiente ou pela Administração Regional da área gerida.

Após 12 anos, dadas as necessidades de se estabelecer normas mais completas ao programa o Decreto Nº 11.484 de 15 de outubro de 2003 regulamenta um novo formato para a gestão compartilhada das áreas verde públicas de Belo Horizonte, consolidando-a como programa Adote o Verde. É possível perceber a influência da conjuntura de políticas inclusivas marcante dos anos 1990 no governo municipal no texto do decreto, assinado durante administração também do Partido dos Trabalhadores (PT). O programa passou, a partir de então, a ser descrito como uma parceria entre o poder público e a sociedade “considerando a necessidade e conveniência de ordenar a captação de parcerias para a implantação, reforma e manutenção de áreas verdes” (BELO HORIZONTE, caput do Decreto Nº 11.484 de 15 de outubro de 2003). É importante destacar a mudança fundamental que se dá com a substituição das entidades jurídicas pela sociedade, que a partir de então passa a incluir pessoas físicas como potenciais adotantes das áreas verdes.

O decreto de 2003 regulamenta, pela primeira vez, o uso das áreas verdes para fins publicitários dos adotantes. Isto se dá a partir da afixação de placas de divulgação da parceria entre poder público e adotante, que se beneficia dos dividendos gerados pela reputação atribuída à benfeitoria para a cidade. Esse processo aglutina um valor mercadológico de *marketing*, interessante, principalmente, para empresas que querem divulgar seus produtos ou serviços, associando-os a práticas urbanas sustentáveis, vistas hoje com bons olhos. Entretanto, apesar da inclusão da sociedade civil em sua legislação, o programa não oferece nenhum retorno atrativo para os indivíduos.

No mesmo decreto há a novidade da possibilidade de adoção por mais de um interessado em uma mesma área, “desde que haja consenso entre eles e o estabelecimento formal das responsabilidades de cada um, como coparceiros do Poder Público Municipal no Programa Adote o Verde” (BELO HORIZONTE, Decreto

Nº 11.484 de 15 de outubro de 2003). Os adotantes não podem estabelecer convênios informais sem a ciência do poder público, mas podem contratar prestadores de serviço para a manutenção na área adotada, desde que não haja ônus ao município.

Nesse mesmo momento, é regulamentada a exigência de que qualquer implantação de estruturas ou modificação de estruturas existentes na área adotada passe, antes, pela análise e aprovação dos setores do governo municipal envolvidos na adoção.

O Decreto Nº 14.708, de 14 de dezembro de 2011, vigente até os dias atuais, regulamenta, de forma mais detalhada, os parâmetros do programa, sem muitas modificações na estrutura definida em 2003. Entretanto é possível notar que a legislação apresenta um vocabulário mais contemporâneo e adequado aos debates ambientais. É importante ressaltar, também, a relevância da evolução da legislação no sentido de incluir às áreas verdes públicas, aquelas que são “passíveis de ajardinamento”, o que permite que além dos jardins, praças, parques e canteiros, sejam contempladas também áreas degradadas, com a possibilidade de torna-las espaços públicos que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental da cidade.

Nesse momento, são regulamentados, pela primeira vez, os objetivos do programa:

- I - Promover a participação da sociedade na urbanização, nos cuidados e na manutenção das áreas verdes do Município, em parceria com o Poder Público;
- II - Conscientizar a população acerca da importância das áreas verdes para a qualidade da vida urbana, fomentando a noção de responsabilidade solidária entre o Poder Público e a coletividade no que toca à preservação de tais áreas;
- III - Incentivar o uso de praças, parques e demais áreas verdes pela população, como locais de lazer, convivência social e realização de eventos, observada, neste último caso, a legislação específica, bem como de minimização dos impactos decorrentes da industrialização (BELO HORIZONTE, Artigo 2º do Decreto Nº 14.708, de 14 de dezembro de 2011).

Outra modificação importante na legislação em 2011 é a inclusão do chamamento público para adoção de áreas verdes municipais, por meio de editais. Essa estratégia tem como objetivo a ampliação do número de adotantes, mas também pode funcionar como divulgação do instrumento para a população (BELO HORIZONTE, Artigo 7º do Decreto Nº 14.708, de 14 de dezembro de 2011).

Além disso, o decreto instituiu que “fica vedada a concessão de qualquer tipo de uso ou benefício diferenciado ao adotante das áreas verdes” (BELO HORIZONTE, Artigo 13º do Decreto Nº 14.708, de 14 de dezembro de 2011).

O decreto também institui a criação de uma Comissão de Acompanhamento do Programa Adote o Verde, para realizar a fiscalização das áreas adotadas. A comissão deve ser coordenada por um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e deve ser composta também por um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, um representante de cada uma das Secretarias de Administração Regional Municipal e um representante da Fundação de Parques Municipais (BELO HORIZONTE, Decreto Nº 14.708, Artigo 15º de 14 de dezembro de 2011).

## **5.2. LIMITES PRÁTICOS E ENTRAVES DO PROGRAMA ADOTE O VERDE NO CASO DO POCIM VIVO**

É muito importante reconhecer que o Adote o Verde, enquanto instrumento de gestão compartilhada de áreas públicas, apresentou alguns avanços ao longo dos seus 27 anos de existência. Entretanto, em que medida discurso e prática estão alinhados? Se o programa foi remodelado para ser uma parceria entre poder público e sociedade, por que a grande maioria das parcerias se dão com empresas, e não com indivíduos ou coletivos?

O primeiro aspecto a ser problematizado é a estratégia de incentivo provida pelo governo municipal para angariar adotantes. Embora qualquer pessoa (física ou jurídica) possa adotar uma área, o programa é em grande medida voltado às empresas no sentido de ser interessante como uma plataforma para promoção mercadológica. A reputação como uma empresa cidadã, que se preocupa com a coletividade e com o meio ambiente, é o principal meio de o programa atrair adotantes, através de recursos publicitários. Em várias situações, as empresas adotantes não têm nenhum compromisso real com pautas ambientais, e algumas delas, são, inclusive, responsáveis por práticas predatórias ao meio ambiente. Além disso, que interesse um indivíduo comum teria em divulgar seu próprio nome numa placa publicitária? Enquanto não forem criadas estratégias que incentivem verdadeiramente as pessoas a se interessarem pela ideia do programa, ele continuará sendo restrito e elitizado.

O programa se apropria de discursos como como a promoção da participação, a conscientização ambiental e o fomento à noção de responsabilidade solidária em seus objetivos oficiais, mas não apresenta alternativas para reverter a baixa adesão da população. O adotante, seja ele uma empresa ou um cidadão comum, ao firmar o

convênio com o município se responsabiliza por todos os custos relativos à gestão da área, e dessa forma o programa exclui imediatamente a população mais pobre.

Dessa forma, mesmo que a propriedade pública seja mantida, ocorre uma certa “privatização” das áreas verdes, já que os processos de tomada de decisão relativos a elas se restringem aos adotantes, em sua maioria empresas. Isso implica na reprodução de um processo heterônomo de decisões sobre os espaços públicos. Por mais que seja descentralizada a gestão de parcelas da cidade, ela ainda se mantém concentrada nas mãos de elites, e excluem a coletividade.

No caso do Pocim Vivo, a instituição Arquitetas Sem Fronteiras (ASF-Brasil) assumiu as formalidades do convênio com a Prefeitura, e isso contribuiu para o baixo engajamento da comunidade no projeto, e para o estabelecimento de relações assimétricas nas tomadas de decisão, por mais que o objetivo fosse exatamente o contrário.

O segundo aspecto, tão grave quanto o primeiro, é a proibição de qualquer tipo de uso ou benefício diferenciado da área por parte do adotante (BELO HORIZONTE, Artigo 13º do Decreto Nº 14.708, de 14 de dezembro de 2011). Um cidadão que se dispõe à gestão de um espaço público dentro do modelo vigente de convênio, além de ter que investir recursos financeiros próprios, fica completamente impedido de obter contrapartidas a partir de seu trabalho na área. Por que negar aos cidadãos a possibilidade de gerar renda a partir do cuidado de uma área pública? Esse formato também contribui para a concentração dos convênios por empresas, afinal, a publicidade tem um valor mercadológico, de forma a ser uma contrapartida “lucrativa” para as empresas, mas os cidadãos comuns não podem usufruir das áreas para obter nenhum tipo de lucro.

O terceiro fator desmobilizador do programa é a obrigatoriedade da submissão de um projeto prévio de intervenção para a avaliação dos órgãos administrativos. A inflexibilidade dessa norma implica na exigência de adequação de linguagem do cidadão comum à lógica e representação técnica, sem que haja nenhum suporte para isso. Além disso, ela impossibilita que se ocorram processos experimentais coletivos espontâneos e flexíveis. Mesmo que a área adotada seja localizada numa favela, onde as dinâmicas de transformação do espaço são diametralmente opostas à lógica do

plano – construção – uso, a gestão precisa ser adequada a uma formalidade engessada típica da cidade formal.

Além disso, é importante destacar que o Adote o Verde tem uma abordagem estética das áreas verdes, como espaços de embelezamento da cidade, que muitas vezes servem mais à contemplação do que ao uso cotidiano da população. Sendo assim, pouco contribui para uma continuidade da recuperação sistêmica da qualidade ambiental na cidade, pois não propõe envolvimento sério da população, apenas substitui um poder heterônimo por outro: o poder público é substituído pelo poder decisório da instituição que adota.

Nesse sentido, a adoção do Pocim pela ASF-Brasil nada tem a ver com os objetivos pelos quais as empresas ou instituições adotam áreas verdes na cidade. A opção pelo convênio “Adote o Verde” foi a estratégia possível para encaixar a iniciativa em um programa municipal existente que pudesse formalizá-la. Mas o uso do terreno uma plataforma de publicidade da associação ou até mesmo do grupo Pocim Vivo nunca foi objetivo, e nem teria muita utilidade. Considerando ainda que a adoção de áreas verdes raramente ocorre nas favelas, em razão do estigma que a favela ainda carrega na sociedade brasileira, imagem com a qual as empresas em geral não querem se associar.

Esse mesmo estigma pode ser a razão pela qual, mesmo previsto no contrato, a Prefeitura não cumpriu com suas contrapartidas básicas, postergando por anos a instalação dos pontos de água solicitados pelo grupo, não oferecendo serviço de limpeza suficiente para controle da insalubridade do lugar e não monitorando os despejos de lixo e entulho, as reocupações irregulares etc. Essa realidade, somada à escassez de recursos, dificultou o trabalho do grupo, levando à sua completa desmobilização.

### **5.3. REFLEXÕES PROPOSITIVAS PARA UM “ADOTE O VERDE POPULAR” A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO POCIM VIVO**

Após apresentadas as dificuldades do projeto Pocim Vivo, enquanto processo de transformação social, em se adequar aos limites do Adote o Verde, este subcapítulo

será dedicado ao apontamento de caminhos alternativos, a partir das críticas ao modelo existente de programa.

Nos objetivos gerais do programa, já mencionados anteriormente, podemos destacar a participação popular, a conscientização ambiental e o incentivo ao uso de áreas públicas pela população (BELO HORIZONTE, Artigo 2º do Decreto Nº 14.708, de 14 de dezembro de 2011). Priorizando esses objetivos, o Adote o Verde, como política pública, poderia se tornar uma importante ferramenta de transformações socioambientais. Partindo desses três eixos, serão estabelecidas algumas propostas para que o formato do instrumento atenda, de forma coerente, aos seus objetivos.

Primeiramente, é preciso que seja superada a exploração para fins publicitários das áreas verdes como único incentivo à adesão ao programa, de forma que o Adote o verde seja amplificado como instrumento de desenvolvimento de práticas de interesse coletivo ao invés de apenas individuais. O uso publicitário privilegia uma parcela muito restrita da sociedade, principalmente no contexto atual, em que a propaganda é utilizada como moeda de troca. A estratégia tem se mostrado efetiva para angariar adoções por empresas, portanto não há motivos para que seja descartada. Entretanto, é preciso investigar outras formas de incentivo capazes de atrair cidadãos e grupos organizados.

Esse incentivo poderia se dar pela permissão de uso de parcelas da área adotada para a geração de renda aos adotantes, por meio da agricultura urbana, da instalação de quiosques, da organização de feiras, entre outros. Para que isso fosse possível, seria necessária a revisão do artigo 13º do decreto, que veda “qualquer tipo de uso ou benefício diferenciado ao adotante” (BELO HORIZONTE, Artigo 13º do Decreto Nº 14.708, de 14 de dezembro de 2011).

Entretanto, é importante destacar o fato de que a maior parte da população do município carece de condições financeiras para dar início a empreendimentos, necessitando, assim, de subsídios e suporte do poder público para sua consolidação.

Além disso, o suporte financeiro do poder público poderia possibilitar que, mesmo em casos em que não haja geração de renda na área adotada, o trabalho exercido por um grupo organizado pudesse ser remunerado, permitindo a atuação de cidadãos que não tem condições sociais ou materiais de exercer trabalho voluntário.

É previsto, nos procedimentos administrativos e orçamentários do município, o auxílio financeiro “ a projetos e eventos de caráter coletivo, com amplo acesso ou divulgação de inegável valor à formação cultural e social da população ou comunidade ao qual é dirigido” (BELO HORIZONTE, Artigo 87º do DECRETO Nº 10.710, DE 28 DE JUNHO DE 2001). Dessa forma, seria necessário assumir o programa como política pública socioambiental, superando seu caráter de desoneração do município.

O município de Belo Horizonte conta com o Fundo Municipal de Defesa Ambiental (FMDA) gerido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM). O fundo, proveniente de multas ambientais,

tem por finalidade custear projetos que visem à recuperação, manutenção ou melhoria da qualidade do meio ambiente do Município, assim como ao aperfeiçoamento da gestão ambiental pública e melhoria da qualidade de vida do cidadão, propostos por pessoas físicas, pessoas jurídicas, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou pela Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (BELO HORIZONTE, Artigo 1º da DELIBERAÇÃO NORMATIVA N.º 86, DE 28 DE AGOSTO DE 2017).

Os objetivos do “Adote o Verde”, já mencionados, se adequam perfeitamente aos parâmetros regulamentados para o custeio do município por meio do FMDA. De acordo com a deliberação normativa do fundo, destacam-se as seguintes áreas de atuação:

estudos, pesquisas e desenvolvimento de ações para as áreas verdes e arborização urbana; estudos, pesquisas e desenvolvimento de ações relativos a recursos hídricos e afins ao meio ambiente; monitoramento e diagnósticos ambientais e sócio ambientais; desenvolvimento das agendas de sustentabilidade, incluindo as internacionais, em Belo horizonte; educação ambiental; comunicação e informação ambientais; geração de tecnologias ambientalmente sustentáveis; geração de alternativa de trabalho e renda com ênfase ambiental; estudos, pesquisas e desenvolvimento de ações voltadas para a fauna e flora; estudos, pesquisas e desenvolvimentos de ações voltadas para a recuperação de áreas degradadas e ou contaminadas; planejamento ambiental urbano. (BELO HORIZONTE, Artigo 3º da DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 86, DE 28 DE AGOSTO DE 2017).

O acesso aos recursos do FMDA se dá pelo lançamento de editais de chamamento público de projetos que se adequem às áreas de atuação supracitadas, que atende a pessoas físicas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos e pelos próprios órgãos ambientais municipais (BELO HORIZONTE, Artigo 1º da DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 86, DE 28 DE AGOSTO DE 2017). Os projetos são avaliados pela Comissão de Análise de Projetos Ambientais (CAPA), formada por representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB) e do COMAM (BELO HORIZONTE, Artigo 6º da DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 86, DE 28 DE AGOSTO DE 2017).

Sendo assim, é possível, dentro das estruturas executiva e legislativa atuais da Prefeitura de Belo Horizonte, que uma versão atualizada do Programa Adote o Verde, voltada verdadeiramente para a participação popular e para a conscientização ambiental, seja contemplada pelo fundo. Nesse formato, o programa seria capaz de facilitar o acesso aos recursos à população com a mesma simplicidade e rapidez com que os convênios são firmados hoje.

Além disso, a experiência do Pocim Vivo foi uma pequena amostra da dificuldade com que os cidadãos “de baixa instrução formal” enfrentam em relação ao imaginário de suas capacidades de gestão ambiental. Essa realidade poderia ser revertida se o programa assumisse, também, um caráter pedagógico, estabelecendo parcerias com escolas municipais. Assim, atividades pedagógicas tanto da educação infantil quanto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) poderiam ser meios para o preparo dos cidadãos a um debate democrático acerca da qualidade ambiental da cidade e das responsabilidades possíveis dos cidadãos e do poder público. Nesse contexto, incluir as escolas como “adotantes” significaria dispor das áreas verdes para uso e aprendizado dos estudantes em práticas de manejo da terra, plantio, manejo de nascentes e cursos d’água, gestão de resíduos, entre outros. Assim, a educação ambiental se daria a partir da prática e, nos casos de jovens e adultos, a partir do aprendizado de um ofício. Dessa forma, seriam, aos poucos, construídos novos “microssistemas de gestão local” (SILVA,2013), a caminho da Urbanização Reversa.

Os dois anos de experiências do grupo Pocim Vivo evidenciam que, por mais que existam tantos entraves impostos pela sociedade heterônoma em que estamos inseridos, aquela comunidade apresenta um certo grau de abertura a novas experimentações e à transformação de seu pensamento e de suas práticas. O descontentamento com a insalubridade e a atmosfera de abandono do terreno é recorrente na fala dos moradores do entorno da área, tanto dos envolvidos diretamente no processo, quanto daqueles que transitavam no entorno e observavam com curiosidade as atividades acontecendo.

Quanto às quatro experiências aprofundadas neste trabalho, cada uma aponta uma perspectiva distinta em relação a esse desejo latente pela transformação. Os processos que envolveram a construção da geodésica funcionaram como uma semente de ideias plantadas no imaginário daquela população. Se o terreno era visto como “terra de ninguém”, ele passou a ser visto como um lugar passível de ser

apropriado, adentrado e inserido no cotidiano dos moradores. A derrubada de parte da cerca para construir uma entrada ao parque e o uso – mesmo que inapropriado – da geodésica pelas crianças são exemplos claros disso. Na experimentação de planejamento coletivo com a maquete, ficaram explícitos os desejos dos participantes em relação ao parque. A diversidade de usos possíveis levantadas pelo grupo naquele momento apontava para um parque dinâmico, confortável para todos, divertido para as crianças e presente na vida cotidiana da população. No caso da primeira tentativa de consolidação de uma horta, por mais que tenha sido descontinuada, aquela experiência evidenciou a capacidade de articulação entre os moradores e o interesse no uso produtivo da terra. Já a experiência de disputa pela sede do grupo, os moradores demonstraram desenvoltura para assumir responsabilidades na resolução de conflitos, articulando-se com forças locais diversas, mobilizando-se no monitoramento do conflito, entre outros. O desejo de transformação daquela realidade social está presente no imaginário daquela comunidade. O que falta é o suporte necessário para que essa transformação de fato ocorra.

As reflexões propositivas aqui colocadas poderiam ser primeiros passos rumo à abertura da gestão municipal das áreas verdes a parcerias mais inclusivas, democráticas e emancipatórias, dentro do possível oferecido pela estrutura existente do aparelho público – por isso são limitadas. Entretanto, demonstram que não são necessárias tantas mudanças nessa estrutura para que um programa com o Adote o Verde adquirisse um caráter mais progressista, capaz de atingir graus de participação elevados como a **parceria** ou até mesmo a **delegação de poder**, de forma a proporcionar ganhos irreversíveis de autonomia coletiva. Entretanto para que esses ajustes fossem possíveis, seriam necessárias transformações, também, na mentalidade dos gestores e técnicos do poder público. Substituindo, assim, os discursos romantizados acerca da natureza, que se apropriam da sustentabilidade como “mero atributo simbólico” pelo enfrentamento às injustiças ambientais e sociais de forma a superá-las paulatinamente.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências do grupo Pocim Vivo, embora tenham suas particularidades, evidenciam muito bem os desafios e as potencialidades enfrentados na busca por estratégias emancipatórias de se pensar e produzir a cidade como Socionatureza. Apesar de ter a autogestão como princípio norteador, os múltiplos entraves – da sociedade heterônoma em que nos inserimos – cercearam as possibilidades de a experiência ser, de fato, autogerida. Apesar disso, precisamos reconhecer os pequenos ganhos possibilitados por essa experimentação, que não são descartáveis, e podem contribuir à continuidade de um debate mais amplo e da investigação de estratégias ambientalmente saudáveis e socialmente justas de fazer cidade.

É importante reiterar o caráter destrutivo de modelos conservacionistas de abordagem ambiental no contexto urbano e, principalmente, nas favelas. A remoção dos moradores e a restrição do acesso a áreas verdes, como foi o caso do Pocim, além de terem sido incapazes de manter a área preservada em um longo prazo, contribuíram, ainda, para a ampliação das vulnerabilidades do lugar e da população. Isto se deu pois, apesar de o Vila Viva se apresentar como um programa multidisciplinar, a implantação dos parques – o Pocim e os demais parques da Serra – foi estabelecida considerando apenas as variáveis de caráter físico-ambiental, como a presença de cursos d'água, declividades e predisposição a riscos geológicos, entre outros. Aspectos como a organização social, as relações históricas entre a população e o espaço, o imaginário da população, os elementos de importância simbólica, os fluxos de pessoas, entre outros, foram negligenciados e suprimidos. Essa abordagem, que não abarca todos os aspectos do lugar como parte de uma rede de relações que conformam a Socionatureza, ampliou a desconexão sensível da população com o lugar, e tornando-o extremamente vulnerável às pressões de seu entorno. Trata-se de um modelo de intervenção reproduzido em todo o território do município que, além de não funcionar, coloca a recuperação ambiental como danosa à vida cotidiana das comunidades e, portanto, precisa ser revisado.

A separação entre a população e as áreas verdes e cursos d'água somente reforça um antagonismo entre sociedade e natureza, que apesar de já ter sido superado na teoria, se mantém nas práticas institucionais. Assumir a cidade como Socionatureza

se faz urgente, para que, ao invés de separações e rupturas, as requalificações urbanas sejam marcadas pelo pertencimento, a partir da valorização das formas de viver e de se relacionar com o meio específicas da população envolvida.

Os atores sociais dotados de maior possibilidade de solucionar os problemas de um lugar são aqueles que o vivenciam e o conhecem bem, quando legitimados pelo poder público. Fortalecer processos de luta existentes no cotidiano das comunidades é o caminho fundamental para a construção coletiva de práticas que efetivamente se apoiem nos saberes locais associadas à compreensão da capacidade do espaço de absorver e atenuar os impactos ambientais decorrentes das atividades humanas. Dessa forma, o discurso da recuperação ambiental pode ser ferramenta para o fortalecimento da coletividade e das relações entre população e lugar, e não como um discurso de opressão.

As melhorias da vida cotidiana e das oportunidades se tornam improváveis se a população não puder decidir, por ela mesma, quais as qualidades importantes, levando em consideração as dimensões individual e coletiva. O pré-requisito para essa decisão é a autonomia significando não somente a liberdade de escolha dentre opções dadas, mas a possibilidade de construir essas opções coletivamente e de reconstruí-las no tempo. Os habitantes das favelas têm as mesmas capacidades intelectuais e criativas de qualquer outro ser humano, e têm mais conhecimento de sua própria situação do que qualquer grupo externo. É, portanto, necessário superar o modelo intervencionista vigente, em que instâncias externas definem a uma comunidade aspectos da vida cotidiana que não afetam ninguém além da própria comunidade. Isso não significa uma compreensão maior dos técnicos acerca das necessidades de uma comunidade, mas que o conhecimento técnico seja disponibilizado a serviço dessa comunidade (KAPP E BALTAZAR, 2012).

O processo de construção da autogestão só é possível a partir da experimentação. Por isso é sempre um processo permeado de contradições e desafios, indispensáveis à emergência de novos arranjos sociais e econômicos de gestão. No caso de experiências como o Pocim Vivo, é necessário construir a possibilidade da autogestão dos recursos públicos como motor de transformações sociais necessárias ao exercício da autonomia coletiva. Afinal, apostar na autogestão não diz respeito a negar o papel do Estado como responsável pelo ônus da gestão do território. Como defende Milagres (2011):

Se, por um lado, parece uma decisão equivocada procurar o poder público (já que ele não oferece alternativas adequadas à produção coletiva), por outro, é uma tarefa complicada implementar transformações e sustentá-las ao longo do tempo sem apoio financeiro ou técnico e sem que a produção seja reconhecida. (MILAGRES, 2011, p. 88)

Ainda no caso do Pocim Vivo – e das outras áreas verdes remanescentes do Vila Viva –, a situação de vulnerabilidade do terreno a ser autogerido tem origem nos danos causados pelo próprio poder público. Subsidiar a experimentação da autogestão do Pocim significaria não só arcar com o ônus do trabalho empreendido na área, mas assumir a responsabilidade da reparação de danos àquela comunidade.

Apontar para a autogestão dos territórios para construir cidades ambientalmente mais saudáveis, significa apontar para uma mudança de mentalidade e de perspectivas para a sociedade como um todo.

Como sugere Silva (2013), as bacias hidrográficas como ponto de partida para as discussões e as práticas coletivas de planejamento e gestão das cidades proporcionariam uma nova perspectiva ambiental, em que as comunidades administrariam os impactos de seu assentamento e de sua vida cotidiana, sem transferi-los a jusante. Os ganhos de um processo como esse não seriam apenas ambientais, mas poderiam ser importantes passos para um desenvolvimento político e social, apontando para uma sociedade autônoma.

Entretanto, “[...]por mais concretizável que essa sociedade autônoma seja, ela jamais estará pronta, num caráter finalístico de “trabalho cumprido”. Ao contrário, precisará estar aberta à apropriação e remodelação pelas mãos da coletividade que a compor. (SOUZA 2006, p. 93). Ou seja, é um projeto eternamente inacabado de uma sociedade que seja capaz de se fazer e de se refazer, construindo uma realidade equilibrada de acordo com o espaço e com o tempo em que estiver inserida.

As dificuldades enfrentadas pelo Pocim Vivo em seus dois anos de atuação apenas evidenciam que há um longo e árduo caminho na direção dessa sociedade autônoma. O imaginário das pessoas e o aparelho público são hoje entraves para esse caminho, mas podem, paulatinamente, se tornar peças fundamentais para que se alcance um modelo de sociedade ambientalmente justa e socialmente equilibrada.

Para isso, os processos de participação popular são fundamentais, quando são capazes de oferecer ganhos reais de autonomia aos envolvidos. Há um enorme

desafio em se construir e reconstruir métodos participativos que não sejam meros instrumentos de apaziguamento de conflitos ou que forcem consensos, e sim que sejam capazes de angariar os conflitos e a complexidade das redes de relações que formam nossa realidade social, de forma a enriquecer as tomadas de decisão, trazendo-as cada vez mais próximas dos cidadãos comuns e de suas vidas cotidianas.

Dar um passo à frente e assumir a autogestão significa assumir riscos. Se um grupo estabelece suas próprias normas, e as mantém em aberto, isto significa que podem haver controvérsias, retrocessos, conflitos etc. Por mais que o Pocim Vivo almejasse o enfrentamento desses riscos, as relações assimétricas estabelecidas desde o princípio não foram enfrentadas. Acatou-se às delegações dos gestores públicos que a ASF-Brasil assumisse a responsabilidade pela assinatura do convênio, e posteriormente pela gestão dos recursos financeiros. Assim, hierarquias silenciosas se consolidaram, incapacitando o grupo de enfrentar o mais evidente desafio do processo: o de admitir todos os seus membros como gestores, de forma a organizar as atribuições de cada um, confiando no trabalho do outro e assumindo os riscos disso.

Como isso nunca ocorreu, o Pocim Vivo se manteve no imaginário daquela comunidade como um projeto “das meninas do asfalto”, ou seja, estrangeiro naquela realidade social. E por isso, a manutenção da tutela das arquitetas sobre todos os processos do grupo fez com que, em sua ausência, o grupo se desmobilizasse completamente, sem condições de dar continuidade emancipada à gestão do parque. O “abandono” da tutela reproduz o que se critica nas ações do poder público, e do próprio Vila Viva: ações pontuais no tempo que não oferecem desenvolvimento social e político suficiente aos envolvidos, tendem a deixar para trás uma situação de vulnerabilidade tão séria quanto – ou pior do que – a anterior a essas ações.

Avaliar as experiências que se propõem a buscar esses ganhos de autonomia também é um desafio a ser enfrentado. Este trabalho tentou realizar ajustes à escala de avaliação da participação popular de Souza (2006) para operacionalizá-la e aplicá-la na análise dos processos vividos pelo Pocim Vivo. Entretanto, o fato dessa escala tratar, como um princípio básico, de relações entre o Estado e a sociedade, faz dela quase impraticável quando se diz respeito a relações numa escala mais humana, do corpo-a-corpo, dos anseios e prioridades individuais e coletivos, do encontro de realidades sociais distintas. O que se fez neste trabalho pode ser considerado “forçar

a barra”, mas no fim das contas apontou a necessidade de avançarmos com a ferramenta, elaborando novos parâmetros para a análise de experiências e das relações endógenas de processos semelhantes ao Pocim Vivo.

A experiência do Pocim Vivo não pode ser considerada malsucedida. Ela foi emancipatória no sentido de elucidar alguns potenciais latentes, e o desejo de transformação daquela realidade social, que está presente no imaginário daquela comunidade. A experiência foi um meio, também, de se reiterar a indispensabilidade, hoje, do suporte institucional para que esses potenciais latentes se transformem em práticas transformadoras. Fomentar verdadeiramente a participação – no sentido de fazer parte – significa oferecer ferramentas e subsídios para que se crie, de forma endógena, as próprias normas, os próprios discursos e as próprias práticas.

Clamemos, pois, pela democratização radical das estratégias de recuperação ambiental, em que sejam assumidas as conexões diretas entre justiça ambiental e justiça social, e sejam superadas, nas práticas institucionais, as separações entre sociedade e natureza. O Pocim Vivo e as reflexões desse trabalho são pequenas contribuições a esse amplo debate, que deve ser continuado e, também, nunca finalizado: sempre inacabado.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Introdução. In: ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades; sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro, 2001.
- AROEIRA, Ricardo, *Recuperação ambiental de bacias hidrográficas, Belo Horizonte, Brasil*. In: MACHADO, A. T. G. M. et al. (Org.). *Revitalização de rios no mundo: América, Europa e Ásia*. Belo Horizonte: Projeto Manuelzão, p. 221-240, 2010.
- ARQUITETAS SEM FRONTEIRAS. *Acervo da Instituição*. Belo Horizonte, 2018.
- ARQUITETAS SEM FRONTEIRAS. *Relatório Final – PAACA – Programa de Apoio à Ação Comunitária e Autogestionária*. Belo Horizonte, 2017.
- BALTAZAR, Ana Paula; Kapp, Silke. 'Against determination, beyond mediation'. In: Florrian Kossak, Doina Petrescu, Tatjana Schneider, Renata Tyszcuk, Stephen Walker. (Org.). *Agency: working with uncertain architecture*. Abingdon: Routledge, 2010.
- BAPTISTA, M. B et al. *Aspectos da evolução da urbanização e dos problemas de inundação em Belo Horizonte*. In: Braga, B., Tucci, C., Tozzi, M..(Org.). *Drenagem urbana: gerenciamento, simulação, controle*. Porto Alegre, RS: ABRH e Editora da Universidade, 1998, v., p. 39-50.
- BEDÊ, Mônica. *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional em Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 93 /96*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências IGC UFMG. Belo Horizonte, 2005.
- BELO HORIZONTE. *Decreto n. 6992, de 10 de outubro de 1991. Estabelece procedimentos para implantação ou manutenção de áreas verdes públicas por entidades jurídicas, sem ônus para o município, e dá outras providências. Leis municipais*. Disponível online em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1991/699/6992/decreto-n-6992-1991-estabelece-procedimentos-para-implantacao-ou-manutencao-de-areas-verdes-publicas-por-entidades-juridicas-sem-onus-para-o-municipio-e-da-outras-providencias> (acesso em 20 de abril de 2018).
- BELO HORIZONTE. *Decreto Nº 10.710, de 28 de junho de 2001. Dispõe sobre procedimentos administrativos de licitação e contratação, sobre programação, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira, delega competências e dá outras providências. Leis Municipais*. Disponível online em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/2018/documentos/LEGISLA%C3%87%C3%83O/decreto\\_municipal\\_10710\\_2001.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/2018/documentos/LEGISLA%C3%87%C3%83O/decreto_municipal_10710_2001.pdf) (acesso em 23 de abril de 2018).
- BELO HORIZONTE. *Decreto Nº 11.484 de 15 de outubro de 2003. Estabelece normas e procedimentos para parcerias entre o poder público municipal e a sociedade, no que concerne à adoção de áreas verdes públicas programa "adote o verde" - e dá outras providências. Leis Municipais*. Disponível online em: <https://cm-belo->

horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/239690/decreto-11484-03 (acesso em 20 de abril de 2018).

BELO HORIZONTE. Decreto Nº 14.708, de 14 de dezembro de 2011. *Estabelece normas e procedimentos para parcerias entre o Município de Belo Horizonte e a sociedade, no que concerne à adoção de áreas verdes públicas - programa adote o verde -, e dá outras providências.*

BELO HORIZONTE, *Deliberação Normativa Nº 86, De 28 De Agosto De 2017. Substitui a Deliberação Normativa nº. 78/13, de 17 de maio de 2013, que estabelece normas para o custeio de projetos ambientais pelo Fundo Municipal de Defesa Ambiental – FMDA. Diário Oficial do Município.* Disponível online: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1183750> [acesso em 10 de outubro de 2018].

BONTEMPO, Valdete; WSTANE, Carla; OLIVIER, Cindy; OLIVEIRA, Gabriel. *Gestão de águas urbanas em Belo Horizonte: avanços e retrocessos.* REGA - Revista de Gestão de Água da América Latina. Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), v. 9, n. 1, jan./jun. 2012.

BORSAGLI, Alessandro. *Rios Invisíveis da Metrópole Mineira.* 01. ed. São Paulo: Clube de Autores, 2016.

BRENNER, Neil. *Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?* Tradução de Pedro Paulo Machado Bastos. Revista e-metropolis nº27, 2016. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo\\_pdfs/000/000/201/original/emetropolis27\\_capa.pdf?1485998522](http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/201/original/emetropolis27_capa.pdf?1485998522). Acessado em setembro de 2017.

CARVALHO, Edézio Teixeira de. *Geologia Urbana para Todos: Uma Visão de Belo Horizonte,* Belo Horizonte, 1999.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. *Mercado imobiliário, estado e natureza na produção do espaço metropolitano.* In: COSTA, H.S.M. et al. (orgs.). *Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul.* Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p. 101-124.

COSTA, Thiago de Araújo. *Deambulações pelo Aglomerado da Serra.* 2011. Tese (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ESCOBAR, Arturo. *Construction nature: elements for a poststructural ecology.* In: PEET, R.; WATTS, M. (eds.). *Liberation ecologies: Environment, development, social movements.* London; New York: Routledge, 1996. p. 46-68.

FIREY, Walter. *Sentimentos e simbolismo como variáveis ecológicas.* In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Cultura, espaço e o urbano.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006[1945].

FREEMAN, Jo. *A tirania da falta de estrutura.* 1970. Disponível online em: <http://anarchalibrary.blogspot.com.br/2012/07/a-tirania-da-falta-de-estrutura-1970.html> [acessado em maio de 2017].

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*, 1985. Disponível em: [http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Livro\\_P\\_Freire\\_Extensao\\_ou\\_Comunicacao.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Livro_P_Freire_Extensao_ou_Comunicacao.pdf)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*, 2009.

JACQUES, Paola Berenstein, 2001. *Estética das favelas*. Portal Vitruvius (online): <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/883> [ acesso em 2 de fevereiro de 2018].

KAPP, Silke. *Autonomia Heteronomia Arquitetura*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004.

KAPP, Silke. *Quem tombará a favela?* Ouro Preto: Congresso Internacional Deslocamentos na Arte, 2009.

KAPP, Silke; SILVA, Margarete Maria de Araújo. *Quem mora nas favelas?* In: Revista Eletrônica Emetropolis, no 09, junho de 2012. Disponível em [www.emetropolis.net](http://www.emetropolis.net). Acesso em 30 de junho de 2017.

KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula, '*The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy*', in Bulletin of Latin American Research, Journal of the Society for Latin American Studies, Malden: Blackwell, 2012.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. São Paulo, Edusc, 2012.

LIBÂNIO, Clarice. Reinventando o urbano: práticas culturais nas periferias e direito à cidade. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2017.

MAGALHÃES Mariza Rizck. *PROGRAMA ADOTE O VERDE: Parcerias de sucesso em belo horizonte, para a melhoria das áreas verdes públicas do município*. Revista Brasileira de Horticultura Ornamental. V. 19, Nº.1, 2013, p. 33-34. 33. Online: <https://ornamentalthorticulture.emnuvens.com.br/rbho/article/download/641/445>

MARANDOLA JR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. *Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.161-181, jul. 2009.

MARQUEZ, Renata et al. *Escavar o Futuro*. Belo Horizonte, Piseagrama, 2014.

MELO, Izabel D.O. *O espaço da política as políticas do espaço: tensões entre o programa de urbanização de favelas "Vila Viva" e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte*. (Dissertação de Mestrado em Geografia) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MILAGRES, Ligia. *Entre o quintal e o parque. Possibilidades de produção do espaço público cotidiano*. Belo Horizonte, NPGAU, UFMG, 2011. Dissertação (mestrado).

MORETTI, Ricardo de Sousa. *Terrenos de fundo de vale – conflitos e propostas*. Revista Techné. n. 48, março. São Paulo: Pini, 2001.

MOVIMENTOS POPULARES. BH – *Programa Vila-Viva ou Vila-Morta?* 2008. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/10/429697.shtml>.

NASSIF, Thaís. *Linguagem técnica e (im)possibilidades para a produção democrática do espaço urbano: uma análise a partir de duas experiências participativas no município de Belo Horizonte*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2016.

PINTO, Luiza Costa, NETO, Pedro Veríssimo Rocha, 2014. *As cidades, as favelas e a URBEL*. Revista Urbanização e Habitação. Belo Horizonte, 1(1): 3-12.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Adote o verde*. Disponível online: <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/adote-o-verde> [acesso em 23 de julho de 2018].

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. PGE – *Planejamento*. Disponível online: <https://prefeitura.pbh.gov.br/index.php/urbel/pge-planejamento> [acesso em 25 de setembro de 2018].

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Procedimento De Manifestação De Interesse (PMI) nº 01/2015*. PBH ativos S/A, 2015. Disponível online: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/Files/dom07052015-smf-pbhativos-internet.pdf> [acesso em 15 de setembro de 2018].

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Floriscena Estevam Carneiro da. *Construindo muros e derrubando barreiras, a (des)construção das representações do gênero feminino no trabalho das operárias do Programa Vila Viva*. – PPGE da Faculdade de Educação/ UEMG. Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*. Tese de Doutorado. Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, 2013a.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. *Aos destituídos, as cabeceiras: o lugar das favelas em Belo Horizonte*. Revista UFMG vol. 20. Belo Horizonte, 2013b.

SILVEIRA, Daniele Costa. *Implantação Do Programa Vila Viva Em Áreas De Belo Horizonte MG: uma análise documental*. Dissertação de mestrado. Fundação Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisas René Rachou - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2015.

SOUZA, Jessé; GRILLO, André (Colaborador) et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

SWYNGEDOUW, Eric. *A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg*. In: ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades; sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro, 2001.

SWYNGEDOUW, Eric. *The Political Economy and Political Ecology of the Hydro-Social Cycle*. *Journal of Contemporary Water Research & Education*, Issue 142, Pages 56-60, Universities Council on Water Resources, 2009.

TONUCCI FILHO João Bosco Moura, ÁVILA Jorge Luís Teixeira. *Urbanização da pobreza e regularização de favelas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: CEDEPLAR; 2008.

TRIANI, Frederico; MOTTA, Samira. *Uma avenida em meu quintal*. Belo Horizonte, 2011, 57', documentário. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=rlxKVtikzPw>.

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. *Diagnóstico do Plano Global do Aglomerado da Serra*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2000.

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. *Propostas e Hierarquização do Plano Global do Aglomerado da Serra*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2001.

VALENCIO, Norma. *Quem tem medo da remoção? A violência institucional contra moradores de “áreas de risco”*. In: 34.o Encontro Anual da ANPOCS, 2010, Caxambu: ANPOCS, 2010. p. 1-22.

WSTANE, Carla. *Gestão das Águas Urbanas: Mobilização Social em torno de Rios Invisíveis*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.